



NESTA

EDIÇÃO

POESIA
DE ABRIL

FIGURAS
E OBRAS DA
REVOLUÇÃO

ABRIL POR
QUEM O
VIVEU

LITERATURA
E OUTRAS
COISAS

EDITORIAL | 03

**POETAS DE ABRIL: BIOGRAFIA
E ANÁLISE LITERÁRIA** | 04

Celebramos a vida e obra de poetas de Abril:

- Miguel Torga
- Jorge de Sena
- Sophia de Mello Breyner Andresen
- José Carlos Ary dos Santos
- Manuel Alegre

POESIA | 45

**JOSÉ SARAMAGO: BIOGRAFIA E
ANÁLISE LITERÁRIA** | 50

CONTO | 53

«O Girassol e o Medo»

**REPORTAGEM ESPECIAL 25 DE
ABRIL** | 56

Mulheres e homens de Abril trazem-nos as suas histórias de resistência e liberdade:

- O SILÊNCIO QUE MULTIPLICA AS VOZES
- “EH PÁ! ESTÁS MOBILIZADO PARA O ULTRAMAR!”: A GUERRA INDESEJADA
- ANTES DE ABRIL, MÁGOAS MIL
- A DEMOCRACIA VALE A PENA QUANDO A ALMA NÃO É PEQUENA

João Manuel Pinhal reflete sobre as conquistas e as desilusões de Abril:

- EM CADA ESQUINA UM PERIGO, EM CADA ROSTO DESIGUALDADE
- O FIM DA QUALIDADE DE VIDA OU NOVAS OPORTUNIDADES PARA SESIMBRA?

INFOGRAFIA | 89

A democracia faz-se com a verdade

RECENSÃO CRÍTICA | 92

Reflexão sobre o romance de Lídia Jorge: *A Costa dos Murmúrios*

OPINIÃO | 96

- 25 de Abril: o que nos resta de uma Revolução que foi há 50 anos
- A Liberdade Emancipada: a Efeméride do 25 de Abril



Editorial

Como um filho muito desejado, antes de nascer, o 25 de Abril já tinha sido longamente sonhado, pensado e descrito. Foi assim que surgiu nos cânticos dos poetas, nas metáforas dos escritores, mas também nas palavras de ordem dos militantes, nas cantigas de intervenção, nos gritos clandestinos, nos sussurros do povo. Havia sempre alguém que resistia, alguém que dizia não.

E foi então que germinou, que floriu à luz de abril o cravo vermelho, numa explosão que não sendo inteiramente pacífica, que não tendo sido inócua, pois nenhuma transformação o é, fechou um ciclo de recalçamentos e atavismos opressivos, para abrir espaço à participação cívica de uma população exilada dentro e fora do seu país.

Para celebrar o meio século dessa flor que abril abriu, publicamos aqui trabalhos de análise, reflexão, criação e investigação realizados nos dois últimos anos letivos. Estes refletem as leituras de escritores imemoriais, a indagação sobre as suas vidas e os seus ideais, sem deixar de privilegiar também novos e antigos olhares sobre o tempo e os acontecimentos, espelhados nas reportagens e nos artigos de opinião dos alunos do nosso Agrupamento.

Abril não se esgota em abril, o seu eco deve ouvir-se para lá da sua estrita estação, inspirando tempos que atrás de tempos vêm, em que a importância da ação justa é descurada e urge escutar outra vez o cântico da flor da liberdade.

Catarina Labisa

POETAS DE ABRIL

POR CATARINA LABISA (TEXTO) E SOFIA SIMÕES (ILUSTRAÇÕES)

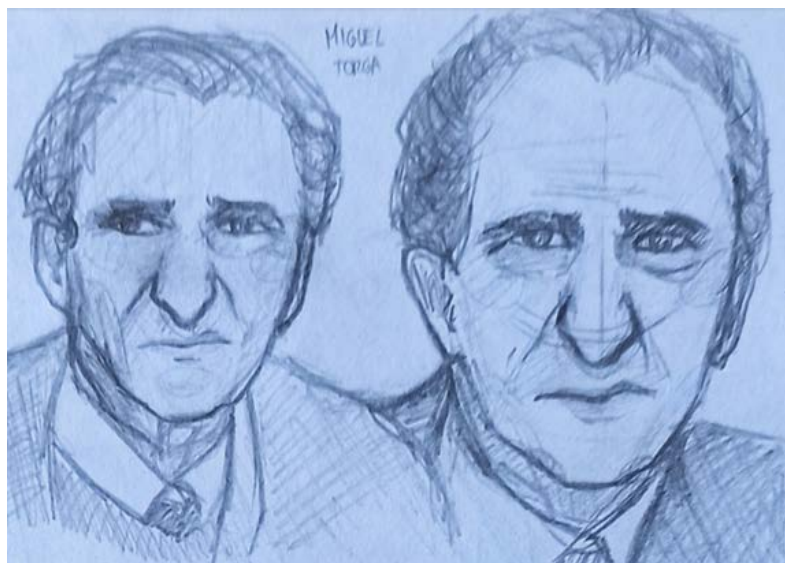
Somos, dizem, uma nação de poetas. Passe a sinédoque e o lugar-comum, é verdade que o século XX em Portugal foi prolífico em lirismo. Talvez o modo poético seja o que mais se presta aos contorcionismos da coação e que melhor resiste à pressão do lápis azul, por causa da sua particular vocação simbólica.

Mas se a poesia portuguesa porfiou em tempo de ditadura, quando Abril abriu as portas, continuou em velocidade de cruzeiro e talvez tenha ganhado uma exuberância e um cosmopolitismo que já se lhe não conheciam desde o primeiro Modernismo. Ou mais provavelmente o país é que os ganhou e a lírica lusa continuou igual a si mesma, órfica e misteriosa, em constante rota de colisão com o mundo.

Os poetas, esses, é que não ficaram indiferentes ao que estava antes e ao que veio depois. Abril foi uma orgia de liberdade para quase todos e aquilo que escreveram pré e pós-25 de Abril reflete essa alteração na perspetiva do mundo, na relação com a esfera política, na dinâmica de intervenção social e até na identidade

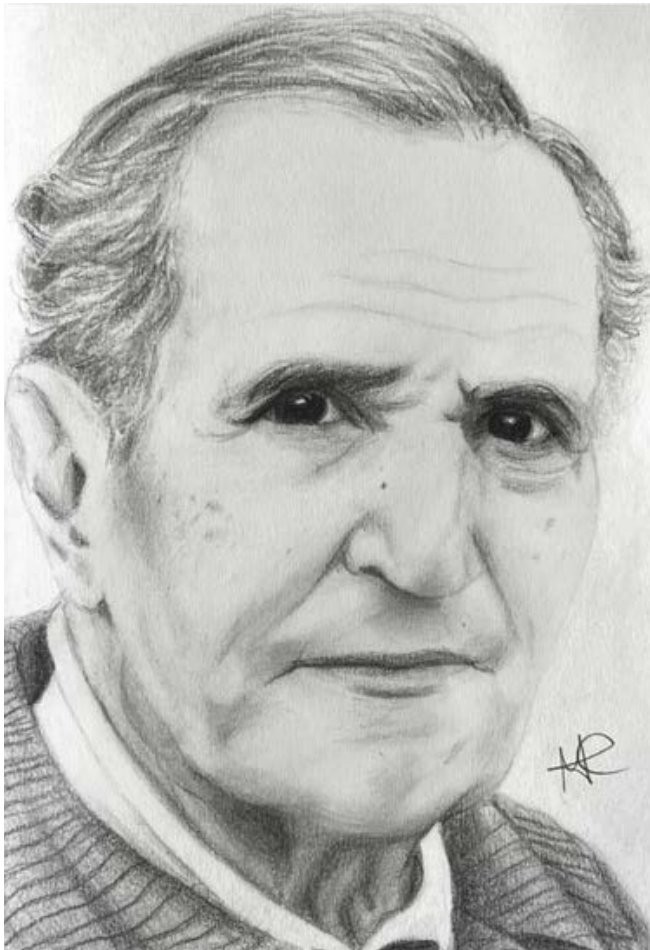
coletiva e pessoal, na consciência do impacto da escrita e na definição do lugar da poesia.

E não há melhor forma de compreender como foi essa viragem de há cinquenta anos do que perguntar aos poetas de Abril como era esse país de antes, como foi a festa da libertação e como é que a nação evoluiu depois da Revolução dos Cravos. Seleccionados alguns poetas paradigmáticos do nosso século XX, sugerimos aos alunos que traçassem o retrato de cada um, que redigissem a sua biografia e que interpretassem os poemas que descrevem este percurso do Portugal agrilhado que, sacudindo o seu jugo, caminhou rumo à liberdade.



MIGUEL TORGA

POR MARIANA CAEIRO
(TEXTO E ILUSTRAÇÃO)



Adolfo Correia da Rocha, mais conhecido pelo pseudónimo literário de Miguel Torga, nasceu a 12 de agosto de 1907, em S. Martinho de Anta, Trás-os-Montes, e foi um dos mais influentes poetas e escritores do século XX.

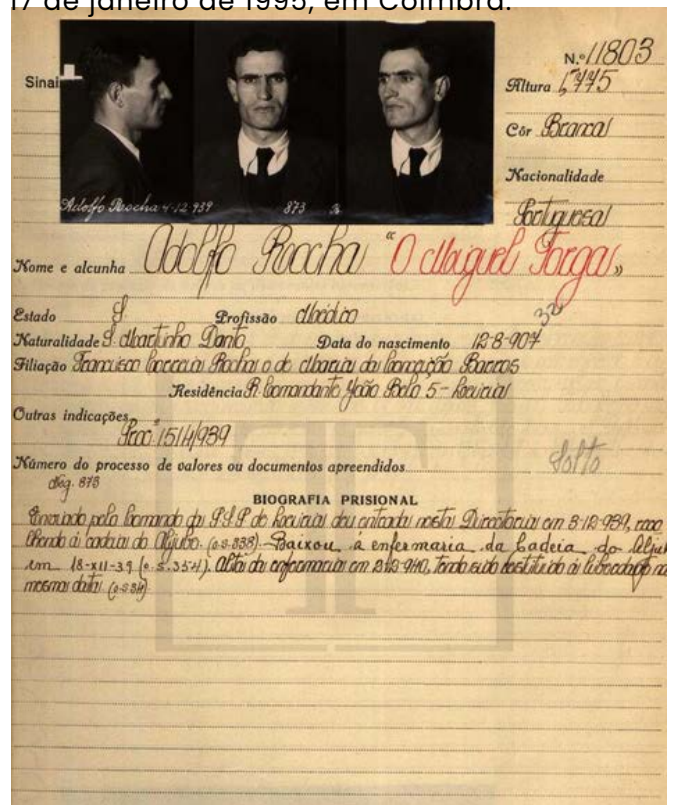
Licenciou-se em Medicina depois de regressar do Brasil e, durante a sua carreira, escreveu poesia, romance e teatro. Ganhou vários prémios literários, entre eles o Prémio Camões, em 1989, e foi várias vezes indicado para o Prémio Nobel da Literatura.

Miguel Torga viveu durante a época do Estado Novo e foi um forte crítico e opositor do mesmo. Viu treze dos seus livros proibidos pela censura e foi preso no final

de novembro de 1939 em Leiria, sendo depois transferido para a cadeia do Aljube, em Lisboa. Teve a sua vida pessoal investigada, não só pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), mas também pela Comissão de Censura. Desde violações da sua correspondência, registo das suas viagens e encontros com amigos, até anotações dos seus rendimentos como médico, ficou tudo documentado, em detalhe, nos processos da PIDE, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

O poeta estava consciente da obsessão que a polícia política tinha por si, porém, apesar de ter sido várias vezes perseguido pela PIDE, continuou a publicar os seus livros. Mais do que isso, por ter sido apelidado de escritor comunista, Miguel Torga chegou mesmo a enviar um livro a Salazar para que o ditador pudesse comprovar se a sua escrita era realmente a de um comunista.

Miguel Torga faleceu aos 87 anos, no dia 17 de janeiro de 1995, em Coimbra.



Registo de Adolfo Rocha (Miguel Torga) pertencente ao fundo «PIDE» do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

“

ARIANE

Ariane é um navio.
Tem mastros, velas e bandeira à proa,
E chegou num dia branco, frio,
A este rio Tejo de Lisboa.

Carregado de Sonho, fundeou
Dentro da claridade destas grades...
Cisne de todos, que se foi, voltou
Só para os olhos de quem tem saudades...

Foram duas fragatas ver quem era
Um tal milagre assim: era um navio
Que se balança ali à minha espera
Entre as gaivotas que se dão no rio.

Mas eu é que não pude ainda por meus passos
Sair desta prisão em corpo inteiro,
E levantar âncora, e cair nos braços
De Ariane, o veleiro.

Lisboa, Cadeia do Aljube, 1 de janeiro de 1940

— Miguel Torga
in *Diário I*, 1941

Na segunda estrofe, o sujeito poético indica-nos o local onde se encontra e a partir do qual observa a chegada do barco: «Dentro da claridade destas grades...», ou seja, numa cela da cadeia, o que nos remete imediatamente para a realidade histórica e política do autor, concretamente o seu encarceramento no Aljube. Além disso, o eu lírico expõe os sentimentos suscitados pelo navio: diz-nos, através de uma metáfora, que *Ariane* não só ancorou no Tejo, como também ancorou no seu interior, intensificando a luz que já existia dentro de si, pois, apesar de estar fisicamente enclausurado, na sua mente era livre de pensar e de fantasiar: «Carregado de Sonho, fundeou / Dentro da claridade destas grades...». Ou seja, o navio permitiu ao sujeito poético libertar-se mentalmente através da imaginação e da poesia. Por outras palavras, *Ariane* carrega o seu sonho, desejo e esperança de liberdade, de fuga e de viagem.

O poema «Ariane» foi escrito em janeiro de 1940, enquanto Miguel Torga se encontrava na prisão do Aljube, um dos locais de encarceramento e de tortura dos opositoristas ao regime de Salazar.

Da janela da sua cela, o poeta avistou um veleiro, de nome «Ariane», que o inspirou a escrever sobre a sua própria situação.

O sujeito poético inicia o poema com a apresentação e a caracterização do referido navio, que observa a chegar ao Tejo, através de palavras do campo lexical de embarcação («Tem mastros, velas e bandeiras à proa»), efetuando em seguida a contextualização espaciotemporal dessa aparição (o navio chegou num certo dia, «branco e frio», «A este rio Tejo de Lisboa»).

De seguida, é referido que este *Ariane* era «Cisne de todos», era a representação do ideal, da beleza, da perfeição, «que se foi» e que só voltou na forma de promessa, «para os olhos de quem tem saudades...», isto é, para aqueles que, estando privados de liberdade, conseguem ver no navio uma hipótese de evasão para um mundo melhor.

Finalmente, é importante salientar, ao nível da pontuação, que o uso das reticências nos versos «Dentro da claridade destas grades...» e «Só para os olhos de quem tem saudades...» acentua a ideia da tristeza que o sujeito poético sente por estar preso e a saudade e o desejo de recuperar a liberdade.

Na terceira estrofe, o sujeito poético faz mais uma vez alusão à realidade que observa naquele momento da sua janela (o navio a chegar e duas «fragatas» que se aproximam para ver do que se trata) e à situação que imagina a partir dessa realidade (o navio balançando-se à sua espera, «Entre as gaivotas que se dão no rio»). Essa espera constitui como que «um milagre», pois dá ao poeta a ilusão de que não se encontra privado de liberdade e talvez até pudesse embarcar naquele navio, senão física pelo menos mentalmente, no seu pensamento e no seu desejo.

O poema termina com a situação vivida pelo sujeito poético por contraponto ao seu desejo, o que é enunciado através da conjunção «Mas»: apesar de ter conseguido, através da observação daquele navio, evadir-se mentalmente durante algum tempo e de ter encontrado força, motivação e esperança na sua libertação, continua fisicamente preso, sem conseguir sair pelo seu próprio pé, «em corpo inteiro», daquela prisão onde se encontra, e sem «cair nos braços / De Ariane, o veleiro.», que é como quem diz nos braços da liberdade. Em suma, existe apenas uma possibilidade de fuga imaginária ao longo do poema, através do sonho que aquele navio trouxe e prometeu ao sujeito poético e que foi alimentando a sua ânsia de ser totalmente livre.

Para finalizar, é facilmente perceptível que todos os sentimentos e desejos descritos ao longo do poema também podem representar os do próprio poeta, Miguel Torga. Foi ele que avistou aquele navio a partir da janela da prisão em que se achava, no Aljube, que o inspirou e lhe permitiu libertar-se através da poesia. Dessa forma foi capaz de expressar o desejo do retorno da liberdade que lhe foi tirada pela ditadura que se vivia na época, e sentir, mentalmente, durante algum tempo, que essa libertação era possível e alcançável.

Como último aspeto, é de referir que o título do poema, «Ariane», que é o nome do veleiro avistado pelo sujeito poético, é também o nome de uma figura mitológica que aju-

dou o seu amado a encontrar a saída de um labirinto, sendo, por isso, considerada um símbolo de liberdade.

Na mitologia grega, Ariane, ou Ariadne, era filha do rei de Creta, Minos, e de sua mulher Pasífae. Este soberano possuía um belo touro que lhe fora oferecido por Poseidon, senhor dos mares, para que ele lho sacrificasse. Porém, o rei, encantado com a beleza do animal, não o conseguiu fazer. Poseidon, furioso com a sua desobediência, castiga-o de uma forma muito cruel: faz com que Pasífae se apaixone pelo touro e que desse amor nasça um monstro, meio homem, meio touro, o Minotauro. Para proteger a população de Creta da fúria desse monstro, Minos encarrega Dédalo, um famoso arquiteto, de construir um labirinto para o aprisionar. Minos exigiu ainda um tributo: sete donzelas e sete jovens deveriam ser enviados de Atenas a Creta todos os anos como sacrifício.

Um dia, Teseu, o filho de Egeu, rei de Atenas, juntou-se ao grupo de jovens dispostos a matar Minotauro. Ariane, filha de Minos, apaixonou-se por ele assim que o viu e decidiu elaborar um plano para o salvar. Entregou-lhe um novelo de fio, que o mesmo usaria para não se perder, e uma espada, para matar Minotauro. O jovem tinha, contudo, um compromisso: ao sair teria de levar consigo Ariane e casar com ela. Teseu tudo prometeu, entrou no labirinto, lutou com Minotauro, matou-o e saiu, seguindo o fio que Ariane lhe tinha dado. Esse foi o fio condutor que lhe indicou o caminho para a liberdade e para a salvação.

Teseu e Ariadne à entrada do labirinto, por Richard Westall, (1810)



“

AMEAÇA DE MORTE

Não basta ter-me dado nos meus versos:
Pedem a carne e a pele, os inimigos.
Os olhos, dois postigos
De olhar o mundo sem ninguém me ver,
Querem-nos entaipados;
E quebrados
Os braços, que eram ramos a crescer.

Luto, digo que não, peço socorro,
mas saiu-me ao caminho uma alcateia.
Lobos da liberdade alheia
que me seguem os passos hora a hora,
sem que eu possa sequer adivinhar,
na paisagem do medo tumular,
qual deles salta primeiro e me devora.

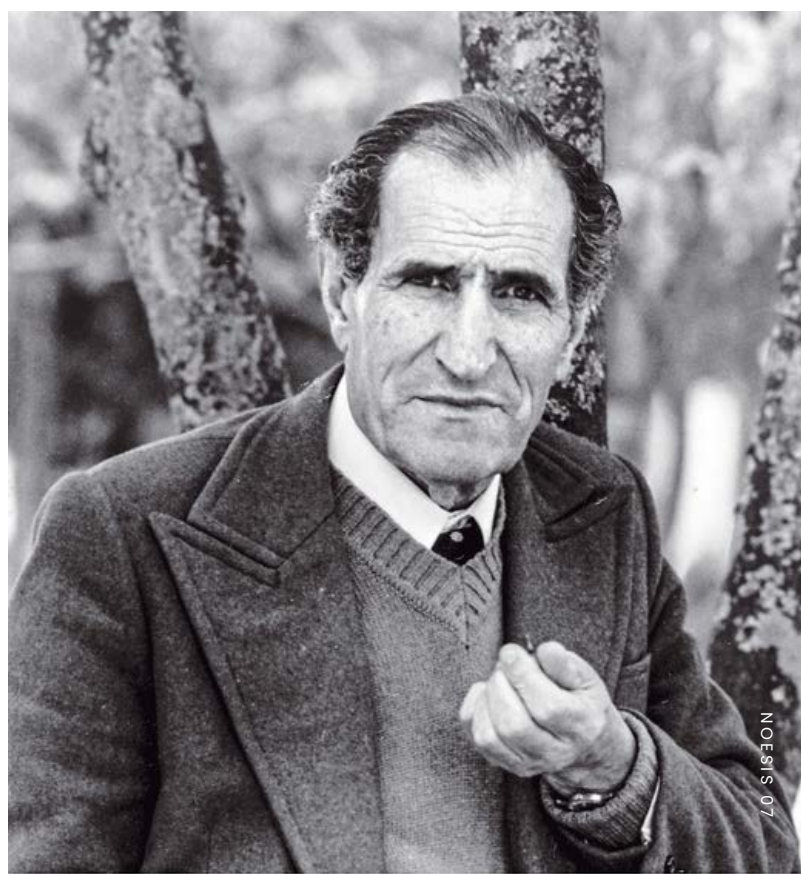
— Miguel Torga
in Orfeu Rebelde, 1958

Mesmo sem deduzir deste poema uma consequência concreta para os agentes da política nacional, não há dúvida de que Miguel Torga expressa aqui o medo e a angústia de ser alvo dos inimigos da liberdade, sentimento que, de resto, devia ser comum a muitos dos seus contemporâneos. Os perseguidores do sujeito poético exigem ainda mais do que a sua palavra, a sua arte («Não basta ter-me dado nos meus versos»), reclamam a sua carne e a sua pele, ou seja, não querem apenas calar a voz do poeta, mas também destruir a sua forma de ver o mundo e a sua integridade física e moral.

Os olhos do sujeito poético (símbolo da sua visão, do seu estar na vida) são caracterizados como «dois postigos / De olhar o mundo sem ninguém me ver». Ele acaba por aludir aqui ao seu isolamento, pois vive como que escondido atrás da porta

No poema «Ameaça de Morte», Miguel Torga retrata a sensação de ser perseguido e ameaçado pelos inimigos, que são representados como «lobos da liberdade alheia». De registar que a data de publicação da obra em que se integra esta composição poética (1958) corresponde ao ano em que Américo Tomás, como candidato pela União Nacional, disputou eleições contra o general Humberto Delgado, e bem sabemos o resultado deste sufrágio: a vitória eleitoral para o primeiro, a derrota e as represálias do regime contra o segundo e o endurecimento do Estado Novo e da polícia política que o promovia. Quase que poderíamos ver nesta «Ameaça de Morte» um aviso futurologista ao «General sem medo», que uns anos mais tarde (1965), em Espanha, seria atraído a uma cilada e assassinado pelos esbirros de Salazar.

Miguel Torga



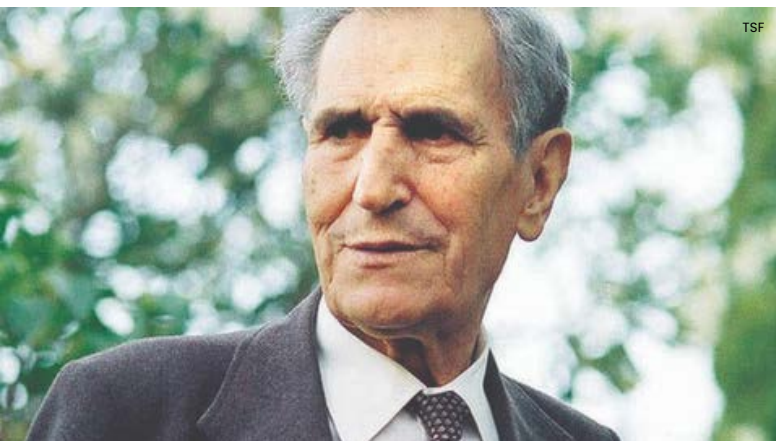
da sua existência, sentindo-se observado em todo o lado e a toda a hora. Esses possíveis espiões e delatores que o controlam são caracterizados como uma «alcateia» que deseja entaipar-lhe a vista (isto é, impedi-lo de ter a sua opinião e o seu modo de encarar as coisas), que o segue de perto, sem que ele possa saber quem vai atacar primeiro. O eu lírico grita por socorro, mas sente-se impotente diante dessa ameaça iminente, como verificamos na segunda estrofe.

Uma outra imagem muito sugestiva do efeito castrador do regime salazarista tem a ver com uma relação muito cara a Miguel Torga, a da simbiose entre o homem e a natureza. Os braços do sujeito poético são descritos como «quebrados», como «ramos a crescer» que os inimigos da liberdade estão a decepar. O eu lírico realça assim a ideia de que não só estão a tentar silenciá-lo como também estão a procurar impedir o seu desenvolvimento pessoal e criativo.

A sensação subjacente é de medo, um receio caracterizado como «tumular», remetendo para um país em que vigora uma atmosfera sombria e funesta, o país da ditadura salazarista no qual a censura e a repressão política eram de lei e muitos artistas e intelectuais eram perseguidos e presos pelas suas opiniões e ideias. O poema pode ser visto, assim, como uma denúncia da opressão e da violência contra a liberdade de expressão e a diversidade cultural.

MÉDIO TEJO

O General Humberto Delgado



TSF

BIBLIOTECAS DE ARGANIL

Miguel Torga, por Catarina Paulo



Coimbra, 2 de Janeiro de 1987 –
"Um passo a mais neste
caminho de lucidez impiedosa,
e fico sem pé na vida"
(Diário, vol. XIV)

“

FLORDA LIBERDADE

Sombra dos mortos, maldição dos vivos.
Também nós... Também nós... E o sol recua.
Apenas o teu rosto continua
A sorrir como dantes,
Liberdade!
Liberdade do homem sobre a terra,
Ou debaixo da terra.
Liberdade!
O não inconformado que se diz
A Deus, à tirania, à eternidade.

Sepultos insepultos,
Vivos amortalhados,
Passados e presentes cidadãos:
Temos nas nossas mãos
O terrível poder de recusar!
E essa flor que nunca desespera
No jardim da perpétua primavera.

— Miguel Torga
in *Orfeu Rebelde*, 1958

«Flor da Liberdade» foi publicada por Torga em 1958, na coletânea *Orfeu Rebelde*, e, assim como o título da obra em que surge, o nome desta composição poética remete para um ponto de vista crítico face às normas sociais, que, no contexto da ditadura salazarista, eram altamente repressivas. O poeta era de opinião que contra elas a única postura defensável era a resistência em defesa da liberdade de expressão e da criatividade.

O poema começa com a frase «Sombra dos mortos, maldição dos vivos», que sugere que o passado opressivo ainda destrói o presente, afeta os «vivos» de uma forma muito negativa e que nos devemos esforçar por aniquilar essa sombra.

A repetição no verso seguinte da expressão «Também nós...» mostra que Torga e os seus contemporâneos são vítimas dessa «maldição», são afetados por essa «morte» que é a falta de direitos e de dignidade. E, por isso, «o sol recua», a luz da vida torna-se menos brilhante, pois está dominada por forças castradoras como a religião («Deus»), o regime político («tirania») e até o conceito de «eternidade», que tanto se pode relacionar com o Céu e o Inferno do Cristianismo como com a permanência da ditadura. Contra eles, é preciso dizer «O não inconformado».

Aquilo que pode contrariar a destruição e a tristeza vigentes é a Liberdade. Só esta é capaz de «sorrir como dantes», só esta permite ao homem prevalecer «sobre a terra, / Ou debaixo da terra», o que mostra que a emancipação que o poeta descreve é um valor que vai para além da vida e da morte, é um valor que cada ser vivo tem o poder de fazer renascer em cada época em que ele se vê atraído.

O poema evoca assim a capacidade que os seres humanos têm de se opor à tirania e à opressão: «Temos nas nossas mãos / O terrível poder de recusar!». O poeta defende, portanto, que cada indivíduo é responsável por escolher lutar pela sua autodeterminação e resistir à ditadura. A imagem da flor da liberdade é apresentada como uma fonte de inspiração e de esperança, que incentiva as pessoas a defenderem os seus direitos e a resistirem aos seus carrascos. Por isso a Liberdade é representada como uma «flor que nunca desespera / No jardim da perpétua primavera», ou seja, mesmo diante das dificuldades, é possível vislumbrar um futuro melhor.

E esse futuro chegou em abril de 1974. Torga descreveu-o no seu diário com algum ceticismo, com receio de que essa «Flor da Liberdade» fosse sol de pouca dura. Mas ela permanece connosco e é uma planta muito preciosa que temos de cuidar para que

**se comemorem
não apenas 50,
mas muitos e
muitos anos da
Revolução dos
Cravos.**

“

**Coimbra,
25 de abril de 1974**

Golpe militar. Assim eu acreditasse nos militares. Foram eles que, durante os últimos macerados cinquenta anos pátrios, nos prenderam, nos censuraram, nos apreenderam e asseguraram com as baionetas o poder à tirania. Quem poderá esquecê-lo? Mas pronto: de qualquer maneira, é um passo. Oxalá não seja duradoiramente de parada...

— Miguel Torga
in Diário XII, 1977

JORGE DE SENA

POR CAROLINA COSTA (TEXTO) E
CAROLINA SILVA (ILUSTRAÇÃO)

Jorge Cândido de Sena nasceu em Lisboa a 2 de novembro de 1919 e faleceu aos 58 anos na Califórnia a 4 de junho de 1978.

Descendente de militares, aos 17 anos tornou-se oficial da Marinha, sendo mais tarde excluído desta instituição por não satisfazer as condições físicas necessárias. Andou por vários cursos, mas terminou em 1944 o de Engenharia Civil. Nesse tempo, escreveu vários poemas e o seu carácter reflexivo, bem como a sua cultura no campo das artes e das letras acabaram por levá-lo a encetar uma carreira literária.

Em março de 1959 participou na chamada «Revolta da Sé», uma tentativa revolucionária cujas reuniões preparatórias tiveram lugar na Sé Catedral de Lisboa, estando alguns dos revoltosos ligados à Igreja Católica. Apesar de não ter sido encarcerado, a sua situação perante a polícia política tornou-se periclitante, pois corria o risco de ser denunciado por aqueles que tinham sido aprisionados. Esse facto e a sua crescente insatisfação com o estado do país, que ele apelidava de «Reino da Estupidez» (nome de uma das suas obras inspirado no título dum poema do escritor brasileiro setecentista Francisco de Melo Franco), levou-o a anuir a um convite para dar aulas em universidades do Brasil, iniciando, em agosto desse ano, um longo degredo que muitas saudades e tristezas lhe custou.



Mais tarde, numa entrevista, Jorge de Sena justificaria esse afastamento voluntário com as seguintes palavras: «É mais agradável ter a sensação do exílio estando fora do que ter a sensação do exílio estando dentro.» Para o escritor, a permanência em Portugal nunca poderia constituir uma situação pacífica e geradora de realização pessoal e coletiva.

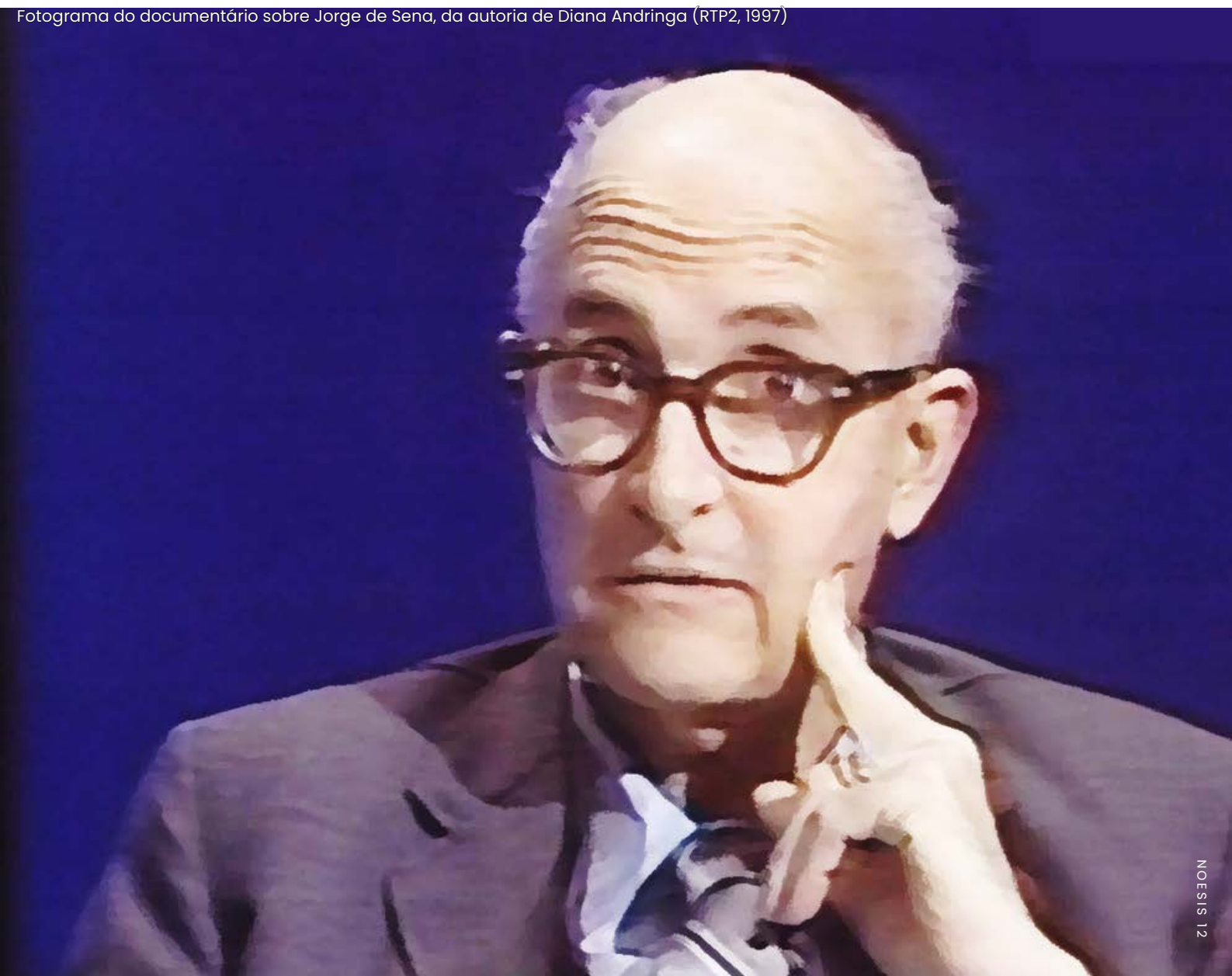
Mas o intelectual inconformado que ele foi não compactuou nunca com as tiranias. A instauração de uma ditadura militar no Brasil, a partir de março de 1964, levou Jorge de Sena a viajar para os Estados Unidos, onde começará por ensinar Literatura de Língua Portuguesa na Universidade de Wisconsin. Posteriormente, e na sequência dos tumultos estudantis que punham em causa a presença americana no Vietname, o escritor decide mudar-se para a Califórnia, onde assumirá o cargo de catedrático efetivo de Literatura Comparada na Universidade de Santa Bárbara.

No dia 25 de abril de 1974, Jorge de Sena e a família ouviram noticiar na rádio o golpe de estado em Portugal. «O meu marido ficou completamente transtornado e disse logo "Vamos!"», relatou a viúva Mécia de Sena numa entrevista.

Apesar da entusiástica intenção de regressar a Portugal, desejoso de contribuir para uma renovação do país e para uma consolidação da democracia nacional, quando lá chegou viu-se confrontado com a indiferença dos seus conterrâneos. Em termos profissionais não encontrou acolhimento em lado nenhum: ninguém se dignou convidá-lo para exercer funções docentes ou outras, apesar das sobejas provas dadas no estrangeiro durante largos anos. Em termos sociais, achou a sociedade portuguesa muito dominada por um sentimento de vingança e de ajuste de contas com o passado.

Desiludido, voltou para a Califórnia para junto da família, onde permaneceu até falecer, vítima de cancro.

Fotograma do documentário sobre Jorge de Sena, da autoria de Diana Andringa (RTP2, 1997)



POR CAROLINA COSTA
E CATARINA FERREIRA

“

QUEM A TEM

Não hei de morrer sem saber
qual a cor da liberdade.

Eu não posso senão ser
desta terra em que nasci.
Embora ao mundo pertença
e sempre a verdade vença,
qual será ser livre aqui,
não hei de morrer sem saber.

Trocaram tudo em maldade,
é quase um crime viver.
Mas embora escondam tudo
e me queiram cego e mudo,
não hei de morrer sem saber
qual a cor da liberdade.

1956

— Jorge de Sena
in *Fidelidade*, 1958

Este poema de Jorge de Sena é introduzido por um título incompleto: a oração subordinada substantiva relativa «Quem a tem» não está ligada a uma subordinada que a complete. A leitura das estrofes permite-nos deduzir que o pronome «a» se refere à liberdade, que é o tópico principal do texto. Mas a suspensão do título coloca duas questões: quem é que tem liberdade e o que é que faz com ela? E talvez até deixe entrever uma espécie de inveja em relação a «Quem a tem» por parte do sujeito poético, pois ele também gostava de obter essa liberdade.

A primeira estrofe expressa justamente o desejo de, em tempo de vida, o poeta poder viver em liberdade. Evidentemente que o contexto político da escrita é o da ditadura salazarista e o sujeito poético, à semelhança de muitos outros portugueses da época, desejaria ver chegar o fim do regime autocrático que imperava no seu país, desejaria ver «a cor da liberdade», por oposição ao cinzentismo opressivo que era a falta dela.

A segunda estrofe do poema evoca uma problemática muito importante na vida de Jorge de Sena: a questão da pertença cultural e geográfica. O poeta afirma que não pode ser senão «desta terra em que nasci», ou seja, de Portugal. Portanto define-se como um ser enraizado e com uma profunda identidade nacional. Porém, logo acrescenta que pertence ao mundo, isto é, há nele um universalismo que poderia entrar em choque com a adesão à sua pátria. No ano em que Sena escreveu este poema (1956), já tivera as suas experiências como cidadão do mundo, nomeadamente quando, intentando tornar-se oficial da Marinha, efetuara uma longa viagem de instrução na Escola Naval, passando por várias paragens africanas, como Cabo Verde, Luanda, S. Tomé e Dakar (1937-38). Contudo, ainda não partira para o exílio (o que só ocorreria em 1959) e esta passagem do poema mostra que o poeta ainda não perdera a esperança de «ser livre aqui», no seu país.

E como é descrito esse país? Da forma mais depreciativa: tudo foi transformado «em maldade» e as mais elementares e naturais coisas da vida tornaram-se ilícitas, sendo «quase um crime viver». No país reinam a falsidade e o encobrimento, a censura e a doutrinação fascista («Mas embora escondam tudo / e me queiram cego e mudo»). Ainda assim, o sujeito poético não abandona a sua convicção de que um dia há de «saber / qual a cor da liberdade.»

POR CATARINA FERREIRA (TEXTO)
E GUILHERME GOMES (ILUSTRAÇÃO)

“

CANTIGA DE ABRIL

Às Forças Armadas e ao povo de Portugal

«Não hei de morrer sem saber qual a cor da liberdade»
J. de S.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Quase, quase cinquenta anos
reinaram neste país,
a conta de tantos danos,
de tantos crimes e enganos
chegava até à raiz.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Tantos morreram sem ver
o dia do despertar!
Tantos sem poder saber
com que letras escrever
com que palavras gritar!

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Essa paz do cemitério
toda prisão ou censura,
e o poder feito galdério,
sem limite e sem cautério,
todo embófia e sinecura.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Esses ricos sem vergonha,
esses pobres sem futuro,
essa emigração medonha,
e a tristeza uma peçonha
envenenando o ar puro.

“

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Essas guerras de além-mar
gastando as armas e a gente,
esse morrer e matar
sem sinal de se acabar
por política demente.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Esse perder-se no mundo
o nome de Portugal,
essa amargura sem fundo
só miséria sem segundo,
só desespero fatal.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Quase, quase cinquenta anos
dudou esta eternidade,
numa sombra de gusanos
e em negócios de ciganos,
entre mentira e maldade.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Saem tanques para a rua,
sai o povo logo atrás:
estala enfim altiva e nua,
com força que não recua,
a verdade mais veraz.

Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.

— Jorge de Sena
in *40 Anos de Servidão*, 1979

A «Cantiga de Abril» de Jorge de Sena foi escrita dias depois do 25 de Abril de 1974, mas só foi publicada postumamente em 1979, no livro *40 Anos de Servidão*, patrocinado pela Secretaria de Estado da Cultura. É dedicada às Forças Armadas Portuguesas, porque idearam a Revolução dos Cravos e tomaram a iniciativa de sair à rua em revolta, e ao povo, que se juntou aos militares contra o regime ditatorial com que todos tiveram de viver durante quase 50 anos.

O poema estabelece uma explícita intertextualidade com o anterior («Quem a tem»), até porque o cita em epígrafe e retoma diversas ideias, nomeadamente a da «cor da liberdade». É como que a sua sequela, dezoito anos depois. Cumpru-se o desejo do poeta de saber de que tons se reveste a autodeterminação do seu povo e ele reconhece que se trata do verde e do vermelho, que também estão presentes na bandeira nacional e nos cravos revolucionários.

«Cantiga de Abril» é, pois, o cântico de louvor à liberdade, que é acima de tudo realçado no refrão. Este estava presente

também em «Quem a tem», mas de uma forma diferente. Se, no primeiro poema, a expressão «qual a cor da liberdade» vinha precedida de um desejo futuro, que correspondia a uma ausência presente, portanto era uma situação incerta, no segundo, a mesma frase constitui uma pergunta que já tem resposta. Inverteu-se, pois, o destino do homem português.

Mas se o refrão expressa a alegria perante o renascimento de um país onde passou a reinar a democracia, onde a prisão já não é uma banalidade do quotidiano, onde há livre expressão de ideias e opiniões, ao longo das estrofes ainda encontramos múltiplas referências ao passado fascista.

A primeira estrofe após o refrão apresenta-nos os infundáveis «danos», «crimes» e «enganos» perpetrados durante a Ditadura, que se prolongou por quase meio século. Estas atrocidades, estes atos imorais, estes assassinios e torturas cometidos pela PIDE, estes logros constantes levados a cabo por um regime totalitário foram minando o povo «até à raiz.»

Jorge de Sena em Portugal, na sequência do 25 de Abril de 1974



Na estância seguinte, são homenageados todos aqueles que faleceram e que por isso não presenciaram o dia da Revolução nem puderam conhecer o seu Portugal livre: «Tantos morrem sem ver / o dia do despertar!». O poeta relembra também os que, no passado, não se podiam exprimir num mundo de ignorância, de passividade, de obscurantismo e analfabetismo: «Tantos sem poder saber / com que letras escrever / com que palavras gritar!».

Subsequentemente, o poeta aborda a temática da opressão e da censura, perceptível em «Essa paz do cemitério / toda prisão ou censura,». O cemitério, como local de silêncio, de luto, de morte e tristeza, metaforiza bem a população censurada ou enclausurada, os oprimidos do fascismo, que parecem cadáveres, porque ficaram esquecidos e sem voz, pois os próprios meios de comunicação social (os jornais, a rádio) não pertenciam ao povo ou aos opositores do regime, mas sim aos políticos do Estado Novo, ao «poder feito galdério, / sem limite e sem cautério,», useiro e vezeiro nos esquemas e propagandas sujas e manhosas, «todo embófia e sinecura,», habituado a manipular, a controlar através de manigâncias, através da corrupção, do suborno e do clientelismo.

De seguida, são abordados os problemas das classes sociais e da emigração. Há uma acentuada e duradoira distinção entre ricos e pobres. Primeiramente, porque os ricos não se preocupam com as desigualdades sociais, não se sensibilizam com as deficientes condições de vida do povo, com a fome, a miséria e a indigência cultural, desejam perpetuar este estado de coisas. Seguidamente porque estas elites são corruptas e não têm escrúpulos em prosseguir com as suas fraudes, em prejudicar os mais necessitados («Esses ricos sem vergonha,»), em privá-los de um futuro mais risonho («esses pobres sem futuro,»), em sonegar-lhes o direito à educação e, portanto, à ascensão social.

Relativamente ao tema da emigração, o sujeito poético expressa a sua tristeza perante o sangradouro que foi este fenómeno de massas, que ele descreve como medonho. Revê-se claramente neste conjunto de portugueses que saíram do seu país para procurar uma vida melhor, para conseguirem ser livres e para deixarem de

ser perseguidos, tal como ele fez no final dos anos 1950. A tristeza de um Portugal anterior à Revolução dos Cravos é, metaforicamente, um veneno que polui o ar e que mata, destruindo assim o espírito do povo aos poucos «e a tristeza uma peçonha / envenenando o ar puro.».

Posteriormente é abordada a Guerra do Ultramar («Essas guerras de além-mar,») e as suas consequências em termos de perda de vidas humanas e dispêndio do erário público: «gastando as armas e a gente, / esse morrer e matar / sem sinal de se acabar». Estes confrontos bélicos não tinham fim à vista, porque as ordens eram dadas por um governo autoritário, com políticas obsoletas, etnocêntricas e colonialistas, que pretendiam manter o controlo sobre os seus territórios, mesmo contra todas as forças vitais dos povos subjugados. Era o que Jorge de Sena designava como uma «política demente», completamente alheada das novas realidades e dos direitos humanos.

A estância subsequente apresenta-nos a dissolução do bom nome de Portugal aos olhos das outras nações. O nosso país ia-se degradando num mundo em constante evolução. Mantinha-se arreigado aos valores tradicionais, passadistas, e ficava para trás, coberto de bruma: «Esse perder-se no mundo / o nome de Portugal,». Esta decadência e conseqüente descrédito do país resultaram numa «amargura sem fundo / só miséria sem segundo, / só desespero fatal».

Seguidamente são evocados, mais uma vez, os 48 anos do regime totalitário português, que compreendem a Ditadura Militar (1926-1932) e o Estado Novo (1933-1974). Estes constituíram, para os que deles foram vítimas, um túnel sem fim, sombrio e profundo, que não mostrava ao fundo nenhuma luz visível: «Quase, quase cinquenta anos / durou esta eternidade,». Neste contexto, o sujeito poético volta a sublinhar o ambiente de corrupção em que se vivia, as malfeitorias, os logros e os negócios sujos e escuros que este governo de fachada conduzia: «numa sombra de gusanos / e em negócios de ciganos, / entre mentira e maldade.».

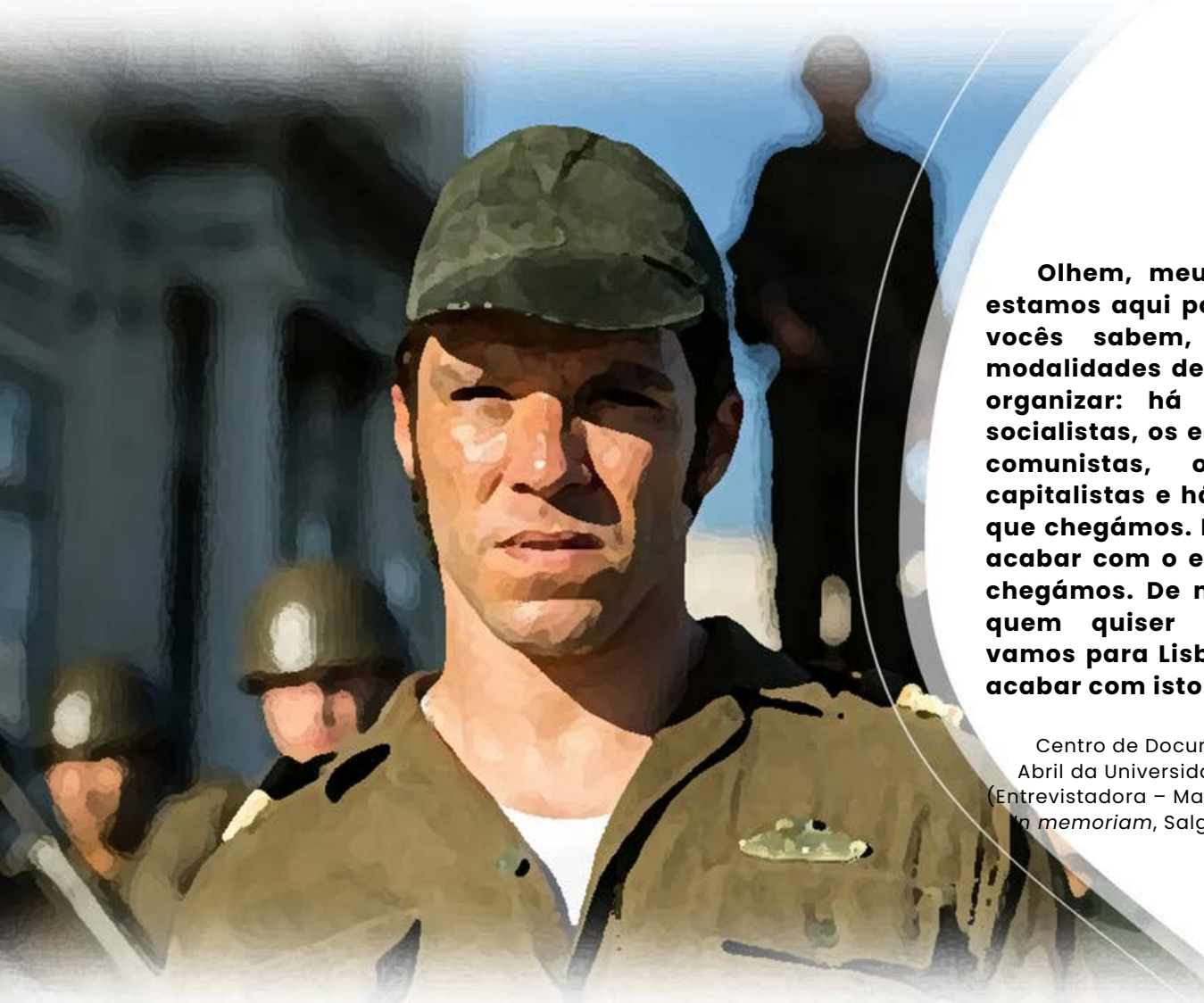
Na penúltima estrofe é possível inferir que há uma posição otimista e segura, ativa e cautelosa do sujeito poético, quan-



do ele descreve os acontecimentos vivenciados a 25 de Abril de 1974. localizando-nos já no final da manhã, início da tarde deste mesmo dia. Podemos constatar-lo quando o sujeito poético refere que «Saem tanques para a rua, / sai o povo logo atrás:», indicando assim que estamos já no fim do processo da libertação de um novo Portugal, pois tanto o povo quanto o MFA estão lado a lado, a tentar recuperar o país que lhes pertence. Trata-se, possivelmente, do momento em que tanto os militares como o povo esperavam a saída do Professor Marcelo Caetano do Quartel do Carmo, que estava cercado. É o momento-chave em que a Ditadura é derrubada, e, conseqüentemente, em que a mentira cai, vencida, e a verdade sobe à luz do dia, trazendo consigo o novo Portugal, o Portugal livre, o Portugal de Abril, que é como um recém-nascido que, quando chega ao mundo, vem nu e com brio, com dignidade, vem também com força e vontade, tal como a nascida Liberdade em Portugal, a nossa verdade: «estala enfim altiva e nua, / com força que não recua, / a verdade mais feraz.».

O poema termina como começara, com o dístico do refrão, criando um efeito de circularidade: «Qual a cor da liberdade? / É verde, verde e vermelha.». Este reforço final da ideia mostra que a Liberdade já é dos portugueses, já foi conseguida, e que, apesar de naqueles quase cinquenta anos se ter vivido uma mentira, essa mentira sombria e danosa ganhou cor, a cor da bandeira de Portugal, a cor da Liberdade!

Conclui-se que este poema foi escrito para nos lembrar o que é e o quanto custa viver numa ditadura, frisando também que, apesar de todas as estratégias do poder, Portugal não se resume aos políticos que o representam, pertencendo antes às pessoas que nele vivem, pois o povo unido conseguiu criar um Portugal Novo, um país livre e que não se apaga do mapa. Um Portugal onde Jorge de Sena, com uma liberdade de expressão finalmente adquirida, vai relembrar as atrocidades cometidas durante estes 48 anos de ditadura, deixando uma mensagem libertadora, mas mantendo o passado sempre vivo e bem presente.



Olhem, meus senhores, estamos aqui porque, como vocês sabem, há várias modalidades de o Estado se organizar: há os estados socialistas, os estados ditos comunistas, os estados capitalistas e há o estado a que chegámos. Eu proponho acabar com o estado a que chegámos. De maneira que quem quiser vir comigo vamos para Lisboa e vamos acabar com isto.

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (Entrevistadora – Manuela Cruzeiro). *In memoriam*, Salgueiro Maia, 1991

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

POR BERNARDO RAMOS (TEXTO) E
LEONOR COSTA (ILUSTRAÇÃO)

Sophia de Mello Breyner Andresen nasceu no Porto, a 6 de novembro de 1919, no seio de uma família de raízes aristocráticas e liberais, que lhe transmitiu uma ética de empenhamento moral e cívico.

Efetuiu os seus primeiros estudos numa instituição religiosa, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, que reforçou os seus valores tradicionais católicos, bem como uma sólida cultura.

Na Universidade de Lisboa, onde frequentou o curso de Filologia Clássica, liderou movimentos universitários católicos, que evidenciavam um posicionamento crítico em relação ao regime salazarista.

O casamento com Francisco Sousa Tavares, ocorrido em 1947, veio reforçar o lado militante de Sophia, pois o conhecido advogado e político revelou-se sempre um intrépido antifascista. O casal teve cinco filhos, entre os quais o jornalista e escritor Miguel Sousa Tavares.

Em 1958, juntamente com o grupo dos chamados católicos progressistas, entre os quais se incluíam amigos e o marido, Sophia participou na campanha de Humberto Delgado à Presidência da República. De referir que, se a Igreja se tinha mantido até então globalmente alinhada com o salazarismo, gradualmente, algumas fações foram evidenciando posições cada vez mais críticas da atuação governamental. Sophia tornou-se numa figura representativa desse pensamento político liberal, apoiando o movimento monárquico e opondo-se ao regime fascista.

Entre as várias intervenções cívicas que pautaram a sua vida contam-se o apoio ao Movimento Democrático de Mulheres,

criado em 1968, e a participação na Comissão de Socorro aos Presos Políticos, fundada no final de 1969. Também nesse ano foi candidata da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, que se constituiu como formação eleitoral de oposição ao regime) nas eleições legislativas, pelo círculo do Porto.

Um evento ocorrido a 1 de janeiro de 1969 que evidenciou a aliança entre o lado contestatário e a dimensão lírica em Sophia foi a chamada Velada da Paz de São Domingos, para a qual a poetisa elaborou a sua *Cantata da Paz*, poema a apelar à harmonia e a denunciar as atrocidades cometidas pelos homens no século XX (nomeadamente os campos de concentração, Napalm e Hiroshima, a exploração do terceiro mundo), com fundo musical inspirado num espiritual negro americano.

“

CANTATA DA PAZ

Vemos, ouvimos e lemos
Não podemos ignorar

Nós, o povo de Deus,
Reunidos imploramos
A graça da Paz...

— Sophia de Mello Breyner Andresen

Em tempo de ditadura, Sophia participou ainda noutras iniciativas como a vigília contra o regime e a guerra colonial, na Capela do Rato, em 1972. Depois da Revolução de 25 de Abril, foi eleita para a Assembleia Constituinte, em 1975, pelo círculo do Porto numa lista do Partido Socialista.

Foi autora de inúmeros contos e volumes de poesia, sendo galardoada com os destacados prémios Camões (1999) e Rainha Sofia (2003) e tendo sido até indigitada para o Nobel.

A poetisa viria a falecer a 2 de julho de 2004, na cidade de Lisboa, encontrando-se sepultada no Panteão Nacional.



Leonar

POR RODRIGO LIMA (TEXTO) E BEATRIZ PIOCAS (ILUSTRAÇÃO)

“

ESTA GENTE

Esta gente cujo rosto
 Às vezes luminoso
 E outras vezes tosco

Ora me lembra escravos
 Ora me lembra reis

Faz renascer meu gosto
 De luta e de combate
 Contra o abutre e a cobra
 O porco e o milhafre

Pois a gente que tem
 O rosto desenhado
 Por paciência e fome
 É a gente em quem
 Um país ocupado
 Escreve o seu nome

E em frente desta gente
 Ignorada e pisada
 Como a pedra do chão
 E mais do que a pedra
 Humilhada e calcada

Meu canto se renova
 E recomeço a busca
 De um país liberto
 De uma vida limpa
 E de um tempo justo.

— Sophia de Mello Breyner Andresen
 in *Geografia*, 1967

O poema «Esta Gente» reflete a visão política e social de Sophia de Mello Breyner Andresen. A autora destaca a luta contra a opressão e a injustiça, evidenciando a situação daqueles que são ignorados e pisados. Como ela referiu numa entrevista, o seu texto resulta de ter aberto os olhos e ter observado «a condição de um país [...] em que bastava olhar para a cara das pessoas para ver o que se estava a passar. Eu considero sempre que a coisa mais revolucionária que há no homem é o olhar, porque olhando ele vê e é através de ver que ele conhece e toma consciência realmente da situação em que está.» (in <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poesia-e-a-revolucao/>).

E o que observa e descreve a poetisa? Na primeira estrofe do poema caracteriza a «gente» que ela encontra no dia a dia e cujo rosto tanto pode ser «luminoso» como «tosco», sugerindo que a aparência deste povo é variável e até antitética.

Ao comparar, na estância seguinte, essas pessoas com escravos e reis, recorrendo mais uma vez à contradição, Sophia sugere que elas têm dentro de si toda a gama de experiências humanas, desde a servidão até ao orgulho: às vezes mora nelas uma nobreza de alma que se espelha no rosto; outras vezes parecem reduzidas a uma situação de miséria e subserviência. Ao mesmo tempo, destaca que, independentemente da aparência ou da posição social, a população do seu país é composta de seres humanos que merecem respeito e dignidade. Estes versos ilustram claramente a preocupação da poetisa com a condição humana e a importância de tratar as pessoas com igualdade e justiça.

Na terceira estrofe, o sujeito poético evoca o sentimento de «luta e de combate» contra a opressão e a injustiça, personificando-o em animais simbólicos. O primeiro deles é o abutre, que, para além das características comumente associadas a estas aves de



rapina, tem sido relacionado com a figura de Salazar, na medida em que parece ser claro que o poema da autora intitulado «O Velho Abutre» pretende ser uma alegoria do ditador português:

*O velho abutre é sábio e alisa suas penas
a podridão lhe agrada e seus discursos
têm o dom de tornar as almas mais pequenas*

A figura seguinte é a cobra, animal que, na tradição judaico-cristã, apresenta uma conotação particularmente maldita, sendo responsável pela queda do homem, pela sua expulsão do paraíso. Este ser vivo caracteriza-se, na Bíblia, pelo seu poder de engano e sedução, que conduz às mais nefastas consequências.

Surgem depois o porco e o milhafre, podendo o primeiro simbolizar a voracidade, a ganância e a sujidade, ao passo que o segundo é outro grande predador de cadáveres, portanto um ser que vive de forma oportunista e corrupta. Todas estas criaturas nocivas, segundo a autora, devem ser identificadas e combatidas.

E em nome de quê? Em nome do povo, como se verifica na estrofe subsequente, por causa desta «gente que tem / O rosto desenhado / Por paciência e fome». A constatação das marcas da opressão, da submissão e da miséria na fisionomia das pessoas faz com que se torne um dever moral e cívico lutar para alterar o *status quo*. Um país que explora assim os seus habitantes é «Um país ocupado», dominado por uma força estranha e hostil, que não se preocupa com o bem-estar da população, antes parece apostado em contribuir para o seu mal. Assim, a estrofe destaca a importância do combate político e a necessidade de enfrentar o poder opressor em todas as suas formas para devolver a dignidade aos cidadãos.

A penúltima estância vem reforçar as marcas da opressão, colocando em evidência o facto de esta gente ser «Ignorada e pisada / Como a pedra do chão» e ser até mais «Humilhada e calcada» que as próprias pedras, como se fosse algo inanimado, sem importância e que se trata com particular violência e crueldade. Pela força da referida imagem, este é para mim um dos trechos mais marcantes do poema. Ao mesmo tempo, podemos

descobrir nele um outro valor, que é o da resistência dos oprimidos e da função da poesia. Sendo difíceis de quebrar ou de mover, algumas pedras podem tornar-se também símbolos dos valores de justiça e de permanência da verdade. Pode acontecer o mesmo com o povo, cujo rosto «tosco» e o corpo duro como a pedra poderão tornar vitorioso o movimento de transformação socioeconómica. E a imagem da pedra também pode ser vista como uma metáfora para a própria poesia, que muitas vezes é ignorada ou subestimada, assim como a «gente» de baixo estrato social. No entanto, a poesia é uma forma de resistência e pode ser usada para denunciar a opressão e a injustiça, como Sophia faz no seu poema.

A estrofe final desta composição poética reflete a ideia central do texto, que é a luta por um país livre e justo. A poetisa faz coincidir a imagem da renovação do canto com o recomeço da sua ação política («Meu canto se renova / E recomeço a busca») e o objetivo é produzir uma mudança profunda na sociedade em que a poesia e a intervenção cívica vão de par. A busca por «um país liberto» e «uma vida limpa» está diretamente relacionada com a crítica social presente no poema, que denuncia a opressão e a humilhação sofridas pelas pessoas mais vulneráveis para que elas sejam reconhecidas e corrigidas.

A ideia de um «tempo justo» também é fundamental na poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen. Ela defende que a justiça deve ser uma prioridade em todas as áreas da sociedade e que só um mundo equitativo, regido por leis que respeitem os direitos humanos, pode garantir a liberdade e a dignidade dos seres. Essa busca por um mundo mais justo e livre é uma constante na sua obra, refletindo as suas mais profundas convicções políticas e éticas.

Assim, a estrofe final do poema representa a finalidade para que tende a crítica social presente em «Esta Gente», destacando a importância da luta pela liberdade, pela justiça e pela igualdade em todas as esferas da vida. E a arte, a cultura, o pensamento e a ação têm de trabalhar em sintonia para se alcançar um mundo melhor, mais justo e mais livre.

POR MADALENA VIEIRA

“

25 DE ABRIL

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

— Sophia de Mello Breyner Andresen
in O Nome das Coisas, 1977

Todas as injustiças, mentiras e violências que Sophia de Mello Breyner Andresen presenciou fizeram-na criar uma base para os seus poemas, que constituem uma busca constante da verdade, uma incessante defesa da liberdade e da justiça.

A 25 de Abril de 1974, o regime fascista teve o seu fim e para celebrar esse dia, que constituiu para a poetisa um momento de extraordinária felicidade e de realização pessoal e social, escreveu o poema cujo título é a data da Revolução dos Cravos.

O texto é muito breve, composto apenas por uma quadra, mas de uma beleza escultural, em que se cruzam elementos da natureza e referências ao nosso quotidiano coletivo, ao tempo da pureza da nossa experiência humana.

Inicia-se com a alusão à mágica «madrugada» que Sophia esperava, assim como muitos portugueses, e que ela associa ao «dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio». O período diurno aqui mencionado constitui o símbolo de uma nova era democrática, sem censura nem opressão, onde reinam a liberdade e a justiça, sendo caracterizado de forma sublime como «inicial inteiro e limpo».

Pelo contrário, o período noturno evocado representa o ciclo que findou, marcado pela escuridão e pelo silêncio da ditadura. É sugerido como um local obscuro de onde os portugueses emergiram, como se tivessem estado afundados num pântano, num abismo.

O eu lírico sente uma profunda satisfação ao receber a notícia de que a era ditatorial acabou. Para ele, aquele dia era como começar de novo, renascer para um mundo onde o tempo finalmente fosse vivido em ple-

nitude, porque a ele se associava a liberdade, a possibilidade de expressar ideias, de marcar posições, de organizar a sociedade segundo novas crenças e novos ideais, de distribuir a riqueza e as oportunidades de forma mais justa e racional. Era, de facto, um novo mundo que se perspectivava perante o olhar maravilhado dos portugueses. O mais humilde cidadão podia considerar-se um autor da sua história e não uma mera peça na engrenagem dum estado totalitário e triturador de vontades e dignidades.

Em entrevista a Eduardo Prado Coelho, em 1986, Sophia relata que «O 25 de Abril foi dos momentos de máxima alegria da minha vida. Foram dias que vivi em estado de levitação. Isso aliás aconteceu a muita gente. E está dito no poema que escrevi [...] De facto, fiquei em êxtase e foi como eu vivi [...]. Estamos num estado democrático — não há prisões políticas, não temos colónias, não somos um povo colonizador, somos um povo que ajudou a criar liberdades e independências. Apesar de tudo, há um serviço de saúde melhor».

Era uma nova definição de ser português, livre da carga pesada de um passado opressivo e injusto.

POR BÁRBARA RAIMUNDO
E BERNARDO RAMOS

“

REVOLUÇÃO

Como casa limpa
Como chão varrido
Como porta aberta

Como puro início
Como tempo novo
Sem mancha nem vício

Como a voz do mar
Interior de um povo

Como página em branco
Onde o poema emerge

Como arquitetura
Do homem que ergue
Sua habitação

27 de abril de 1974

— Sophia de Mello Breyner Andresen
in *O Nome das Coisas*, 1977

O poema «Revolução» de Sophia de Mello Breyner Andresen foi escrito dois dias após a alteração do regime ocorrida a 25 de Abril de 1974 e reflete o sentimento de renovação que invadiu grande parte dos portugueses, libertados das amarras dum governo repressivo.

A poetisa mostra-nos bem aquilo que o movimento prometia ao povo, caracterizando o mundo novo que se estava a abrir perante todos. Para tal, inicia quase todos os versos pela conjunção comparativa «Como», estabelecendo um paralelo implícito entre o presente e o futuro, o antes

e o depois da Revolução.

O sujeito poético começa por afirmar que o país se encontrava «Como casa limpa / Como chão varrido», referindo-se ao início de um tempo claro, livre das marcas sujas da ditadura. A «porta aberta» desta nova casa que é o Portugal de Abril aponta para um caminho de liberdade e de transparência, contrário ao obscurantismo opaco do passado.

Uma das marcas de opacidade fascista tinham sido aquelas manchas e vícios dos opressores, que, com as suas medidas castradoras, impediam o povo de sair às ruas, de protestar, de escolher ou votar livremente, restringindo-o segundo os seus intuitos. Mas agora chegara um «tempo novo», «Como puro início», que se apresentava «sem mancha nem vício», como uma oportunidade de recomeçar, com o «lixo» político varrido do espaço público. Sophia propõe-nos, assim, uma sociedade democrática que promete ser mais lisa, mais justa, mais virtuosa, onde todos poderão escrever como numa «página em branco». A ação política será assim tão bela e justa como um livro de poesia «Onde o poema emerge».

Com a nova liberdade de ação e de expressão, o povo não terá mais receio de dar opinião ou de questionar seja o que for. O seu ânimo será «Como voz do mar / Interior de um povo». Da Revolução virá a felicidade que varrerá toda a tristeza e, com a força dela, a população há de erguer a democracia, aquela que é a casa dos homens livres: «Como arquitetura / Do homem que ergue / Sua habitação».

Este poema representa bem a convicção que residia na alma dos portugueses com o advento da Revolução: consideravam que era tempo de fechar a porta às agonias e restrições da ditadura e trilhar caminho em direção ao futuro, que consistia em instaurar a democracia, onde todos seriam livres, detentores de direitos fundamentais e merecedores de dignidade, de respeito e de equidade socioeconómica.

POR JOANA TEIXEIRA (TEXTO) E BÁRBARA RAIMUNDO (ILUSTRAÇÃO)

“

NESTA HORA

Nesta hora limpa da verdade é preciso dizer a verdade toda
Mesmo aquela que é impopular neste dia em que se invoca o
[povo

Pois é preciso que o povo regresse do seu longo exílio
E lhe seja proposta uma verdade inteira e não meia verdade

Meia verdade é como habitar meio quarto
Ganhar meio salário
Como só ter direito
A metade da vida

O demagogo diz da verdade a metade
E o resto joga com habilidade
Porque pensa que o povo só pensa metade
Porque pensa que o povo não percebe nem sabe

A verdade não é uma especialidade
Para especializados clérigos letrados

Não basta gritar povo é preciso expor
Partir do olhar da mão e da razão
Partir da limpidez do elementar

Como quem parte do sol do mar do ar
Como quem parte da terra onde os homens estão

Para construir o canto do terrestre
— Sob o ausente olhar silente de atenção —

Para construir a festa do terrestre
Na nudez de alegria que nos veste.

20 de maio de 1974

— Sophia de Mello Breyner Andresen
in *O Nome das Coisas*, 1977

«Nesta Hora» de Sophia de Mello Breyner Andresen é um poema cheio de significado e de relevância histórica e política.

O texto inicia com a ideia de que é necessário «dizer a verdade toda», mesmo que «impopular».

Este imperativo moral, sendo importante em todas as épocas, era ainda mais sensível no tempo em que a poetisa escreveu o poema — os anos que se seguiram ao 25 de Abril —, pois o povo tinha sido enganado e amordaçado durante várias décadas.

Assim, a autora destaca que é preciso oferecer «a verdade inteira» e não metade da verdade, para que o povo possa regressar do seu

«longo exílio», expressão que representa não só o degredo efetivo daqueles que tiveram de abandonar Portugal para fugir às perseguições políticas, mas também o facto de a população estar marginalizada no seu próprio país, pois as suas necessidades não eram atendidas, as suas opiniões eram desconsideradas, as suas tomadas de posição eram condenadas. Eram, no fundo, exilados da nação.

Mas no momento em que, por efeito da Revolução, os cidadãos são chamados de novo à participação, o eu lírico considera ser urgente a plena partilha da realidade. E verifica que «O demagogo», o político ardiloso que «joga com habilidade», não é leal, manipula a informação para servir os seus próprios interesses. O sujeito poético sugere que esses líderes subestimam a inteligência do povo e pensam que este, em virtude da sua ignorância e impreparação, só consegue lidar com metade da verdade. Porém a verdade, para o eu lírico, «não é uma especialidade / Para especializados clérigos letrados», mas sim um direito de todos.

Assim, como escritora, com a sua mestria da palavra, Sophia recomenda o método para falar às populações: «É preciso expor / Partir do olhar da mão e da razão / Partir da limpidez do elementar». Os meandros da política têm de ser tornados simples e claros, para que todos os entendam e não para mistificar os menos doutos. No fundo, é a linguagem cristalina que a própria poetisa usa nos seus textos.

Um dos recursos de estruturação do poema é a anáfora, que marca as ideias através da repetição, tornando-as límpidas e elementares. São reiteradas expressões como «verdade inteira» e «meia verdade», que são explicitadas pela comparação com «meio salário» e «metade da vida», mostrando que uma parcela de todos estes elementos não chega, as pessoas têm direito à totalidade, qualquer ser humano merece a dignidade «inteira» e não uma fração dela, pois também ele não é só meia pessoa, nem respira só a meio gás e nem pensa só pela metade. Mas «neste dia em que se invoca o povo», tantas vezes no comício da campanha eleitoral, no tempo de antena do partido, no dia das eleições, é

de toda a conveniência jogar com as palavras e manipular as ideias em proveito próprio.

O poema termina com três estrofes repletas de imagens simbólicas: a primeira (ou seja, a antepenúltima) invoca os elementos da natureza («do sol do mar do ar») e a «terra onde os homens estão»; a segunda (ou penúltima) remete para a construção do «canto do terrestre»; a terceira propõe que se promova «a festa do terrestre». Estes aspetos sugerem que a autora valoriza a conexão do homem com o mundo natural e interliga-a com a edificação de uma sociedade mais justa. O cosmos, na sua beleza de meios e de fins, na sua pureza harmoniosa (a «nudez de alegria que nos veste»), constitui um modelo para o homem. Sophia acredita que, se o contemplarmos com «o ausente olhar silente de atenção», poderemos aceder à forma justa de encararmos o mundo, de nos relacionarmos com os outros e de nos organizarmos socialmente.

Em resumo, a poetisa não foi apenas crítica em relação ao tremendo tempo do fascismo, também apontou o dedo aos sofistas do regime democrático, que manipulam a verdade das tribunas. Esta mensagem e outras presentes na sua poesia continuam muito relevantes nos nossos dias, restando-nos concluir que «Nesta hora» é também a nossa hora, tanto para o bem como para o mal.



JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS

POR FRANCISCO PEREIRA E MARTIM PAULO

José Carlos Ary dos Santos, poeta, ativista, declamador, cançonetista irreverente e frontal, é, sem dúvida, uma das personalidades marcantes da cultura portuguesa. Nasceu em Lisboa a 7 de dezembro de 1936 e faleceu na mesma cidade a 18 de janeiro de 1984, devido a uma cirrose hepática.

Oriundo de uma família abastada de origem aristocrática, desde cedo revelou a sua inconformidade e rebeldia. Aos 16 anos abandonou o lar paterno, por revolta contra a educação rígida e conservadora que tivera e por incompatibilidade de temperamento com o progenitor, sobretudo após a morte prematura da mãe. Como tal, foi forçado a trabalhar para sobreviver e uma das áreas para as quais canalizou a sua criatividade foi a da publicidade, onde trabalhou vários anos em diversas agências. É dele o seguinte *slogan*: «Cerveja Sagres, a sede que se deseja».

O início da sua produção escrita é bastante precoce, mas Ary dos Santos só publica a sua primeira coletânea de poesia, intitulada *A Liturgia do Sangue*, em 1963.

Seis anos mais tarde, o seu posicionamento político radicalizou-se, aderindo ao Partido Comunista Português, ainda na clandestinidade, e fazendo parte da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa, que, em oposição ao regime, disputou as eleições legislativas de 1969. Foi também nessa data que concorreu ao Festival da Canção, com o poema «Desfolhada», musicado por Nuno Nazareth Fernandes e interpretado por Simone de Oliveira. A composição alcançou o primeiro lugar e a ela se seguiram outras produções

de destaque como «Menina do Alto da Serra» (1971), na voz de Tonicha, «Tourada» (1973), cantada por Fernando Tordo, e «Portugal no Coração» (1977).

No que diz respeito à sua intervenção política, além dos poemas revolucionários que escreveu, como o inolvidável «As Portas que Abril Abriu», José Carlos Ary dos Santos utilizou os seus dotes publicitários na criação de cartazes para a campanha eleitoral das CDE, que foram elementos determinantes de mobilização popular. Era também um animador pujante de eventos sociais e um declamador exímio, tendo integrado espetáculos que foram sendo realizados em oposição ao regime por todo o país.

Após o 25 de Abril torna-se um ativo dinamizador cultural da esquerda, percorrendo o território nacional de lés a lés, recitando poemas seus e de outros escritores e mobilizando as populações para a sua intervenção cívica e política.

Pouco antes de falecer, quando estava gravemente doente, o poeta redigiu um testamento em que legava o espólio das suas cantigas ao Partido Comunista Português, do qual foi militante até ao fim dos seus dias. Como afirma José Francisco Silva num documentário biográfico sobre o escritor, realizado por Rogério Ceitil, em 2002, para a RTP2, «O Zé Carlos via no Partido Comunista a entidade que, de alguma forma, simbolizaria as pessoas a quem ele gostaria de legar o seu património, as pessoas vítimas de injustiças sociais.»

WWW.E-CULTURA.PT/EFEMERIDE.



A citação que segue, da lavra de Ary dos Santos, resume o propósito maior do poeta.

“

A poesia é, em primeiro lugar, a maneira que eu tenho de falar com o meu povo. Depois é, por causa desse povo, a própria razão da minha vida. É pesquisa, luta, trabalho e força. Ser poeta é escolher as palavras que o povo merece [...].

É certo que os meus detratores, na sua maioria, evidentemente, criticando à direita — e, tristemente, uma minoria criticando à esquerda —, utilizam como principal argumento contra o que faço agora o dizerem que eu deixei de ser poeta para me tornar «comicieiro». O que é certo é que nunca abandonei nenhuma das três linhas que fazem parte do todo da minha poesia: a lírica, a satírica e de intervenção. Não tenho culpa de que em Portugal as entradas para os comícios do meu partido não custem dinheiro e os livros estejam pela hora da morte.

— José Carlos Ary dos Santos
in «O Poeta morreu — a voz continua», *Diário de Notícias* (suplemento de domingo), coletânea de textos extraídos de entrevistas, Lisboa, 22/01/1984, pp. 38-40.



“

SONETO DO TRABALHO

Das prensas dos martelos das bigornas
das foices dos arados das charruas
das alfaias dos cascós e das dornas
é que nasce a canção que anda nas ruas.

Um povo não é livre em águas mornas
não se abre a liberdade com gazuas
à força do teu braço é que transformas
as fábricas e as terras que são tuas.

Abre os olhos e vê. Sê vigilante
a reação não passará diante
do teu punho fechado contra o medo.

Levanta-te meu Povo. Não é tarde.
Agora é que o mar canta é que o sol arde
pois quando o povo acorda é sempre cedo.

— José Carlos Ary dos Santos
in *O Sangue das Palavras*, 1978

Neste poema de Ary dos Santos, há uma crítica direta à falta de liberdade e de justiça social, que se reflete na situação dos trabalhadores, como o título enuncia. O autor destaca que a autodeterminação dos povos não é algo que possa ser alcançado sem luta e que a força braçal dos operários e lavradores é essencial para transformar as fábricas e as terras que são suas.

Os três primeiros versos do soneto constituem enumerações de objetos relacionados com o árduo labor destes homens, começando pelos utensílios do trabalho metalúrgico e terminando nas alfaias agrícolas. De realçar a referência à «foice» e ao «martelo», evocando o símbolo do Partido Comunista.

No final dessa estrofe, completando a personificação e recorrendo à metáfora, todos os instrumentos elencados (representativos dos trabalhadores) são referenciados como a origem da «canção que anda nas ruas».

Esta expressão é evocativa da cantiga de intervenção, que coloca a música ao serviço da luta contra os poderes totalitários e as superestruturas capitalistas. Nesta primeira estrofe está subjacente a renúncia de Ary dos Santos aos privilégios da classe social de onde era oriundo e a sua aliança com os mais pobres e desfavorecidos, abraçando a sua causa.

Apesar de o soneto ter sido escrito em 1978, pós-Revolução dos Cravos, Portugal e os portugueses estavam longe de ser livres. Agravada pela crise internacional e pela perda dos mercados coloniais, uma difícil situação económica assolava o nosso país, com a desvalorização do escudo, uma inflação e um desemprego crescentes, o que levou à intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). Foram aplicadas medidas de

austeridade e estas tiveram como consequência a propagação de sentimentos de desânimo e impotência entre os carenciados.

O sujeito poético pretende justamente agitar as «águas mornas» da concertação social, contrariando a passividade e a dormência do povo, que, segundo ele, nunca podem conduzir à sua emancipação e à melhoria das suas condições de vida. O poeta deseja que os trabalhadores se consciencializem da sua força, se unam e tomem as rédeas do seu destino nas mãos. O *leitmotiv* da Revolução — «O povo unido jamais será vencido!» — constituía, afinal, palavra de ordem na militância ativa de José Carlos Ary dos Santos.

É de notar, de resto, o uso da segunda pessoa do singular («à força do teu braço é que transformas / as fábricas e as terras que são tuas») e o efeito de fraternidade entre o poeta e os «camaradas» de luta, os irmãos com os quais o autor se identificava profundamente, como está patente na sua obra e na sua vida. De recordar, mais uma vez, que o país se encontrava em ebulição devido ao FMI, à sucessão de governos, às nacionalizações de grandes indústrias e à Reforma Agrária, empobrecendo uma população já de si escassa em recursos.

No primeiro terceto do poema, inicia-se uma interpelação direta à ação, através da utilização dos verbos na forma imperativa: «Abre os olhos e vê. Sê vigilante». Estas são palavras de alerta e também de incentivo para que o povo se liberte do medo e exerça o seu poder de transformação social. O sujeito poético incita os trabalhadores a enfrentarem as manobras dos poderosos, mostrando-lhes que eles detêm a força dos seus próprios membros e da sua coragem física: «a reação não passará diante / do teu punho fechado contra o medo».

No segundo terceto temos a exortação final: «Levanta-te meu Povo. Não é tarde». A utilização do determinante possessivo na primeira pessoa do singular parece transmitir uma ideia de paternidade, como

pai que encoraja um filho a seguir em frente. Por outro lado, a afirmação de que «Não é tarde» vem corroborada no verso seguinte com a utilização do advérbio «agora», que mostra a coincidência certa do momento de agir.

No penúltimo verso do poema – «Agora é que o mar canta é que o sol arde» –, a referência ao mar, símbolo recorrente na História de Portugal, associado às conquistas, à ousadia e ao heroísmo, assim como a alusão ao sol, símbolo de poder, de luz e de vida, confirmam que chegou a ocasião propícia para o povo acordar. E sempre que este desperta é cedo, uma vez que não lhe é permitido levantar tarde, não lhe é permitido preguiçar: «pois quando o povo acorda é sempre cedo».

Em conclusão, o «Soneto do Trabalho» é um poema de grande empenhamento político e social, em que se cruzam momentos históricos com a criação poética ao serviço da coletividade. O texto mantém a sua atualidade e a sua força, visto que, independentemente de termos alcançado a liberdade com a Revolução dos Cravos, é necessário continuarmos a lutar e perseverarmos na nossa vigilância, para que as conquistas de Abril não sejam revertidas e para que possamos contribuir para um mundo ainda melhor, onde todos tenham espaço para a plena realização.



POR RODRIGO MARQUES (TEXTO) E CATARINA LABISA (TEXTO E FOTOS)

“

AOS MORTOS VIVOS DO TARRAFAL

Ao cabo de Cabo Verde
dobrado o cabo da guerra
quando o mar sabia a sede
e o sangue sabia a terra
acabou por ser mais forte
a esperança perseguida
porque aconteceu a morte
sem que se acabasse a vida.

Ao cabo de Cabo Verde
no campo do Tarrafal
é que o futuro se ergue
verde-rubro Portugal
é que o passado se perde
na tumba colonial,
ao cabo de Cabo Verde
não morreu o ideal.

Entre o chicote e a malária
entre a fome e as bilioses
os mártires da classe operária
recuperam suas vozes.
E vêm dizer aqui
do cabo de Cabo Verde
que não morreram ali
porque a esperança não se perde.

Bento Gonçalves torneiro
ainda trabalhas o ferro
deste povo verdadeiro
sem a ferrugem do erro.

Caldeira de nome Alfredo
fervilham no teu caixão
contra o ódio e contra o medo
gérmes de trigo e de pão.

“

E tu também Araújo
e tu também Castelhana
e também cada marujo
que morreu a todo o pano.

Todos vivos! Todos nossos!
vinte trinta cem ou mil
nenhum de vós é só ossos
sois todos cravos de Abril!

No campo do Tarrafal
no sítio da frigideira
hasteava Portugal
a sua maior bandeira.

Bandeira feita em segredo
com as agulhas das dores
pois o tempo do degredo
mudava o sentido às cores:
o verde de Cabo Verde
o chão da reforma agrária
e o Sol vermelho esta sede
duma água proletária.

Do cabo de Cabo Verde
chegam tão vivos os mortos
que um monumento se ergue
para cama dos seus corpos.
Pois se o sono é como o vento
que motiva um golpe de asa
é a vida o monumento
dos que voltaram a casa.

— José Carlos Ary dos Santos

in *O Sangue das Palavras*, 1978

«Aos Mortos Vivos do Tarrafal» é um texto com que o autor pretendeu homenagear os prisioneiros torturados e mortos no campo de concentração do Tarrafal, no arquipélago de Cabo Verde, durante uma boa parte do período de vigência do Estado Novo. O poema é uma crítica à injustiça do regime salazarista e uma expressão de solidariedade para com as vítimas. Foi escrito após o 25 de Abril de 1974, por ocasião da trasladação para Portugal dos restos mortais dos 32 resistentes assassinados e, apesar de terem sucumbido, estes homens surgem no texto de Ary dos Santos como heróis vivos.

De recordar que foi a 29 de outubro de 1936 que chegaram ao Tarrafal, na zona mais a norte da ilha de Santiago, os primeiros 152 prisioneiros políticos, que, de imediato, foram colocados a trabalhar, sob um sol abrasador, na construção do muro da prisão. O isolamento do local era ideal para manter sigilosas as práticas impiedosas e brutais das autoridades portuguesas, e o clima insalubre, a carência de água potável e a abundância de mosquitos na estação das chuvas (entre agosto e outubro) propiciavam o aparecimento de doenças. Eram as condições propícias para que se cumprisse a finalidade da colónia penal: a degradação física e moral dos prisioneiros pela submissão a uma situação de cativo sub-humano: rigores climáticos extremos, torturas atrozes e privações terríveis, ausência de cuidados médicos, falta de higiene e de conforto mínimos.



As duas primeiras estrofes do poema de Ary dos Santos constituem como que uma localização simbólica do Tarrafal, que surge à vista do homem «Ao cabo de Cabo Verde», «quando o mar sabia a sede / e o sangue sabia a terra». O poeta alude aqui, naturalmente, à falta de água e à violência perpetrada contra os prisioneiros, numa terra hostil. Para indicar os sacrifícios humanos que aí ocorreram, o sujeito poético utiliza a expressão «tumba colonial», mas acaba por transmutar esse lugar, que também ficou conhecido como o Campo da Morte Lenta, em representação de vida e de esperança: «acabou por ser mais forte / a esperança perseguida / porque aconteceu a morte / sem que se acabasse a vida». A razão desta paradoxal permanência reside no facto de o «ideal» de luta e de transformação política não ter perecido e, por isso, o «verde-rubro Portugal» renasce transmutando o «passado» negro em «futuro» promissor.

Na terceira estrofe, o poeta enumera as doenças e os maus-tratos de que foram alvo «os mártires da classe operária»: «o chicote e a malária», «a fome e as bilioses»; e nas estâncias seguintes evoca o nome dos prisioneiros que foram mortos no campo de concentração («Bento Gonçalves torneiro», «Caldeira de nome Alfredo», «Araújo», «Castelhano»), mas também o coletivo de vítimas sem nome («cada marujo / que morreu a todo o pano»).

Alguns dos homens referidos foram figuras destacada da luta antifascista: Bento Gonçalves foi Secretário-Geral do PCP entre 1929 e 1942 e faleceu no Tarrafal por doença, quando já tinha cumprido integralmente a pena a que fora condenado. Alfredo Caldeira desempenhou altos cargos no Comité Central e no Secretariado do Partido Comunista, e foi responsável pela Organização Revolucionária da Armada. Sucumbiu no Campo da Morte Lenta, aos trinta anos de idade, por ter contraído biliose. Mário dos Santos Castelhano foi um anarco-sindicalista ativo e o último coordenador do Secretariado da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Também foi ceifado pela doença, uma epidemia que grassou no campo, deixando muitos acamados sem quaisquer cuidados médicos, porque, tal como é frequentemente relatado, o único médico que penetrava nas instalações do

Tarrafal tinha como incumbência passar as certidões de óbito.

As referências individuais aos mortos do Tarrafal, para além de constituírem uma homenagem e um sinal de admiração pela coragem destes lutadores, servem para os vivificar: «Todos vivos! Todos nossos!». Estão vivos porque fazem parte da memória coletiva e porque alimentam a fé dos que sobreviveram. Por eles, não pelo poder fascista, «No campo do Tarrafal / no sítio da frigideira / hasteava Portugal / a sua maior bandeira.»

A famosa «frigideira» era o nome sugestivo dado a uma das mais horrendas torturas deste campo de morte. Tratava-se de uma estrutura fechada de cimento com uma porta de metal e lotação para dois ou três presos por cela, mas onde chegava a permanecer uma dúzia de pessoas numa área de nove metros quadrados. Ficava exposta à torreira do sol e nas horas de maior calor a temperatura podia atingir os 60°C. Os prisioneiros eram aí encarcerados dias a fio quase sem água e sem comida. Saíam (quando saíam!) de lá definhados e exangues.

Na penúltima estrofe do poema a bandeira portuguesa e as suas cores assumem uma tonalidade lírico-dramática: a primeira é feita com «as agulhas das dores», portanto, resulta do sofrimento dos perseguidos do regime; por sua vez, o «tempo do degredo» alterou «o sentido às cores», ou seja, o verde foi buscar o seu tom a Cabo Verde e o vermelho ao «Sol» escaldante da terra e à «sede / dum água proletária», por um lado porque é sequiosa a terra e porque são sequiosas de justiça social as almas dos condenados.

Para finalizar, o poeta afirma que naquele ano de 1974 chegaram «tão vivos os mortos» do Tarrafal que a sua sepultura foi um monumento em seu louvor. De resto, chegaram não a um mausoléu onde depressa serão esquecidos, mas sim «a casa», ao lar que para sempre os acolherá. A vida é o monumento destas vítimas e o lirismo é-o também. «Aos Mortos Vivos do Tarrafal» é um exemplo do poder da poesia como forma de resistência e de solidariedade, como lugar da memória e de homenagem aos grandes exemplos morais e cívicos, como forma de guardar sementes do passado e fazê-las germinar no futuro.

MANUEL ALEGRE

POR JOANA MELO, MARGARIDA JEREMIAS E MIGUEL BAETA

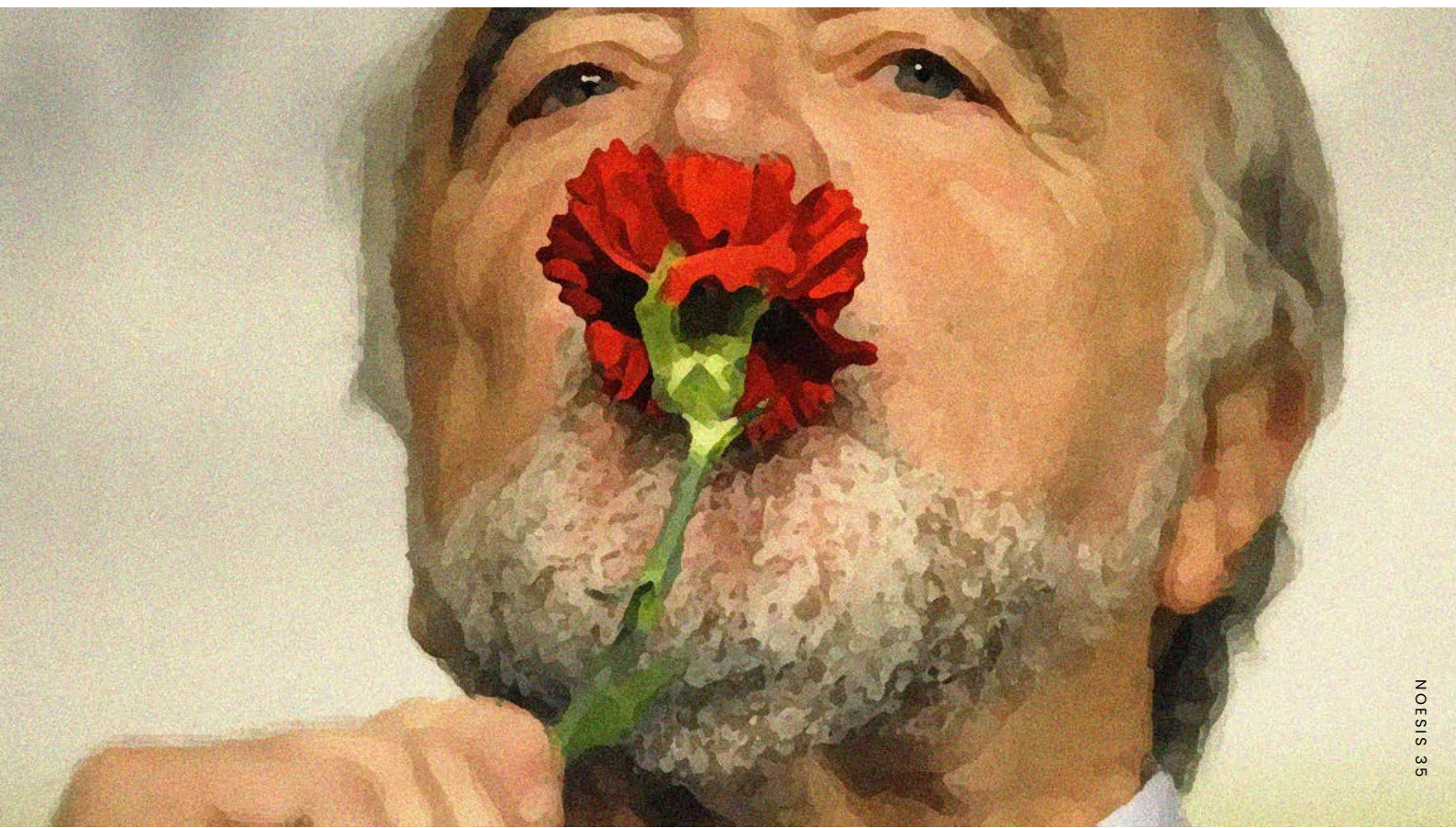
Manuel Alegre de Melo Duarte nasceu a 12 de maio de 1936 em Águeda, no seio de uma família de tradição política liberal com ascendência aristocrática. O seu trisavô paterno, Francisco Soares de Freitas, 1.º Visconde do Barreiro, notabilizou-se na luta contra o absolutismo. O seu bisavô paterno, Carlos de Faria e Melo, foi Governador Civil do Distrito de Aveiro. O escritor teve, portanto, a quem sair quando optou por desenvolver uma carreira política desafiadora e comprometida.

Estudou Direito em Coimbra e já nesse período demonstrava uma grande consciência política e sobretudo uma forte animosidade em relação ao regime salazarista, tornando-se um ativo dirigente estudantil e um dinâmico animador de iniciativas culturais, como no Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra.

Em 1957 inicia a sua militância no Partido Comunista Português e no ano seguinte apoia a candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República.

O seu posicionamento crítico coloca-o sob a mira do regime de Salazar e em 1961 é chamado para cumprir o serviço militar nos Açores, onde tenta, sem sucesso, uma ocupação da ilha de S. Miguel com o então capitão Melo Antunes, futuro estratega da Revolução dos Cravos. Em 1962 é mobilizado para Angola, onde dirige uma tentativa pioneira de revolta militar, que o leva à prisão em Luanda, em 1963.

Depois de seis meses em cativeiro, a ameaça de nova detenção e de julgamento pelo Tribunal Militar leva-o a passar à clandestinidade e a partir para o exílio, passando muito brevemente por Paris e fixando-se, durante dez anos, em Argel, onde é dirigente da Frente Patriótica de Libertação Nacional e locutor da estação de rádio *Voz da Liberdade*, cujas emissões eram dirigidas a Portugal e às colónias africanas. Nelas se difundiam notícias que o governo salazarista censurava e se apelava à luta contra o re-



gime vigente em Portugal, apoiando também os movimentos de libertação nas colónias ultramarinas.

Entretanto, Manuel Alegre inicia a publicação da sua poesia, também como forma de intervenção política. As suas obras *Praça da Canção* (1965) e *O Canto e as Armas* (1967) são apreendidas pela censura, mas circulam em cópias clandestinas, inspirando e mobilizando muitos à ação. Poemas seus, cantados por Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire e Luís Cília, entre outros, tornam-se emblemáticos da luta pela liberdade.

Em 1968, após onze anos de militância, Alegre afasta-se do Partido Comunista Português e adere à Ação Socialista Portuguesa, a qual iria estar na origem do Partido Socialista Português.

O poeta regressa finalmente a Portugal a 2 de maio de 1974, sete dias após o 25 de Abril. A partir do então exerce muitos cargos políticos. Foi deputado por Coimbra em todas as eleições desde 1975 até 2002 e por

Lisboa a partir dessa data. Fez parte do I Governo Constitucional formado pelo Partido Socialista em 1976. Assumiu a vice-presidência da Assembleia da República entre 1995 e 2009 e foi membro do Conselho de Estado em diferentes inerências nos períodos de 1996-2002 e 2005-2016. Em 2004 foi candidato a secretário-geral do PS, perdendo para José Sócrates. Em 2005 candidatou-se à Presidência da República como independente, posicionando-se em segundo lugar e à frente do candidato socialista Mário Soares. Em 2009 despediu-se do lugar de deputado, que ocupou durante 34 anos, mas, até aos dias de hoje, permanece um militante diligente do partido socialista.

Manuel Alegre é indubitavelmente uma das principais referências da democracia portuguesa e uma figura emblemática da nossa literatura, tendo obtido diversos galardões, entre os quais os prémios Pessoa, em 1999, e Camões, em 2017.



Sons de abril: A rádio combate o regime

De Argel, a voz de Manuel Alegre apela à revolta dos portugueses, no verão de 1968. Pede que aproveitem a doença súbita que tirou o ditador Salazar do poder. Apesar da mensagem emitida pela Rádio Voz da...

POR JOANA MELO

“

TROVA DO VENTO QUE PASSA

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.

Pergunto aos rios que levam
tanto sonho à flor das águas
e os rios não me sossegam
levam sonhos deixam mágoas.

Levam sonhos deixam mágoas
ai rios do meu país
minha pátria à flor das águas
para onde vais? Ninguém diz.

Se o verde trevo desfolhas
pede notícias e diz
ao trevo de quatro folhas
que morro por meu país.

Pergunto à gente que passa
porque vai de olhos no chão.
Silêncio — é tudo o que tem
quem vive na servidão.

Vi florir os verdes ramos
direitos e ao céu voltados.
E a quem gosta de ter amos
vi sempre os ombros curvados.

E o vento não me diz nada
ninguém diz nada de novo.
Vi minha pátria pregada
nos braços em cruz do povo.

Vi meu poema na margem
dos rios que vão pró mar
como quem ama a viagem
mas tem sempre de ficar.

Vi navios a partir
(Portugal à flor das águas)
vi minha trova florir
(verdes folhas verdes mágoas).

Há quem te queira ignorada
e fale pátria em teu nome.
Eu vi-te crucificada
nos braços negros da fome.

E o vento não me diz nada
só o silêncio persiste.
Vi minha pátria parada
à beira de um rio triste.

Ninguém diz nada de novo
se notícias vou pedindo
nas mãos vazias do povo
vi minha pátria florindo.

E a noite cresce por dentro
dos homens do meu país.
Peço notícias ao vento
e o vento nada me diz.

Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.

Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não.

1963

— Manuel Alegre
in *Praça da Canção*, 1965

«Trova do vento que passa» é um poema emblemático da obra de Manuel Alegre e um exemplo da poesia de intervenção política que marcou o contexto histórico português do período da ditadura. Tal como em muitas outras composições suas desta altura, nele o poeta faz da arte uma «arma» de crítica ao Estado Novo, por vezes recorrendo a metáforas e símbolos da tradição literária para camuflar mensagens mais duras, relativamente às quais a censura não pouparia o seu lápis azul. Muitos desses textos foram musicados e interpretados por outros opositores ao regime e a «Trova do vento que passa» não fugiu a esse designio, tendo sido musicada por António Portugal e incluída no disco *Fados de Coimbra* de Adriano Correia de Oliveira.

Ao longo das quinze estrofes que compõem o poema, é traçado um quadro, com imagens, bebidas na natureza, da angústia e do desespero de um povo que vive na «servidão», ao mesmo tempo que o sujeito poético lança um apelo à resistência antifascista: «há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não.». Sem dúvida que a experiência do cativo em Angola e o exílio que se perspectivava aos olhos de Manuel Alegre no ano de 1963, data de elaboração do poema, muito influenciaram o seu lirismo dolente e inspirado. O poeta, que se encontrava longe da sua pátria, saudoso de Portugal, pergun-

ta «ao vento que passa / notícias do meu país» e este nada lhe responde, pois, num regime opressivo como o de Salazar, não era possível tornar públicas as verdades incómodas: «e o vento cala a desgraça / o vento nada me diz.».

Por falta de resposta, o sujeito poético continua o seu questionamento e desta vez dirige-se aos rios do seu país. Mas também eles não podem consolá-lo com boas novas, antes pelo contrário, «levam sonhos e deixam mágoas», levam as aspirações do povo, que as não pode concretizar, e semeiam a tristeza e o desalento nos que vivem sem direito à justiça e à liberdade. E toda a água fluvial que inunda estas estrofes repete o mesmo estribilho de desânimo, de estagnação, de incerteza na direção do futuro: «minha pátria à flor das águas / para onde vais? Ninguém diz.»

Sem rumo, sem perspectivas, sem comunicação, só resta desfolhar o «verde trevo» e dizer-lhe «que morro por meu país». A natureza de Manuel Alegre não é como a de algumas cantigas de amigo, em que as donzelas perguntavam novas do seu amado à «flor de verde pino» e esta garantia que ele voltaria em breve e que a felicidade seria de novo instaurada. Na «Trova do vento que passa» o mundo humano vive ao contrário do mundo natural: se «os verdes ramos» florescem «direitos e ao céu voltados», as pessoas servis andam «sempre de ombros curva-



dos»; se os rios «vão pró mar», seguindo o seu natural curso, o poema permanece na margem, «como quem ama a viagem / mas tem sempre de ficar».

Então, na quinta estrofe, o sujeito poético interpela a «gente que passa / porque vai de olhos no chão», mas também não obtém resposta, pois este povo cabisbaixo está demasiado habituado à «servidão» para reagir, permanecendo num mutismo amarfanhado e triste.

O poema prossegue refletindo a angústia sentida pelo eu lírico perante os sinais negativos dum regime fechado e anacrónico, em que «o vento não me diz nada / ninguém diz nada de novo», a pátria está «pregada / nos braços em cruz do povo» e acha-se «crucificada / nos braços negros da fome». São as condições de miséria e de falta de meios que o poeta aqui denuncia. E aponta também as baterias à hipocrisia de alguns, que querem que as populações continuem ignoradas e ignorantes («Há quem te queira ignorada»), mas depois exaltam a nação à boca cheia («fale pátria em teu nome»), como se fossem patriotas verdadeiros. É por estes aspetos dramáticos que «a noite cresce por dentro / dos homens do meu país» e «só o silêncio persiste».

Ainda assim, entre tantos aspetos que poderiam levar ao desespero e à desistência, o sujeito poético vai semeando breves apontamentos de harmonia. Para a-

lém da natureza, que convoca uma imagem de nobreza e plenitude, há «navios a partir / (Portugal à flor das águas)», há esta sua trova a «florir / (verdes folhas verdes mágoas)». É verdade que surgem, em parte, entre parênteses, mas mostram, ainda assim, que os portugueses têm a capacidade de se aventurarem, de criarem novos mundos, novas artes. E é por isso que, nas duas últimas estrofes, o eu lírico vai encontrar uma luz ao fundo do túnel («Mas há sempre uma candeia / dentro da própria desgraça»), motivo para esperança e razões para lutar: «Mesmo na noite mais triste / em tempo de servidão / há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não». E tudo porque alguém «semeia / canções no vento que passa».

O vento é, assim, o símbolo da transmissão da palavra inspiradora, da palavra que convoca à ação. Onde só existia o silêncio e o desalento, ele desperta o ânimo e a iniciativa. Foram precisos onze anos desde que o poema foi escrito até ao dia da libertação, desde que a candeia se acendeu até que o grande incêndio deflagrou, mas se isso aconteceu é porque

«há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não!»

Versão de Amália Rodrigues e Alain Oulman da canção



Amália Rodrigues - "Trova do Vento que Passa" (Audio, ...)



Share


TROVA DO VENTO QUE PASSA

AMALIA

COM QUE VOZ



ALBUM: Com que Voz
Faixa / Track #3
(2019 Remastered)

Watch on  YouTube



POR MERCÊS MATA

“

É PRECISO UM PAÍS

Não mais Alcácer Quibir.
É preciso voltar a ter uma raiz
um chão para lavrar
um chão para florir.
É preciso um país.

Não mais navios a partir
para o país da ausência.
É preciso voltar ao ponto de partida
é preciso ficar e descobrir
a pátria onde foi traída
não só a independência
mas a vida.

— Manuel Alegre
in *O Canto e as Armas*, 1967

de casa, o nosso país foi sendo (des)governado por reis que preferiam gastar, como se tivessem um grande império, a trabalhar para de facto construir um. Para isso, seria preciso ficar, planejar e investir em Portugal, nas suas terras e nas pessoas, prezá-las e valorizá-las. Mas nós não aprendemos com os erros dos nossos antepassados...

Em 1961, os navios voltam a partir, desta vez para as colónias, que reclamavam a independência, deixando Portugal, novamente, como «o país da ausência». Por isso, Manuel Alegre pede «Não mais Alcácer Quibir.», «Não mais navios a partir». Portugal não pode continuar a ser abandonado pelos seus, pois precisa dos portugueses para poder ser uma nação. «É preciso um país.», afirma, precisamos de «ter uma raiz / um chão para lavrar / um chão para florir.», ou seja, precisamos de um território onde possamos crescer, onde possamos viver e, para isso, é importante que Portugal cresça

O poema «É preciso um país», de Manuel Alegre, foi escrito após a sua participação na guerra colonial e exorta-nos a «voltar ao ponto de partida» para que seja possível reconstruir Portugal.

A glória do povo português teve o seu apogeu na Expansão marítima, quando os bravos marinheiros portugueses partiram à aventura, deixando o seu berço para trás. As nossas naus espalharam-se pelos oceanos e foram travadas batalhas em nome da coroa portuguesa em diversos continentes. E, assim, foi criada a lenda do povo luso que, dentro de cascas de noz, partiu rumo ao desconhecido.

Quem ouve estas histórias rapidamente se questiona sobre o que terá acontecido para a queda de um tão promissor império. A resposta é fácil: enquanto os nossos «lusíadas» lutavam pelo novo mundo longe

também. Esse desiderato opunha-se ao regime ditatorial, instaurado há quase três décadas, que, tal como todas as tiranias, impedia o país de avançar e de evoluir social e economicamente.

Os navios que partem para a guerra colonial, uma realidade familiar a Manuel Alegre, levam para longe, mais uma vez, os recursos indispensáveis para Portugal, os financeiros e os humanos, isto é, os jovens que são também o futuro de um país. O nosso território e os seus habitantes são deixados na miséria e na ânsia por aqueles que partiram.

No final do poema, Alegre revela-nos qual a solução: «É preciso voltar ao ponto de partida / é preciso ficar e descobrir / a pátria onde foi traída / não só a independência / mas a vida.»

Assim, segundo o poeta, a ditadura veio atrair não só a «independência» dos portugueses, pondo fim à sua liberdade, mas também a sua «vida», ou seja, implicou as mortes dos que foram enviados para o Ultramar e não voltaram mais, afetou a sobrevivência das suas famílias, mas, sobretudo, teve consequências nefastas na orgânica do país, impedindo-o de crescer.

Deste modo, Manuel Alegre critica a forma como os nossos conterrâneos sempre trataram Portugal: deslumbrados com o que havia lá fora, deixaram, repetidamente, a sua nação para segundo plano. Hoje em dia, quase 3 milhões de portugueses residem no estrangeiro, onde, com frequência, lhes são oferecidas melhores oportunidades e um estilo de vida superior ao que teriam cá. Em consequência disso, temos, espalhado pelo mundo, o equivalente a mais de um quarto da população portuguesa, sem contribuir para o crescimento do país (pelo menos diretamente) e não podemos recriminar os que assim procedem. Mais uma vez a culpa

recai, sobretudo, nos líderes, que não fazem da vida em Portugal algo especialmente aliciante para os que cá nasceram.

«É preciso um país», de Manuel Alegre, é um apelo aos portugueses, para que não desistam de Portugal, uma vez que precisam dele para viver, tanto quanto o país precisa deles. Mas primeiro era necessário pôr fim à ditadura, reconstruir a democracia e voltar ao berço, à pátria, a Portugal.



«É Preciso um País», declamação de Manuel Alegre com acompanhamento improvisado de Carlos Paredes

ART FOR ALL

Manuel Alegre e Carlos Paredes - "É preciso um país" d...

Share

Watch on YouTube

NOESIS 41

POR MARGARIDA JEREMIAS E MIGUEL BAETA

“

ABRIL DE ABRIL

Era um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e tréguia e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.

Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjetivo Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.

Abril de vinho e sonho em nossas taças
era um Abril de clava Abril em ato
em mil novecentos e setenta e quatro.

Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril em que Abril se libertava.

Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
esse Abril em que Abril floresceu nas
armas.

—Manuel Alegre
in *Atlântico*, 1981

Manuel Alegre escreveu o poema «Abril de Abril» sete anos após a Revolução dos Cravos, lembrando e exaltando aquele momento tão marcante da sua vida e da História de Portugal. O poeta pretendeu, através dele, expressar a esperança, a renovação, a euforia e a libertação que esta alteração do regime político trouxe ao país.

Quase todas as estrofes principiam com a anáfora «Era um Abril», enfatizando a importância desse tempo que inaugurou uma nova forma de vida, «novos ritmos novos rumos». A repetição tem o valor de intensificar a carga simbólica do mês de abril, que é também a explosão da primavera, a renovação da natureza («de trevo [...] e vinho»), o «húmus», a matéria orgânica que servirá de base à construção de uma sociedade diferente, mais viçosa, com a energia e a paz («tréguia») que permitem construir um futuro mais risonho.

Anteriormente, a vida era feita de desconfiança, de repressão, de conflito, de infelicidade, sem cor nem esperança. Este é um «Abril de amigo», «um Abril comigo», um «Abril contigo», «um Abril na praça Abril de massas», «um Abril na rua», portanto, um tempo que se abriu à amizade, à sociabilidade, à solidariedade, à troca e à comunhão. Foi certamente um Abril de festa, que significou a alegria na rua, particularmente para as classes mais desfavorecidas, que viam agora desenhar-se a perspectiva da abundância («Abril a rodos»), de uma nova prosperidade («de trigo», «de vinho e sonho»), sem fome e sem miséria, com a prometida igualdade de oportunidades («Abril de sol que nasce para todos»).

Este Abril era também caracterizado pelo entusiasmo e pela inocência, sem cinismo («ainda só ardor e sem ardil»), era puro e verdadeiro, revelando a fé espontânea nos valores que a Revolução propunha.

Neste ano de «mil novecentos e setenta e quatro», a autodeterminação chegava ao povo português, por um «ato» de coragem, de bravura e virilidade que os revolucionários tinham demonstrado ao levarem a efeito este golpe de estado («Era um Abril viril Abril tão bravo»). Com ele se restaurava a liberdade de expressão dos ci-

dados, não mais o povo se veria obrigado à prática comum durante o Estado Novo de calar ou de falar à boca pequena, pois a palavra seria agora o exercício livre do pensamento: «Abril de boca a abrir-se Abril palavra / esse Abril em que Abril se libertava.»

E era finalmente «um Abril de clava Abril de cravo», o mês da Revolução dos Cravos, o mês que «floriu nas armas» dos Capitães de Abril e trouxe o novo tempo «sem fantasmas», o «Abril de mão na mão». Para Manuel Alegre, que assistiu à Revolução pela televisão, ainda em Argel, este foi o momento que inaugurou o fim de um longo exílio de dez anos, distante da pátria e ciente do profundo descontentamento e sofrimento em que vivia o seu povo face à situação social, política e económica de Portugal. Tudo o que ele exalta neste poema de positivo e de eufórico é o inverso do que se tinha vivido no Estado Novo, que de novo não tinha nada, era, pelo contrário, um estado muito velho e fora enfim derrubado pelo novo Abril.



Caricatura de Manuel Alegre por André Carrilho

“

○ EXÍLIO EM ARGEL

«Foi uma vida dura, não foi um exílio dourado. Tínhamos muitas dificuldades. Às vezes comíamos uma vez por dia, partilhávamos entre nós, mas ao mesmo tempo foi uma experiência muito exultante porque estava toda a gente que andava a lutar no mundo por uma causa: estavam os africanos ligados às colónias, os panteras negras, gente da Eritreia, portanto toda a gente que tinha um sonho, que estava oprimida ou que queria a libertação ou que tinha uma utopia — nessa altura a utopia era uma barca muito grande. Argel foi uma capital da utopia.»

—Entrevista a Manuel Alegre por Leonídio Paulo Ferreira
in *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 2017

ABRIL EM HAIKU

Inspirados pela Poesia de Abril e seguindo a estrutura fluida e breve do *haiku* japonês, os alunos do 12.º ano produziram os seus próprios poemas alusivos à **Revolução dos Cravos**.

Recriação de pinturas *haiga*

POR BEATRIZ PEREIRA

Com verde no cravo
A esperança não morreu
O povo venceu

A canção a tocar
O povo luta na rua
Desfaz-se a prisão

POR CAROLINA CAMÕES
E MADALENA RATO

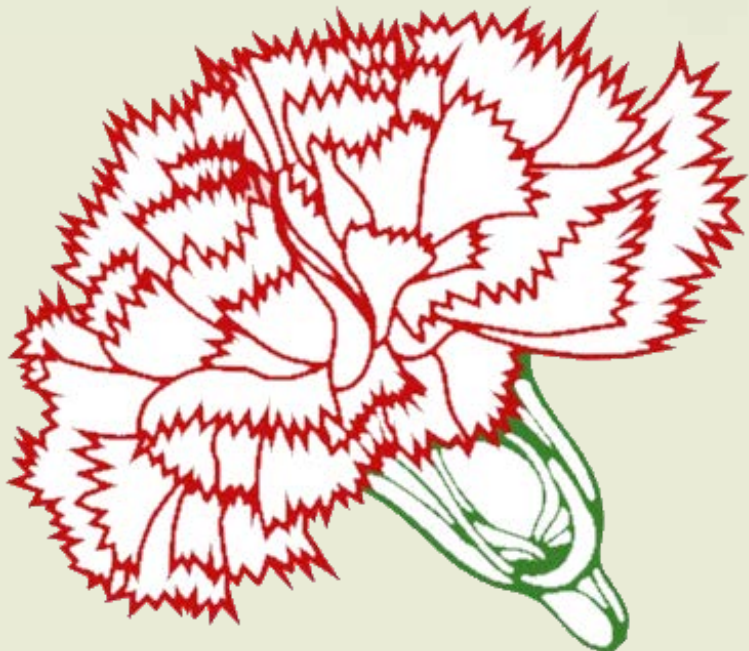
Numa madrugada,
onde a manhã espreita
a esperança nasce

Naquela manhã,
a música passava na rádio
era o som da liberdade

POR CAROLINA COSTA
E JOÃO CALADO

Um novo amanhecer
Rebenta a revolução
Por fim, liberdade.

Viva a rebeldia
O vermelho e verde surgem
Como o livre povo



POR JOANA VITORIANO
E FRANCISCO PEREIRA

Surgiu a vida
Ganhou a liberdade
Portugal sorri

Os nossos avós
Das trevas se libertaram
Neste dia dos cravos



POR SOFIA TODORIKO
E MARIANA MARTINS

Nesta madrugada,
Erguemos a bandeira
Em busca da paz.

Pela liberdade,
Armas se enchem de flores
E ruas de pessoas.



POR INÊS CORTEZ

Madrugada de abril
um povo, uma união
despertámos da escuridão.

Ruas pintadas de vermelho,
não é sangue, não
são as flores da Celeste.

Filhos de um povo
que não regressa mais,
despertem da escuridão.



POR RAQUEL ALMEIDA

Junto com o sol
Veio o verde e vermelho,
Na manhã de abril.

Na mão vem o cravo,
Mas oh! Já no coração...
Vem a liberdade!



POR JOÃO RIBEIRO

Honrados os mortos
Retorna a Liberdade
Mas por quanto tempo



Desenho do
Agrupamento de
Escolas da Sé, em
Lamego

POR MATILDE FIGUEIREDO
E TIAGO VALADAS

Cravos de sangue
Sangue sem ser derramado
Sangue do povo

Liberdade é luz,
Dia vinte e cinco de abril,
Brilha em cada olhar.



POR JOÃO LOPES
E JOÃO MAGALHÃES

Cravos na espingarda!
O povo vitorioso;
Fim do sofrimento!

Folhas cor de sangue,
Talo verde, esperança.
Cravo é Portugal!



POR NIKOLAY GRACHEV

Foi nesta manhã
Que Portugal renasceu
O povo venceu

Que grande dia
Que grande movimento
Que grande nação



Desenho do Agrupamento
de Escolas da Sé, em
Lamego

POR MARIANA RAMOS

Unimos forças
Vozes foram ouvidas
Chegou a liberdade

OUTROS POEMAS DE ABRIL

A Revolução dos Cravos inspirou ainda outras composições sugestivas.

POR ANA CATARINA SIMPLÍCIO

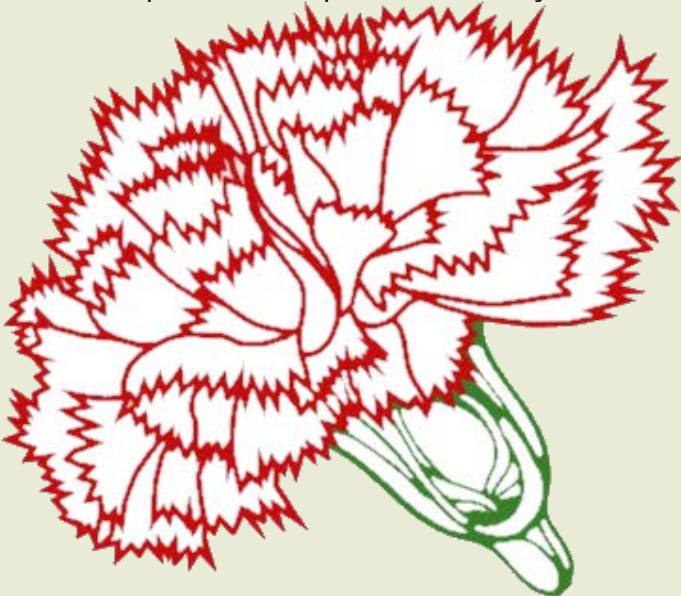
Liberdade,
O que é a liberdade?
É o fogo que habita nos nossos
corações,
Que desperta as nossas emoções,
Ardendo cheio de vivacidade.

Liberdade,
Que criaste a sensação,
De que nada foi em vão,
Quando vivíamos sem verdade
E sem liberdade de expressão.

Todos queríamos falar,
Poder uma opinião formar,
Mas todos aqueles que a
partilhavam
Uma grande punição levavam.

Mas um certo dia foi diferente:
Fartos de ser oprimidos,
Chegámo-nos à frente e então
Fizemos uma revolução,
Com um cravo em cada mão.

No final tudo se resolveu:
O que nos prendia desapareceu.
Parabéns para todos então
Os que lutaram pela nossa nação.



POR GUILHERME SILVA E RODRIGO DIAS

No abril de setenta e quatro
Em Lisboa deu-se o ato.
Nas ruas o povo clamou
E a ditadura terminou.

Soldados e civis
Lado a lado marcharam;
Com cravos nos fuzis,
A revolução anunciaram.

Nos olhos do povo
Brilhava a emoção.
Ao som dos clamores
Ecoava a canção.

Liberdade e justiça
Num novo horizonte:
O 25 de abril,
Marco que não se esconde.

O fim da ditadura,
O despertar de uma nação:
Nasce um Portugal livre
Em eterna celebração.

POR MATILDE LOPES

No dia 25 de abril despertou a nação,
Liberdade clamada, num país em transformação.
Nas ruas de Lisboa, a revolução se erguia,
O povo unido, pela democracia sorria.

Os cravos nas armas, símbolos de paz e união,
Marcaram o fim de uma longa opressão.
Soldados e civis, lado a lado, marcharam,
Pela justiça e liberdade, juntos lutaram.

O 25 de abril, dia de glória e memória,
Quebrando correntes, escrevendo uma nova
história.
Portugal ergueu-se, com esperança e fervor,
Celebrando a revolução, com coragem e amor.

POR PAULO DUARTE

A LIBERDADE E O 25 DE ABRIL

Um dia histórico
Marcado por cravos.
Um dia eufórico
Onde deixámos de ser escravos.

Sem liberdade nada se tem
Com ideias que quero expressar,
Até mesmo só conversar,
Mas não podia,
Pois era refém.

Mas com este dia glorioso
Que marca o fim da censura
Já posso falar
E pôr fim à ditadura.



BREVES NOTAS SOBRE JOSÉ SARAMAGO

POR CATARINA PARADA

Dada a incontornável figura que foi José Saramago, uma pequena biografia nunca espelhará o seu percurso longo e único. Mas aqui fica a tentativa.

José de Sousa Saramago nasceu em Azinhaga, uma pequena aldeia do Ribatejo. Devido aos problemas financeiros dos seus pais, não pôde continuar a estudar no liceu. Contudo, o seu curso de serralheiro mecânico dava-lhe a hipótese de ter uma cadeira de literatura. Foi ela que lhe concedeu o amor e o fascínio pelo mundo das letras.

Desde muito cedo iniciou atividades antifascistas, chegando mesmo a ser um apoiante ativo aquando da candidatura de Norton Matos. Até à sua morte foi um comunista convicto, aderindo ao partido antes do 25 de abril.

Apesar de ter publicado algumas obras, durante mais de duas décadas, teve uma carreira literária menos ávida no início, tendo tido outras profissões como tradutor, redator e diretor de jornal. É nas décadas de oitenta e noventa que publica uma série de obras consagradas, como o *Memorial do Convento*, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* e *O Ensaio sobre a Cegueira*. 1995 corresponde ao ano ilustre da língua portuguesa, no qual Saramago ganha o Prémio Nobel da Literatura.

Controverso para alguns, genial para outros, as suas críticas à Igreja Católica sempre foram contundentes. Nas palavras de Manuel Alegre, «Ele é um grande escritor, mas parece que não se perdoa a Saramago ser um grande escritor da língua portuguesa, ser um Prémio Nobel e não ser um homem religioso». Um diferendo com o governo português, liderado por Cavaco Silva, que o criticou pela publicação da sua obra *Evangelho segundo Jesus Cristo*, levou-o a deixar o país. Passou a viver em Lanzarote, nas ilhas Canárias, onde acaba por falecer em 2010. Deixou-nos, contudo, histórias e narrativas maravilhosas que nos levam a refletir acerca da condição humana e dos seus valores.



A VITÓRIA DA LIBERDADE NO LUGAR DA VERDADE

POR CATARINA PARADA

A Noite é a primeira obra teatral de José Saramago, debruçando-se sobre os acontecimentos decorridos entre o dia 24 e o 25 de Abril de 1974, num espaço que lhe era muito familiar, a redação do *Jornal de Lisboa*.

A censura imposta aos meios de comunicação, nomeadamente aos jornais, tem especial relevância no enredo desta peça por ser ponto de discórdia entre os diferentes grupos hierárquicos do órgão de comunicação social. O nosso Prémio Nobel da Literatura usa um tom profundamente irónico em redor das ações e das personagens da obra, publicada cinco anos após a Revolução dos Cravos.

O primeiro ato abre com um episódio habitual nos «tempos da outra senhora»: Valadares, chefe da redação, assenta quais são os artigos do jornal que devem ser cortados. Foram poucos os que sobreviveram, mesmo assim o responsável ainda tem a ousadia de perguntar se não haveria «mais nada?». O tal «corte» simboliza a pura censura, instrumento renomeado «exame prévio». Analisando minuciosamente todas as ideias, palavras, frases, combatia de forma intransigente qualquer oposição ao regime, bem como qualquer notícia que revelasse as fragilidades governativas. Com a suposta abertura política e económica, que Marcello Caetano apregoava quando chegou ao cargo, o país dever-se-ia liberalizar e modernizar, contudo, em substância pouco ou nada mudou.

«TORRES: [...] o que me espanta não é que os correspondentes da província escrevam quase todos mal, é a santíssima e inesgotável paciência que têm. Mandam vinte notícias, publica-se uma. Escrevem cem linhas, reduzimos a dez».

Os conflitos entre as várias personagens retratam fielmente a realidade anterior à Revolução de Abril. Tudo se passa dentro do mesmo meio de comunicação, que, porém, integrava pessoas com mentalidades muito diferentes. Torres, redator da província, é um jornalista de verdade, ou seja, advoga que o jornalismo se deve comprometer com a verdade e com a realidade vigente. Tem claramente um desejo de liberdade face ao regime marcelista, não poupando esforços para demonstrar a sua oposição.

«TORRES: [...] A informação que nós atiramos para cima do leitor desorientado é aquela que, em cada momento, melhor convém aos donos do dinheiro. Para quê? Para que lhes demos mais dinheiro a ganhar. Servem-se de nós, e nós servimo-los a eles.»

Em contraponto, o Diretor do jornal é um homem que, apesar de muito ligado ao regime, acredita piamente que o seu jornal é extremamente objetivo e neutro, o que está longe da realidade. Demonstra-o a necessidade, já referida, de os artigos terem de passar pelo exame prévio ou o Diretor ser próximo da Polícia Política. Assim sendo, trata-se de uma figura que apoia claramente a situação política portuguesa da época.

Entre os firmes e opostos posicionamentos de Torres e do Diretor, há até quem não tenha capacidade reflexiva e viva entre pressões antagonistas. O já conhecido Valadares, face à figura dos seus superiores, assume a posição de devoto do regime. Contudo, quando os seus subordinados contestam a censura por ele imposta, não os consegue enfrentar diretamente, mostrando ser, assim, uma personagem oca e despersonalizada que não põe em prática as intenções dos seus mandatários por medo e cobardia.

Apresentadas as personagens, retomemos as ações vividas. A dada altura, suspeita-se de que está a ferver uma revolução nas ruas, no entanto, ninguém tem a certeza da índole do movimento. Será favorável à ditadura ou contra? O clima no jornal é tenso, as personagens agarram-se aos seus ideais e interesses. O diretor não quer que saia qualquer notícia acerca do que se está a passar, preferindo não tomar partido.

«DIRETOR: Vamos imaginar, é só uma hipótese, que o golpe é do movimento dos oficiais e os oficiais ganham: ficávamos queimados».

Os tipógrafos agem ao contrário, pressionando todo o jornal a deixar sair o que está a acontecer. Não revelando como sucedeu a revolução nas ruas de Lisboa, Saramago prefere focar-se no decurso da revolução dentro do próprio jornal, criando, assim, uma metáfora. Os tipógrafos apoiantes do fim do Estado Novo, do fim da censura, que estão numa posição inferior, fazem frente aos seus chefes, acabando por sair vitoriosos. A vitória dos pequenos sobre os grandes viveu-se no *Diário de Lisboa* e nas ruas da capital. Nesse belo dia de abril de 1974, foram os militares de baixa e média patente que conseguiram fazer cair uma ditadura com quase 50 anos.



Capa da primeira edição d'A Noite, de José Saramago



O GIRASSOLE O MEDO

POR DANIEL ALMEIDA (TEXTO E ILUSTRAÇÃO)

Dias de cinzento e noites de escuta, as semanas passam e o Medo, como um farol de alturas colossais, sempre presente, vigia o campo seco, morto de cor.

Os girassóis mal o sol conheciam — para quê chamá-los «girassóis», ou «flores»? O sol, com tão preciosa luz, essencial no crescimento de qualquer planta, estava fora do alcance dos girassóis, mas esta informação não tinha qualquer poder: estando dentro das garras firmes do Medo, desde o início, nenhuma das maduras, escravas sementes chegaria a ganhar interesse em tal facto ou, pelo menos, não lhes seria dita a verdade. Jamais. E havia ali uma parede.

«DEUS. PÁTRIA. FAMÍLIA.» eram as únicas palavras pintadas naquela muralha, erguida tão alto que o amigo nevoeiro ocultava o cimo. Seria o cimo ou um terço da altura? Ou um quinto? Também estava, diretamente abaixo das letras verdes e vermelhas, uma esfera amarela pintada, com uma lâmpada fraquíssima construída no meio desta mesma. De uma maneira, mentiu-se há pouco — aquele era o sol, o sol dos girassóis. Um sol que não se punha, um sol que não nascia, e que se limitava a ligar e desligar. Um sol perfeito para o Medo: que melhor maneira haveria de controlar aquele campo, senão com um sol imóvel e obediente?

Lá os dias passavam e às flores daquela gaiola nem voar lhes passava pela cabeça.

O Medo já tinha ido, agora voltaria em breve, tal como o ciclo obrigava. Desta vez não chegaria de mãos vazias.

Poucas e pequenas eram as preocupações de uma flor em particular — chamavam-lhe Esperança, uma das mais jovens dos girassóis, que, por inocência ou otimismo, brincava por entre os prados menos povoados (muitas vezes tão longe ao ponto de quase não se perder entre a grossa e húmida bruma, já se habituava). Esperança destacava-se não só pela sua energia, mas também pelo facto de

uma das suas pétalas ser vermelha: nascera com uma delas mais murcha — tinha herdado fisicamente o estado exausto dos pais, que viveram, e vivem, esta realidade com muito sofrimento. Quem diria — acabou por ser hereditário, de alguma maneira, e é interessante, porque praticamente mais nenhuma das «sementes» (alcunha que davam às crianças) tinha esta característica. Apesar disto, gostava de viver e vivia a sorrir, mesmo com os limites que lhe eram colocados, não só pelos pais, mas também pela realidade. Que outra alternativa tinha ela, era só aquilo que conhecia. Talvez fosse mais fácil para Esperança dar especial valor e importância ao positivo, sendo quem era, ou talvez fosse a inexperiência (contrastante com a dos pais e das outras flores) que lhe mentia.

Um dia — por mais artificiais que fossem os «dias» naquele lugar — o maior dos azares apanha aquela liberta semente. Esperança depara-se com a sua primeira experiência séria de pavor, enquanto estava a desobedecer mais uma vez aos seus pais ao brincar longe e alto (não era bem desobediência, mas sim o quão fatal poderia ser a inocência). Estava completamente paralisada em frente de vários vultos negros, sombrios, que, juntos, formavam uma torre de autênticos pesadelos. Com a mais falaciosa das curiosidades, Esperança aproxima-se daquele aglomerado que aparentava caminhar em direção ao campo: distinguam-se feras caninas em colares que exclamavam «PIDE»; criaturas voadoras, desfiguradas, intituladas de «DGS»; e a mais impactante, que andava com as outras de trelas, um verdadeiro mestre dos fantoches, agacha-se em direção a Esperança, para a ver melhor, para a ouvir melhor.

Uns segundos estiveram os dois a olhar cara a cara e, depois do que pareceram horas para Esperança, a pequena flor ganha coragem e inicia a conversa que nunca deveria de ter começado em primeiro lugar:

— B-Bom dia... acho que me perdi, vou voltar para casa.

— COMO TE CHAMAS, SEMENTINHA? — saíram estas palavras graves (tão graves que abanavam Esperança) da boca do vulto gigante, boca esta que não se mexia e nem tinha lábios. Apenas um sorriso permanente, capaz de devorar com facilidade pelo menos vinte vezes a aterrorizada flor.

— Uh... Esp-Esperança...

— DIZ-ME, ESPERANÇA, O QUE FAZES TÃO LONGE DE ONDE PLANTEI A TUA CASA, TÃO LONGE DA NOSSA FAMÍLIA?

— ... nossa... f-família...?

O vulto ri-se violentamente para o céu, e volta lentamente a olhar para o girassol:

— NUNCA OUVISTE FALAR DE MIM, ESPERANÇA? ATÉ ME SURPREENDES...

— ... não... eu tenho mesmo de ir, os meus pais disseram-me para não...

— OS TEUS PAIS CONHECEM-ME, NÃO TE APRESSES. E TU TAMBÉM, ESPERANÇA: O QUE SENTES DENTRO DE TI, NESTE MOMENTO?

— ... M-Medo.

A mente de Esperança estava consumida pelos nervos e mal sabia ela que este encontro era o último dos desejos das outras flores, agora, cada vez mais longe a cada segundo que passava. O Medo tinha chegado e Esperança fora a primeira a intersejar a sua chegada desta maneira.

Começou a correr, antes que aquele pesadelo lhe dissesse mais uma palavra. Correu, a chorar. O pior nisto tudo é que era incapaz de processar quem acabara de enfrentar, e não ia descobrir tão cedo, ou de todo. Esperança tropeça numa poça de água. Os vultos aproximam-se, parecem ainda maiores agora. Aquele é o nevoeiro? É tão aconchegante...

Dois anos passaram desde a descoberta de Esperança, por iniciativa dos pais. O terror fora há dois anos, mas parecia que tinha sido recentemente que trouxeram a filha nos braços, de pétalas vermelhas e esmagadas, coradas com o que restava da sua marca de nascença quando a encontraram, tinha a sua pétala vermelha original misturada com a água, pintando assim as outras douradas com esta trágica cor. Para aquela família, nada do que tinham experienciado, sofrido e acumulado internamente superava esta perda, tão recente quanto a memória permite.

Foi também durante estes dois anos que o campo de girassóis, esgotado daquela vida de pura escravatura e de golpes ditatoriais do Medo, preparava uma ação futura que ia mudar, tinha de mudar tudo. Nem os arrastados girassóis que «defenderam a pátria», nem as vítimas das feras negras, nem Esperança poderiam ir em vão. Vingança e fome de liberdade corriam pelo sangue das flores e, influenciado também pela história daquela pequena semente perdida há dois anos, um grupo se formaria clandestinamente — «Os Cravos» — uma homenagem à pequenina.

Quem de fora visse o campo naquele dia àquela hora não encontraria girassóis: não costumam ter as pétalas encarnadas, mas estes tinham. Chegara abril, e o amigo nevoeiro preparava as suas despedidas (tinha de o fazer, não havia outra opção). A parede seria o primeiro alvo, e depois... depois era o Medo.





O SILÊNCIO QUE MULTIPLICA AS VOZES

POR JOÃO PINHAL

Em 30 mil presos políticos, existiram porventura 30 mil famílias que viram namoradas, irmãos, filhas, pais, avós... serem encarcerados e violentados sadicamente em virtude do seu pensamento. Por cada um que remeteu ao silêncio, Salazar terá feito nascer, pelo menos, um opositor. Manuel viu o avô ser preso. Ficou logo «com raiva ao fascismo».



MUSEU DA LIBERDADE E RESISTÊNCIA

O jovem alentejano nasceu em 1943, já a ditadura salazarista levava 10 anos de consolidação. Como não conheceu outra vida que não a miserável perpetrada pelo regime autoritário, estava, inicialmente, pouco consciente daquilo a que era submetido... até que a escuridão se iluminou da pior forma. Manuel tinha 15 anos, quando o avô foi preso pela polícia política. Ele trabalhava na Mina de São Domingos, em Mértola, onde tinha um colega, cujo filho pertencia à PIDE. «O meu avô, quando bebia uns copos, começava a dizer aquilo que não devia», mostrava-se revoltado perante as péssimas condições de vida. A opinião negativa sobre a atuação do Estado Novo partilhada no café da aldeia suscitou uma denúncia por parte desse seu colega ao respetivo filho, o que resultou na realização de buscas na casa do avô de Manuel Cruz.

A PIDE vasculhou tudo. Às declarações antirregime juntou-se um jornal da URSS, que encontraram no meio dos pertences pessoais do mineiro. Foi o suficiente. «Levaram-no, estive seis meses preso no Aljube.» Por esta cadeia lisboeta, estima-se terem passado cerca de 30 mil presos políticos, entre 1928 e 1965. O avô do nosso entrevistado foi um deles. «O meu avô não fazia mal a ninguém. Era contra o governo, pronto.»

“

Fiquei logo com raiva
ao fascismo

— Manuel Cruz

A tortura e a repressão adquiriam uma dimensão particularmente psicológica na prisão fascista. A pequena dimensão dos «curros» ou das «gavetas», nomes pelos quais ficaram conhecidas as celas de metro e meio por dois e vinte, não era o único fator asfixiante. Os resistentes antifascistas sofriam longos períodos de isolamento total, numa escuridão quase absoluta. Desde queimaduras com pontas de cigarro a uso de barulhos estridentes, não havia limites que pusessem fim à violência pidesca. Por vezes, os guardas recorriam à privação do sono, acordando

as vítimas constantemente, para que elas entrassem numa espiral angustiante de debilidade física e psicológica.

Provocavam, assim, «alucinações e perturbações de toda a ordem que os levavam a “ausências” completas da realidade», refere Luís Farinha, Diretor do Museu do Aljube Resistência e Liberdade. «Não o deixavam dormir às vezes», atesta Manuel Cruz.

O avô pouco mais contou do que por lá se passou nos 6 meses em que o seu corpo conheceu mais violência.

Silenciar os pensadores à margem do regime era o principal fim destes métodos. Contudo, a prisão do avô teve o efeito contrário no seu neto. Pela voz que tentou calar, Salazar viu nascer mais um antifascista. «Fiquei logo com raiva ao fascismo.» Como nasceu já em plena ditadura, a realidade não democrática era o normal na mente de Manuel. Porém, quando prenderam o seu avô, após ter percebido o que ele sofreu, sem ter feito «mal a ninguém», o jovem alentejano entendeu o que estava em causa. «Comecei a ir mais para o lado do comunismo também.»

BESISLUXE - MUSEU DO ALJUBE



As celas pequenas, denominados «curros» ou «gavetas», asfixiavam os presos políticos

“EH PÁ! ESTÁS MOBILIZADO PARA O ULTRAMAR!”: A GUERRA INDESEJADA

POR JOÃO PINHAL

Não queriam ir para uma guerra difícil de ser compreendida, a «Velha Senhora», porém, levava-os e pouco lhes dava. Uns passavam fome, outros frio, ganhavam traumas e solidão. Há quem de lá tenha saído «bem», embora acredite que a guerra não é desejo de ninguém.





Fotografias do Arquivo de Manuel Cruz: a primeira com a embarcação que os levou à guerra; a segunda com habitações em Angola; a terceira com um helicóptero do exército; a terceira com militares em veículo de transporte

Estava de férias, quando recebeu a notícia:

– Eh pá! Estás mobilizado para o Ultramar!
– disse-lhe o tio da sua namorada.

– Ah! Estou de férias, quando acabar as férias, lá vou, quero lá saber. – atirou Manuel Cruz.

Não teve medo, mas não queria ir. Quando terminaram as referidas férias, Manuel pôs-se a caminho de Lisboa. «Chegou tarde, mas sempre veio!» foi a resposta que recebeu por parte dos responsáveis pela mobilização, que lhe deram mais 5 dias de descanso, antes do embarque.

Voltou ao Alentejo para se despedir da namorada. Naquela noite de verão de 1965, houve baile na aldeia, Maria Angelina não aparecia, Manuel entristecia. No entanto, ela acabou por surgir para dizer adeus ao seu amado por 2 anos.

A 21 de agosto de 1965, Manuel saiu de Lisboa no paquete Vera Cruz, tendo chegado a Luanda passados 8 dias.

Embora descreva os locais por onde andou como calmos, admite que a sua Companhia teve sorte. «Diziam que o dono daquela fazenda [onde eles se encontravam] colaborava com a população local. E, por isso, aquela fazenda nunca foi atacada», explica. Ainda assim, logo à chegada foram surpreendidos com a notícia da morte de um soldado e de um alferes.

Após a primeira semana em que ficaram numa tenda de campanha no Campo Militar do Grafanil, em Luanda, a Companhia de Comando e Serviços, na qual Manuel ingressou, fez uma viagem de 600 quilómetros rumo ao norte de Angola. Na paragem em Ambrizete (atual N'zeto), inauguraram o espaço de descanso que os passou a acompanhar. Manuel nota ao longo da entrevista, por diversas vezes, que eram obrigados a dormir debaixo dos carros, no chão. Se até àquele ponto as estradas estavam alcatroadas, a partir daí, era só pó.

À pergunta óbvia, para jovens nascidos numa realidade distante da guerra, como eu: «E conseguia mesmo dormir?», Manuel respondeu serenamente: «Conseguia, conseguia...».

Durante os 18 meses em que permaneceram no Norte de Angola, só tiveram um ataque. Um condutor de outra companhia morreu e outro militar ficou ferido gravemente. O capitão de todos eles recusava que os fossem ajudar, porém, acabaram por sair dois veículos para resgatar os feridos e recuperar o cadáver. «Se não fôssemos lá, morriam todos.»

“

Ninguém era a favor da guerra!

— Manuel Cruz

Deste confronto, resultou ainda a morte de uma dezena de angolanos.

Manuel não era a favor da guerra e, durante a entrevista ao *CREscendo*, afasta liminarmente e de forma bastante natural a possibilidade de os seus colegas sentirem o contrário: «Agora! Ninguém era a favor da guerra.» Ainda assim, poucas eram as manifestações desse pensamento. «Naquele tempo também não se podia falar muito. Era o fascismo», remata.

As únicas 3 noites passadas no mato não as recorda de ânimo leve. «Chovia, tremia de frio, não tínhamos mantas nenhuma.» No momento em que teve de se afastar para urinar, encontrou um nativo que rapidamente fugiu dele. Não o tentou apanhar, nem disse nada ao capitão, detalha, reiterando que «toda a gente era contra aquilo».

«Gasolinas», alcunha pela qual o chamavam, estava incumbido das tarefas de abastecer os veículos militares e de tratar das estruturas elétricas necessárias, nomeadamente no que diz respeito à iluminação. Não obstante as suas funções mais logísticas, recorda que também esteve na frente de batalha, nunca sem estar acompanhado da sorte.

«Durante dois anos, não conversei com ninguém da família por telefone.» Manuel sabia notícias do seu país através de aerogramas (cartas expedidas por aviões). No entanto, nem sempre foi assim. «Houve uma vez em que as cartas falharam, estive ali um mês sem receber notícias dela. Já estava chateado e aborrecido», confessa Manuel, frisando que o que lhe dava «alguma alegria» era receber cartas da namorada.

«Enviava para Portugal todos os meses 700 escudos.» O salário não honrava, nas palavras do alentejano, o trabalho a que se dedicavam: «Aquilo não era nada». Espelha as desigualdades, que critica, numa única frase: «O comandante, cada dia que içava a bandeira, ganhava logo 500 escudos.»

ARQUIVO DE MANUEL CRUZ



Acidente entre dois veículos militares (à esquerda)



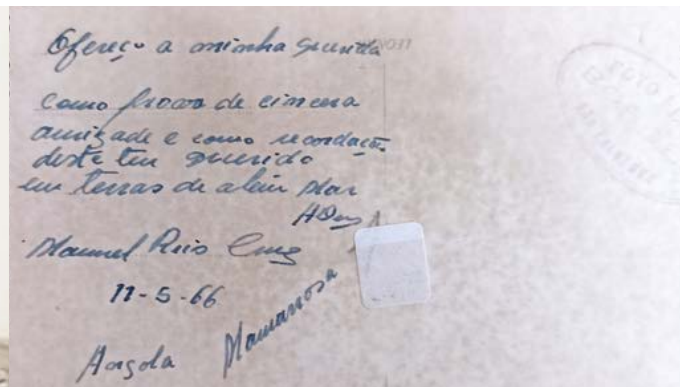
Manuel Cruz junto do posto de gasolina, o seu local de trabalho habitual (à direita)

Os últimos 6 meses de mobilização foram passados no sul da nação africana, «a passear». «Ocupávamos uma área maior do que Portugal Continental». Conta que até ao cinema iam à noite numa cidade pequenina, a 60 quilómetros do acampamento. Munidos de armas, «foram 6 meses de férias, de beleza. Tínhamos bailes, tínhamos festas.»

Contrariamente à acalmia da sua mobilização, o irmão de Manuel «esteve numa zona mais perigosa», «dois anos na zona de combate». Além disso, até o próprio transporte atlântico foi mais precário: «Só tinham como comer no fundo do barco.»

“
 Passámos praticamente um ano a comer bolachas.
 — Armindo Costa

ARQUIVO DE MANUEL CRUZ



Carta de guerra, vista de São Salvador e a presença católica na luta armada destacam-se neste conjunto de imagens

ANTES DE ABRIL, MÁGOAS MIL

POR JOÃO PINHAL

Maria Angelina, Manuel, Armindo, Eduarda, Isabel, Joaquim... almejavam saúde, educação, mas nem a comer tinham sempre direito. Não renegam as origens, condenam, porém, aquilo por que passaram. Antes de abril, no Portugal do Futebol, Fado e Fátima, não havia Felicidade, «havia era Fome».



Todos os direitos reservados a Eduardo Gageiro (<http://www.eduardogageiro.com>)

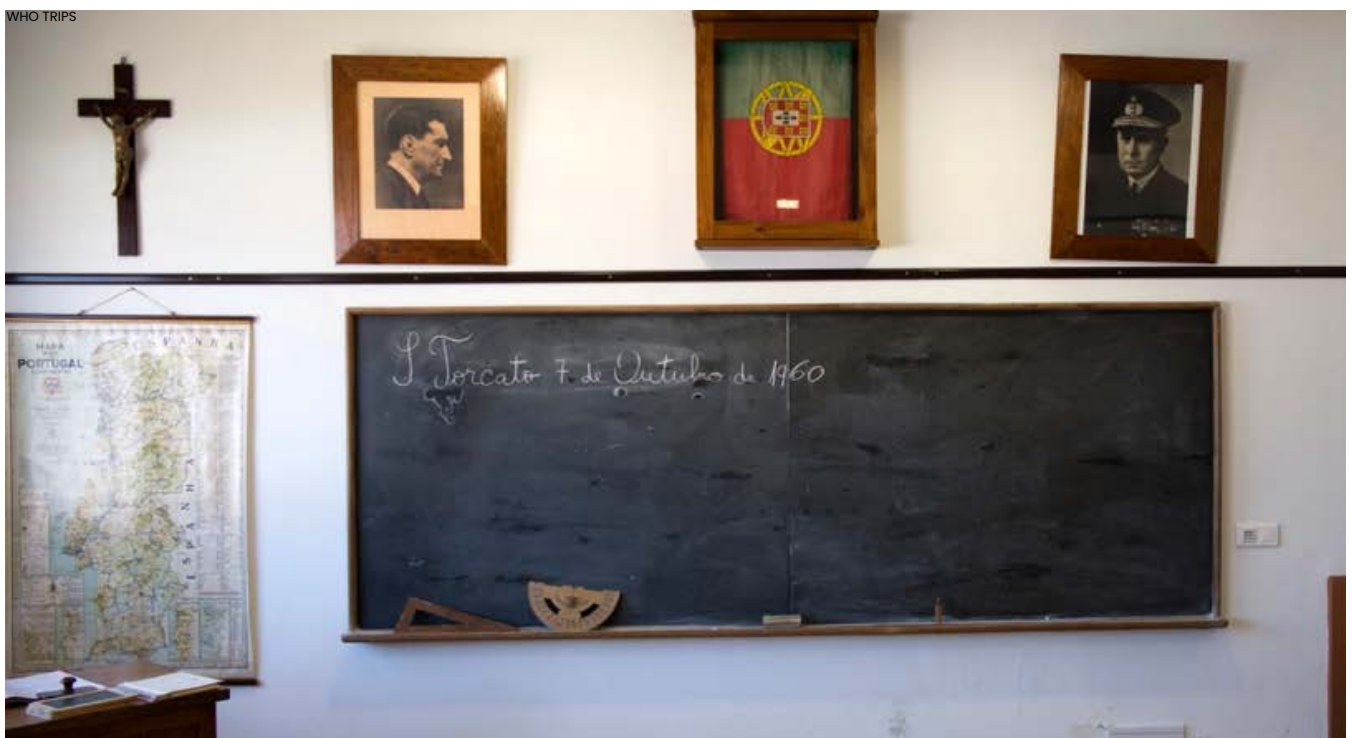
Do isolamento a que o Alentejo estava remetido à pobreza a que fora condenado, Maria Angelina e Manuel narram o que viveram. «A gente na altura não tínhamos rádio, não tínhamos nada.» Nem a propaganda do regime lhes chegava. «Eu só tive uma rádio quando o meu marido veio de Angola», revela-nos. Pior do que isso era a fome. «Vivíamos mal, antes do 25 de Abril», Manuel é escorreito nas palavras: «Não havia trabalhos para as pessoas. Havia era fome.» Apesar de nunca ter sentido falta de comida, lamenta que a sua mãe tenha sofrido tanto. Com sete filhos, morreram-lhe «dois pequeninos», «tinha muitas dificuldades», revela Manuel, que começou «logo a partir pedras com 13 anos». Maria Angelina, apesar do trabalho doloroso a que a família dava o corpo e a alma, vivia um pouco melhor: «Dinheiro não havia, mas com o que trabalhavam dava para comer.»

A pátria a que todos deviam ter máxima devoção, o regime ao qual se deviam entregar, não estava com eles nem na saúde quanto mais na doença. «Se estivéssemos doentes, havia um médico em Mértola, não havia era dinheiro para ir ao médico.» Manuel há muito que tem problemas auditivos, associa-os, nomeadamente, às práticas perigosas a que foi submetido em criança. Como tinha

muitas otites, era-lhe vertido leite da mãe nos ouvidos. Hoje, tem grandes dificuldades em escutar. A falta de acompanhamento médico adequado no início da sua vida é um fator que acredita ter piorado a situação. O médico «era muito caro para a gente que tinha pouco», prosseguem, realçando que o acesso à medicina existia, mas estava, de algum modo, limitado pelo estatuto socioeconómico. Em Sesimbra, o cenário repetia-se. O consultório do Doutor Leite, em Santana, era o local onde se podiam dirigir, contudo, «era ainda um pouco caro», refere Eduarda. Cada consulta, dizem, custava 20 escudos. Se, para aquilo que ganhavam, «5 escudos era muito, quanto mais 20», reforça Isabel Rodrigues.

Em 1960, 33,1% da população portuguesa não sabiam ler, nem escrever. Armindo, apesar de ter chegado a ir à escola, acabou por desistir rapidamente. Eduarda completou a 3.ª classe; não obstante ter tido dificuldades nas aprendizagens, aponta mais como motivo para o abandono escolar a decisão dos pais que «não deixavam a gente andar mais tempo na escola, porque tínhamos que cuidar uns dos outros, irmãos e ficar em casa.»

Joaquim Leonardo partilha de uma experiência idêntica, sem embargo de ter completado a 4.ª classe. «Comecei a tra-



Na escola salazarista, cultivava-se a figura do chefe, o nacionalismo e o catolicismo.

balhar com 3 ou 4 anos» no campo, a tratar das vacas, junto do pai. «Houve um dia em que pedi à professora que me dispensasse, porque teria de ajudar o meu pai, mas ela não deixou», relata, confessando que o pai lhe transmitiu que, se a professora voltasse a recusar deixá-lo ir trabalhar, nunca mais lá voltaria. «Quando cheguei à escola, a professora declarou: “Dizia que não vinha, então venha cá” e deu-me várias reguadas. Fiz até à quarta classe, mas continuei a trabalhar no campo», remata. Manuel e Maria Angelina também só tiveram aulas «até à quarta classe».

O alentejano conta que, no primeiro ano, não aprendeu nada. «A professora tinha quatro turmas numa sala. A professora não nos ligava. Eu estava lá num banco ratado

“

Comecei a trabalhar com 3 ou 4 anos

— Joaquim Leonardo

em madeira.» Só no segundo ano, com uma nova docente, conseguiu aprender a escrever o seu nome. Recordam que vestiam uma bata branca e tinham o retrato de Salazar na sala. «Quando morreu o Carmona [um dos presidentes da república durante o Estado Novo], tínhamos de trazer uma bata branca com uma braçadeira negra no braço. Era só quando estávamos na escola, quando saímos tirava logo aquilo tudo.»

A autoridade cultivava-se em todos os momentos, inclusivamente, quando «as professoras batiam nas crianças e os pais não diziam nada», lamentam.

Embora Maria Angelina não fosse de uma família muito católica, os que não eram batizados logo pelo nascimento, eram obrigados a sê-lo quando chegassem à escola, foi o que aconteceu com ela.

As histórias repetem-se com o colonialismo a entrar também pelas salas de aula da escola salazarista. «Aprendi os rios todos de Angola, Moçambique...», menciona Isabel Rodrigues, detalhando que, como a sua a professora era religiosa, «na minha turma, tínhamos de rezar todos os dias».

A pobreza rural e o trabalho infantil predominavam durante os anos da ditadura salazarista



NEWSCLICK

PÚBLICO

RTP ENSINA

NOESIS 63

HISTORIETAS DO REGIME DO “FAVORZINHO” E DA INTIMIDAÇÃO

POR JOÃO PINHAL

Embora não permitam um diagnóstico imediato, as histórias que nos contam lançam suspeitas da «doença do favorzinho» de que o Estado Novo padeceria. No meio do medo e da corrupção, a propaganda aprimorava a imagem (i)maculada do regime que até se chegou a tornar matéria de humor.



Joaquim Leonardo trabalhou durante muitos anos no Farol do Cabo Espichel, em Sesimbra

Joaquim Leonardo nasceu numa família pobre. Todos trabalhavam no campo e com isso sobreviviam. Não tinha grandes hipóteses de melhorar as suas condições de vida, com uma escola que os prendia à terra e à submissão. Porém, conseguiu-o. Tornou-se faroleiro. A história não é de superação, mas também não é de vergonha, é de «quem fez por si e pelos seus». O avô de Joaquim perguntou a um faroleiro, que também era enfermeiro da aldeia, se não conseguia «uma vaga para os faróis». Para o avô não havia, todavia, para os filhos quiçá. Foi o seu neto mais velho, «que queria arranjar um emprego, porque não queria viver da agricultura», que acabou por usufruir da oportunidade. Quando surgiu um concurso para o lugar, «disseram para não me preocupar que o meu lugar já estava garantido». Os exames pelos quais tinha de passar já tinham sido feitos, ainda assim, a meio «o chefe disse que tinha de me esforçar mais um pouco senão dava muito nas vistas». Pouco depois, entrou na carreira de faroleiro e de lá não mais saiu.

Esteve também na tropa e fazia parte do ano destinado à mobilização, contudo também se viu livre do Ultramar. Maria Adelina, a mãe de Joaquim, fez tudo o que pôde para proteger os filhos. «Fui a Lisboa com a minha mãe falar com o sargento e ele explicou que não poderia pedir que eu não fosse ao Ultramar e que outro fosse em meu lugar», garante, «mas que poderia ser protegido ao ser colocado num local mais difícil de ser convocado».

E assim foi. Um colega e amigo que nasceu no mesmo dia que ele não teve a mesma sorte. Jaime foi e voltou. A separação, admite Joaquim Leonardo, foi difícil, no entanto, não podia fazer nada. Anos mais tarde, reemergiu a ideia de que teria de ir. Ele e os seus companheiros desataram a chorar. Contudo, como outros militares se mostraram bem-sucedidos na preparação militar, Joaquim nunca teve de deixar o país para lutar. A mãe de Isabel Rodrigues fez o mesmo com o seu filho, na casa de um general a quem se costumava pedir ajuda foi-lhe dito o seguinte: «Vão embora descansadas que aquilo que o meu marido fez pelos seus sobrinhos [que não tinham sido mobilizados] vai fazer também pelo seu filho.»

Não é traumática, mas sintomática do medo que se alimentava na ditadura, a história que o faroleiro aposentado nos conta. Em jeito de brincadeira, num almoço dentro do quartel em que estava a cumprir o serviço militar, Joaquim partiu uns talheres de um colega. Avisado pelos outros, teve de ir à cozinha a correr buscar uns novos para não aborrecer o tal homem, porque se falava que ele «era da PIDE». «Tem muito poucas conversas com esse tipo», aconselhavam-no os mais velhos.

Ser da polícia política implicava, portanto, ser discricionário e temido por todos. Joaquim Leonardo recorda-se ainda de um dia em que foi ver um jogo de futebol do Setúbal com o Belenenses, no qual andavam vários agentes da PIDE a «passar». As pessoas segredavam umas às outras: «Se vires alguém com uma farda

e com um emblema tal, que te levante a camisa, afasta-te logo dessa gente!».

Sabino Rodrigues testemunhou um episódio da mesma «série». O seu pai tinha dividido com um primo umas terras do avô. Apesar de oficialmente, no registo, as duas pequenas propriedades estarem divididas ao meio, na realidade, os familiares decidiram ajustar as porções de modo que, graças às diferentes características de fertilidade dos terrenos, ninguém ficasse prejudicado. Contudo, passados uns anos, um filho desse primo, que pertencia à PIDE, decidiu rasgar o acordo oral e queria recuperar a metade inteira, no lugar em que a sua família tinha menos do que isso, em virtude de os solos serem mais férteis, e permanecer com uma porção maior no terreno menos produtivo. Contrariando esta situação injusta, o pai de Sabino impôs-se. O primo da polícia política ameaçou-o com prisão: «Sabe que, se eu quiser, mando por aqui alguém que até o pode levar preso...». No entanto, acabou por ficar tudo como estava no registo oficial, metade para cada um. A PIDE, porém, não deixou de colocar os interesses pessoais à frente do bem comum que o regime tanto propagandeava.

Do proibicionismo salazarento nascem também episódios caricatos que roçam a comicidade. É, mais uma vez, pela voz de Sabino Rodrigues que nos é relatada, com traços de humor, a história de um homem que comprara uma bicicleta a um colega, com quem trabalhava na pesca. Como es-

“

Se vires alguém com uma farda e com um emblema tal, que te levante a camisa, afasta-te logo dessa gente

se colega «falava muito» e tinha um estilo «revolucionário», atribuíram-lhe a alcunha de «Norton de Matos» (nome do general que fora candidato da oposição democrática ao regime nas eleições presidenciais de 1949). Quando Virgílio voltava com a sua bicicleta para casa, foi intercetado pela GNR, que pretendia fiscalizar os documentos do veículo a pedais, obrigatórios à época. O homem ainda não os tinha e, por isso, os agentes perguntaram pelo nome do vendedor. «O senhor chama-se Norton de Matos», respondeu o pescador a quem foi dito de imediato: «O senhor está preso! Então, não sabe que é proibido falar nesse nome?». Sabia, mas era o nome pelo qual Virgílio conhecia quem lhe tinha vendido a bicicleta. Os guardas perceberam a confusão e deixaram-no ir, contudo, com o conselho de que não falasse mais desse indivíduo com aquela designação perturbadora para o Estado Novo.

MUSEU DO ALJUBE RESISTÊNCIA E LIBERDADE



Comício da candidatura de Norton de Matos, em Lisboa, na Voz do Operário (1949)

A DEMOCRACIA VALE A PENA QUANDO A ALMA NÃO É PEQUENA

POR JOÃO PINHAL

Recordar Abril mostra a saudade da esperança emancipadora do povo. A euforia revolucionária já lá vai, mas quem pisa Portugal há tantos anos não tem dúvidas de que «valeu a pena». Sobre o futuro, esperam que a democracia prevaleça.



JOSÉ SENA GOULÃO - LUSA

«No dia 25 de Abril, fui de Sesimbra, de manhã cedo, logo às seis e meia da manhã, para Cacilhas, numa carreira. Era cobrador naquele tempo. Houve a revolução e não vi nada.» Já os cravos se erguiam em Lisboa, quando Manuel regressou a Sesimbra e aí soube pelo carteiro que estava em marcha uma revolução. Com medo de que tudo pudessem fechar, devido aos possíveis tumultos que do golpe de estado adviessem, o alentejano que acompanhou o êxodo rural, vindo viver para um concelho do Litoral, foi, assim que pôde, ao supermercado comprar frutas para levar para casa. «Diziam que iam fechar as lojas, iam fechar tudo, iam fechar o comércio. Começaram a lançar comunicados...»

É com brilho nos olhos e voz vivaça que Manuel e Maria Angelina recordam os tempos em que se cantava «E se todo o mundo é composto de mudança / Troquemos-lhes as voltas que ainda o dia é uma criança». A revolução trouxe esperança ao povo que há muito não via luz no horizonte. «Aquilo era uma loucura, tudo atrás das forças armadas», recorda Manuel. Os próprios governos provisórios, 4 deles liderados por Vasco Gonçalves, já satisfaziam consideravelmente a classe trabalhadora, que via os ordenados aumentarem, a par do poder de compra. Apesar da agitação social, para o trabalhador dos transportes, «aquele ano foi bom, 74/75 foi bom.»

Multiplicaram-se, após o êxito da «Operação Fim-Regime», as manifestações populares. De norte a sul do país, as ruas portuguesas encheram-se de milhares de pessoas a festejarem a liberdade, logo 5 dias depois da revolução, no 1.º Dia do Trabalhador em liberdade em mais de 45 anos. Entre gritos originais e contundentes, surgiram também novas versões de canções populares bem conhecidas: «Ó Rosa arredonda a saia, / ó Rosa arredonda-a bem, / o Marcelo mais a PIDE/ já não prendem mais ninguém». Manuel foi a vários protestos a Lisboa, percorrendo a cidade «desde o Martim Moniz até lá acima à Alameda». Chegou a ir apoiar Vasco Gonçalves. O entusiasmo popular com o fim do fascismo era tal que «as pessoas alugavam autocarros para ir». «Era a gente a valer!», conclui.

Sabino Rodrigues não tem dúvidas de que a democracia trouxe melhor qualidade de vida à população portuguesa

Todos os que entrevistámos para esta reportagem reúnem a mesmíssima percepção quanto ao dia das primeiras eleições. A democracia nasceu e o povo estava «muito feliz». «As filas [para votar] chegavam à estrada ali em Santana», atesta Manuel. Antes da revolução, na aldeia onde sempre viveu, Sabino Rodrigues lembra-se de que só ia votar «quem tinha lojas», algum poder económico considerável. «Agora os pobres não tinham ordem de votar! Só quem tinha ordem de votar eram os ricos», destaca, aduzindo uma convicção sobre a qual não tem dúvidas: o Estado Novo «era mais pelos ricos do que pelos pobres».

“

Agora, os pobres não tinham ordem de votar! Só quem tinha ordem de votar eram os ricos

— Sabino Rodrigues



Nas primeiras eleições democráticas, a liberdade já era para todos, contudo, Sabino confessa que teve dificuldades em decidir o seu voto, considerando até que, na altura, «as pessoas tinham de ser esclarecidas e ainda não o eram suficientemente».

«Ah, então não?! Mudou tudo!» foi a resposta imediata de Maria Angelina Luz à pergunta «O que é que mudou depois do 25 de abril?». O marido complementa: «Sentia-me mais à vontade, podia falar de qualquer maneira. Antes não podia falar

“

Ah, então não?! Mudou tudo!

— Maria Angelina Luz

da Rússia, era logo preso.» Apesar de ter tido uma vida muito cansativa enquanto empregada doméstica, mesmo em democracia («andava de um lado para outro, a limpar casas, a fazer comida»), Angelina acrescenta, aos 76 anos, com grande assertividade que «as coisas foram melhorando no sentido de termos melhores condições [do] que o que tínhamos antes».

SÓ HÁ LIBERDADE A SÉRIO QUANDO HOVER... HABITAÇÃO

A seguir à liberdade de expressão, o casal alentejano aponta a habitação como uma das melhores conquistas de Abril. «Quando vim morar para a Cotovia, eu vim morar para uma casa sem luz, sem casa de banho. As minhas filhas nasceram numa casa que não tinha casa de banho, nem luz», insiste. Antes do 25 de Abril, viviam numa casa «sem nada», depois da revolução, «passámos para uma casa com tudo», resumem. O período revolucionário facilitou-lhes o processo de encontrar uma habitação condigna para viver. «O senhorio tinha medo de que lhe ocupassem a casa», por isso, preferiu alugá-la a um preço razoável.

«No início de 1975, havia dez mil casas devolutas na zona de Lisboa, quando dezenas de milhares de pessoas viviam em condições sub-humanas na cidade e em bairros da periferia», refere um artigo do PÚBLICO, de 2002, que recupera estimativas publicadas na antiga revista *Vida Mundial* para explicar o que conduziu às ocupações de imóveis desabitados, levadas a cabo, especialmente, por pessoas que não tinham outro teto adequado sob o qual viver. A organização deste movimento de *okupas* cabia a comissões de moradores que se foram formando, sobretudo, com mulheres na chefia.



Os dois números da Revista *Vida Mundial*, logo a seguir à revolução, estão disponíveis integralmente na Hemeroteca digital da Câmara Municipal de Lisboa

O COPCON – Comando Operacional do Continente, liderado por Otelo Saraiva de Carvalho – suportou também estas iniciativas, que popularizaram frases deste género: «As casas são do povo! Abaixo a exploração!».

O movimento de ocupação de fogos foi dos únicos em que os revolucionários de Abril assistiram a um êxito, sem retrocesso. Ao contrário do que aconteceu com a Reforma Agrária e com a nacionalização de empresas de diversos setores, que os proprietários pré-revolução recuperaram mais tarde, grande parte das casas ocupadas continua a ser do povo. Ainda existem cidadãos que permanecem a viver em habitações que alcançaram no PREC. São múltiplas as histórias, como a de um «antigo habitante de um bairro de barracas que um dia apontou aos vizinhos o caminho para uma habitação melhor», não obstante o número reduzido de ocupações de fogos, se comparado com o total nacional de casas da época.

«Pagávamos ali 300 escudos», mas «cheguei a pagar 1000». Com o estabilizar da democracia e o atenuar da vaga ocupacional do PREC, o proprietário deixou de sentir pressão para dar usufruto à casa, através de um arrendamento a um preço pouco especulativo. Desta forma, acabou a exigir que Maria Angelina e Manuel lhe pagassem 3 mil escudos, um aumento absolutamente desproporcional em comparação com o salário que os dois auferiam. O último valor exigido pelo proprietário só era aquele por uma razão: «Ele estava desejando que nós fôssemos embora» para «arrendar a casa por um valor superior ao que nós pagávamos».

Vindos do Alentejo, Manuel Cruz e Maria Angelina testemunham a dificuldade que tiveram em encontrar casa na região de Lisboa



Para condicionar a decisão do casal, o dono da casa chegou ao absurdo de criar as piores condições de habitabilidade ao seu alcance: «Pôs-me lá um porco à frente da cozinha, um boi à cabeceira, uma coisa de coelhos à frente da sala. Cheirava muito mal. Tinha lá galinhas, pombos, cagavam tudo, ali encostado à porta.»

«Quando viemos para aqui, foi um sossego...». O casal alentejano vive agora numa habitação construída através de uma cooperativa. «Os moradores juntavam-se todos em reuniões para falarmos sobre a habitação», recordam, lembrando que a Cooperativa de Habitação Económica – União Trabalhadora Zambujalense – foi o que lhes permitiu comprar uma casa com condições de habitabilidade dignas. O Fundo de Fomento da Habitação forneceu verbas importantes, mas «pagámos ainda muito por esta casa», além de que, quando «viemos para aqui morar, só o que estava pintado era o teto». Os irmãos de ambos ajudaram a terminar a pintura da habitação e o pagamento acabou por ser feito em prestações, totalizando 4 mil contos, muito, para quem ganhava «pouco», garantem.

Manuel, desde que entregou a farda militar até se reformar, trabalhou sempre em companhias de transporte, primeiro como cobrador de bilhetes, depois como fiscal. No setor que lhe deu o sustento de uma vida, também identifica grandes melhorias conquistadas por Abril. «Começou a haver muitos mais autocarros e muito melhores ordenados», assegura. Remetendo-se para o período «antes do 25 de Abril», refere que «recebia pior» e que, «antes da nacionalização, cheguei a vir a pé de Sesimbra até à Cotovia.»

Após 5 de junho de 1975, data em que foi aprovado o Decreto-lei 280-C/75, que nacionalizou inúmeras empresas de transportes públicos, nomeadamente, a *João Maria dos Anjos, Lda.*, pertencente ao grupo *Transul* e na qual Manuel trabalhava, tudo «melhorou bastante». A *Rodoviária Nacional* assumiu-se como a versão pública das companhias abrangidas. «Começámos até a ter transportes grátis [para os quatro lá de casa], antes isso não acontecia», acrescenta.

«Antes do 25 de Abril, a gente penou bastante», garante o alentejano, que conta que «naquela época, os homens partiam pedra, faziam coisas para a estrada, depois havia a monda, a ceifa...». Ainda

“

Vim morar para uma casa
sem luz, sem casa de banho...

— Maria Angelina Luz

que reconheça que todos têm o direito de reclamar melhores condições de vida, Maria Angelina enfatiza que as pessoas deviam valorizar mais aquilo que a democracia nos trouxe. «A gente passou [por tanto], teve tão pouco, não teve quase nada. Achamos que temos muito.»

Manuel encara os movimentos de extrema-direita, corporizados essencialmente pelo partido CHEGA, com grande preocupação. «O que eu acho mal é aquele CHEGA, aquilo é um fascismo de primeira!». Ambos acabam a encontrar na falta de vivência do período da ditadura a razão para esses políticos não valorizarem o 25 de Abril. «Eles não sabem dar o valor», atira Maria Angelina. «Não sabem, que eles nunca apanharam o fascismo. Não sofreram as consequências», reitera Manuel, que vai mais longe: «Se o CHEGA entrar para o governo, temos novamente o fascismo metido aí.»

Aos 76 e 80 anos, respetivamente, Maria Angelina e Manuel não têm dúvidas de que «passados praticamente 50 anos, claro que valeu a pena».

A democracia vale a pena quando a alma não é pequena.



A *Rodoviária Nacional* trouxe mais qualidade aos transportes, asseguram.

JOÃO, UM OTIMISTA DE ABRIL: AS ORIGENS DO OPOSICIONISTA, DO PROFESSOR E DO AUTARCA SESIMBRENSE

POR JOÃO PINHAL

A família permitiu e João agarrou a oportunidade de se apaixonar pelo mundo livre. Os horizontes que a faculdade lhe abriu enviaram-no para a trincheira da democracia. Em Sesimbra, lutou por melhores condições de vida para todos. Hoje, embora aposentado, não deixa de estar entrincheirado.



João Manuel Pinhal é um homem de Abril, não nasceu na revolução, mas muito esperou por ela. Como o seu pai abriu uma loja de ferramentas que ainda hoje existe, a «Pérola de Santana», estava na posse dos recursos económicos suficientes para estudar mais do que a maioria da população. Frequentou um colégio privado, em Sesimbra, até ao atual 9.º ano: «era para onde a malta ia estudar», afirma, corrigindo-se, de imediato: «Quem podia... Tinha de se pagar.» Em Setúbal completou o liceu, equivalente ao atual Ensino Secundário. «Era a escola de uma ditadura e, portanto, havia um programa que era muitíssimo rígido.» Só com a entrada para a universidade, em Lisboa, é que passou a ter uma visão mais crítica da sociedade, porque até aí todo ensino estava «muito orientado, de acordo com um padrão ideológico», «de apoio ao partido único e ao governo do Chefe.»

«Sempre fui um grande ouvinte de rádio, desde muito pequeno», confia João, que «passava horas com a cabeça metida dentro da telefonia a ouvir tudo o que lá se passava». Os jornais também os lia «de uma ponta à outra», o que fomentava o seu interesse pelo mundo. Ainda assim, detinha uma consciência muito limitada pela censura a que eram sujeitos todos os meios de comunicação social. «Até que fui para a universidade e aí realmente mudou tudo de figura», confirma.

Ingressou na associação de estudantes como colaborador, contactando, assim, com um novo mundo de informações e pensamentos, através de livros, de tertúlias, discussões... «Tornei-me num opositor ao regime», resume. No ano de 1969 ensaiou-se, em Portugal, uma abertura política com Marcello Caetano a permitir que «a oposição concorresse às eleições legislativas, embora condicionando muito essa participação». As Comissões Democráticas Eleitorais (CDE) foram as organizações em que se reuniu a oposição democrática para concorrer no referido sufrágio. João Manuel Pinhal tinha 21 anos e decidiu inscrever-se na CDE de Lisboa «para colaborar naquilo que fosse preciso». No dia das eleições, acabou a exercer a função de fiscal da secção de voto da freguesia da Lapa, na capital.

Cartaz do MDP-CDE contra a facção apoiante de António de Spínola

«Era perigoso, fiquei conotado imediatamente com a oposição para efeitos do regime», refere, revelando, porém, que nunca foi perseguido por isso. Em «abono da verdade», a entrada na CDE de Lisboa até lhe abriu portas no pós-25 de Abril, quando o organismo já tomara a designação Movimento Democrático Português (MDP/CDE), federando todas as CDE distritais, através de um partido político autónomo. O aluno de Finanças do ISCEF (atual ISEG), mais tarde, professor do Secundário e, posteriormente, docente universitário na área de Política e Administração da Educação, desempenhou um importante papel no concelho natal no período revolucionário.

“

Era perigoso, fiquei conotado imediatamente com a oposição para efeitos do regime

— João Manuel Pinhal



«Como em todo o país, em Sesimbra, a oposição ao regime fez-se sentir de vários modos, quer por parte dos que vinham da tradição republicana, quer dos que se foram formando na oposição à guerra colonial, à censura da imprensa, à ditadura do Estado Novo.» António Baptista, Manuel Pereira Crespo, Augusto Cunha Pinto Covas e Aurélio de Sousa faziam parte da lista de oposicionistas do município.

Graças à sua já conhecida ligação ao MDP-CDE, «a única organização política oposicionista com existência legal e com uma estrutura organizacional julgada capaz para liderar o processo, de acordo com os princípios do Movimento das Forças Armadas», que recorda terem reunido «bastante consenso», João foi convidado por Aurélio de Sousa (que viria a tornar-se o primeiro Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra) para compor a Comissão Administrativa Municipal do concelho, logo em 1974.

«Antes do 25 de Abril, os municípios eram autênticas extensões do Estado, com os respetivos presidentes de Câmara a serem nomeados pelo Governo», detalha, esclarecendo que não lhes eram conferidas «competências significativas no âmbito do desenvolvimento social e humano», tendo, portanto, «necessidade sistemática de pedir subsídios ao Estado para qualquer obra de algum relevo que fosse preciso fazer».

«Tal como o Estado e a Administração Central, também a Administração Local teve de se reinventar à luz dos ideais de Abril.» A Comissão Administrativa à qual pertenceu pretendia substituir o órgão local ditatorial até à realização das primeiras eleições autárquicas livres. «Nós não éramos eleitos por sufrágio universal, das pessoas... Nós tínhamos sido escolhidos num plenário da população». Foi-lhe atribuído o pelouro da educação, apesar de o professor só ter entrado na referida área precisamente no ano letivo de 1973/74.

Tomou posse no julho seguinte ao golpe militar, no entanto, em outubro, teve de cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Obteve dispensa para trabalhar na Comissão e na sequência do 11 de março, em que, reagindo à tentativa de contragolpe de Spínola, se nacionalizaram inúmeras empresas, nomeadamente do setor bancário, o Presidente da Comissão Administrativa Municipal de Sesimbra «foi nomeado para a administração do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa». Oficialmente, teve de deixar o órgão e João foi eleito vice-presidente do organismo no exercício da Presidência. Iniciou estas funções em abril de 1975 e em julho do mesmo ano acaba por ser mobilizado para o Ultramar, embarcando para Timor aos 27 anos.

Pediu a demissão do cargo que exercia, contudo, o tempo que esteve lá foi tão curto que o Governador Civil nem chegou a executar o seu pedido. Em virtude do eclodir da guerra civil em Timor-Leste, em agosto voltou a Sesimbra e à Comissão Administrativa, onde «tínhamos de acudir a tudo quanto havia, ao muito que havia que acudir aqui no concelho de Sesimbra».

Ainda que não descreva o PREC como «especialmente complicado», considera que «a luta partidária principiou muito forte nessa altura. Os partidos começaram-se a juntar, as ideologias são muito diferentes umas das outras, as que já estavam em campo também eram. Foram-se formando várias maneiras de encarar a vida política e a organização da sociedade», remata.

O concelho de Sesimbra padecia, essencialmente, de quatro problemas, semelhantes aos da «generalidade dos concelhos rurais do país». «Não havia planeamento urbanístico nenhum», embora se esperasse que o território viesse a ser sujeito a elevada pressão urbanística, graças à localização no interior da Área Metropolitana de Lisboa. Existiam «dois cancros urbanísticos dentro do concelho, vindos do tempo da outra senhora»: a Quinta do Conde e a Lagoa de Albufeira, ambos com uma «grande quantidade de casas construídas, sem qualquer infraestruturas».

João Manuel Pinhal elege também como grande dificuldade à época a «inexistência, total ou perto disso, de estruturas de apoio social, como estabelecimentos



Manifestação no âmbito do 1.º de maio, do aniversário da revolução ou de outra ocasião relacionada com a revolução no Largo da Marinha

oficiais de ensino secundário, creches, jardins-de-infância». Os alunos sesimbrenses só tinham lugar para frequentar a escola até ao atual 9.º ano «e era num colégio particular». «Ia quem podia pagar o preço do colégio».

Uma das primeiras lutas que travou foi pela construção de uma escola secundária, «que só viria a ser inaugurada já na década de 80, mas cujo processo se foi desencadeando ainda dentro da vigência da Comissão», tendo tido inclusivamente uma reunião no Ministério da Educação, tutelado por Mário Sottomayor Cardia. Durante alguns anos, foi a Escola Noturna de Sesimbra, «um estabelecimento particular de iniciativa particular», que «proporcionou o ensino secundário numa terra que não o tinha». O Professor Doutor António Lopes Pinto esteve particularmente envolvido nesta iniciativa, a par da criação da *Cercizimbra*, uma cooperativa de solidariedade social, fundada em 1976.

Recorda ainda neste âmbito a «insuficiência das instalações destinadas ao ensino primário, à assistência hospitalar e à terceira idade». Sem o Serviço Nacional de Saúde, o apoio médico em Portugal «era uma desgraça». No concelho, quem não tivesse dinheiro para pagar uma consulta do Dr. Leite, em Santana, poderia dirigir-se ao Hospital da Misericórdia de Sesimbra, que, todavia, prestava cuidados muito rudimentares. «Quem estivesse com uma

indicação hospitalar tinha de ir para Lisboa.» «Não havia equipamentos sociais praticamente nenhuns», resume.

As «infraestruturas básicas» eram, no geral, «insuficientes ou, em alguns casos, mesmo inexistentes». Refere-se, por exemplo, à «distribuição de água», às «redes de esgotos» e às «redes elétrica e viária». As aldeias da freguesia do Castelo tinham falta de água, «algumas sem abastecimento direto às aldeias, tendo de viver de poços, de captação de água própria», explica. Relativamente ao saneamento básico, «só a vila é que tinha e um bocadinho de Santana». As ruas não tinham iluminação. Na parte ocidental do concelho, as estradas eram poucas e os riachos que existiam dificultavam ainda mais a circulação. O Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, empenhou-se na construção de estradas e pontes, «em várias localidades sobretudo rurais, numa demonstração concreta da aliança Povo-MFA». A Lisboa e a Setúbal também se demorava muito tempo a chegar.

A Azoia, junto ao Cabo Espichel, é um exemplo paradigmático do atraso do concelho na década de 70. Nem água, nem esgotos, só a rede de eletricidade existia, mas «muito deficitária». O saneamento básico só chegou a esta aldeia a 40 km de Lisboa há cerca de 5 anos. «Demorou mais tempo do que deveria ter demorado», comenta João. O quarto desafio que a equipa da Comissão Administrativa teve de

“

Tínhamos de acudir a tudo quanto havia, ao muito que havia que acudir aqui no concelho de Sesimbra

— João Manuel Pinhal

enfrentar foi «uma calamitosa situação financeira do município, sem recursos e sem autonomia administrativa e financeira».

As carências de Sesimbra em Abril de 1974 foram, contudo, abraçadas pelo trabalho intenso de autarcas e populações, organizadas em Comissões de Moradores e de Aldeia, em que o «entusiasmo» no trabalho «em prol da melhoria das condições de vida» abundava. O professor associa o trabalho autárquico à «ideologia natural do 25 de Abril», frisando a importância que teve para o desenvolvimento sesimbrense a «mobilização da população» em torno da resolução de questões não só de carácter público, mas também particular (muitos

eram os populares que não tinham condições de habitabilidade dignas).

Considera o trabalho realizado de «grande importância política e social» pelos «resultados imediatamente visíveis no quadro de vida das populações» bem como pelo «método de trabalho participativo e de envolvimento comunitário que pudemos experimentar, baseado na cooperação entre todos». João Manuel Pinhal esteve na política local ativa até 1985, perfazendo 3 mandatos na Assembleia Municipal de Sesimbra. Após a extinção do MDP/CDE nos anos 90, deixou de militar em qualquer partido, porém, nunca abdicou de exercer uma cidadania ativa, tanto que hoje continua a ser uma voz crítica das políticas à escala local, nacional e global.



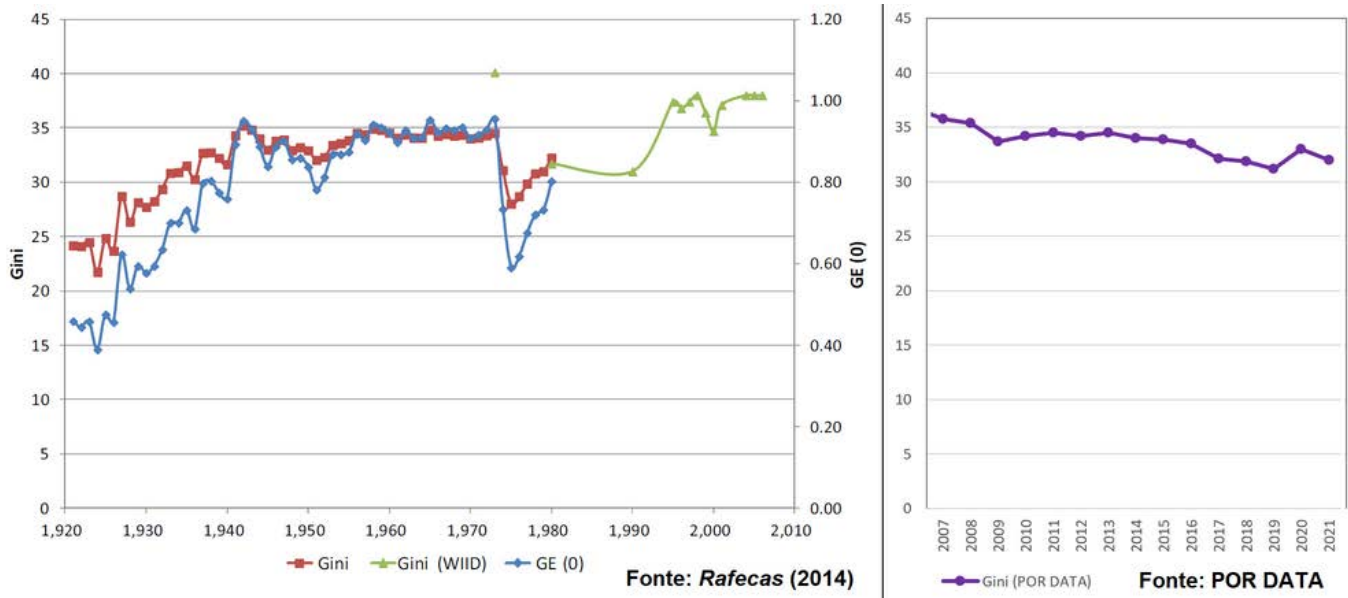
Posto de Comando do MFA (Pontinha) com exposição relativa à revolução

REPORTAGEM ESPECIAL 25 DE ABRIL

EM CADA ESQUINA UM PERIGO, EM CADA ROSTO DESIGUALDADE

POR JOÃO PINHAL

A senha da revolução está longe de descrever a realidade de 2023. Nesta entrevista, João Manuel Pinhal frisa o caminho atordoado rumo à igualdade e critica os anseios (anti)liberais. Além disso, as convicções de esquerda sobre a meritocracia recebem confirmação científica: «Nascer rico supera nascer talentoso».



O índice de Gini pretende evidenciar a assimetria/desigualdade prevalecente na distribuição dos rendimentos.

João Manuel Pinhal está convicto de que há muito Abril por desbravar. Uma das conquistas que está mais longe daquilo que em 1974 as pessoas sonhavam é a igualdade social. «Na realidade, antes do 25 de Abril, havia um certo conjunto de famílias muito ricas no país e a população vivia mal e com muito maus ordenados.» No entanto, a aproximação entre ricos e pobres que se esperava não se deu, pelo menos, nas dimensões ambicionadas. Pelo contrário, «os que têm hoje muito dinheiro têm muito mais do que tinham os ricos de antigamente», o que agrava ainda mais as desigualdades, alerta o professor.

De facto, se utilizarmos o índice de Gini como referência (um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, em que quanto maior for o seu valor, maior é a discrepância entre ricos e pobres), podemos concluir que, embora, nos anos 70, as diferenças sociais tenham diminuído substancialmente, a partir do final dessa década, voltaram a crescer, superando, em meados dos anos 90, a desigualdade registada durante a ditadura do Estado Novo. O índice de Gini, em Portugal, entre os anos 40 e 70 do século passado, variou aproximadamente entre os 32% e os 35%. Em 1994, Portugal atingiu os 37%. O valor mais alto surgiu em 2004, com 38,1%. A contar desta data, o índice de Gini tem vindo a traçar uma trajetória geral de decréscimo, com ligeiras subidas na sequência da crise financeira de 2008 e do período em que Portugal esteve sob intervenção da troika, sem nunca, porém,

Varia entre 0 (quando existe igualdade de rendimento) e 100 (quando não existe). O índice de Gini a vermelho (apresentado até 1980) foi calculado por Jordi Guilera Rafecas e a verde (apresentado para o intervalo entre 1980 e 2006) é da responsabilidade da World Income Inequality Database; a roxo (no gráfico do lado direito) encontram-se os valores disponibilizados pelo PORDATA que enriquecem o gráfico original da tese de doutoramento do investigador referido inicialmente.

voltar a ultrapassar os 35%, desde 2009.

A pandemia fez aumentar novamente as desigualdades em 2020, contudo, os dados de 2021 indicam que a tendência de descida estará de volta ao nosso país. Ainda assim, a realidade é que os 32% do índice de Gini de 2021 revelam que a desigualdade na distribuição do rendimento em Portugal permanece em níveis verificados na ditadura. O retrocesso surgiu, como já referimos, na década de 90; ainda que esteja a ser contrariado, continua a constatar-se na atualidade.

A análise de João Manuel Pinhal é, assim, confirmada pelos dados existentes. A aproximação entre ricos e pobres «ficou por fazer», apesar de «ser um resultado económico mais esperado de um sistema democrático». Se «há uma Constituição da República que é a favor do sistema democrático, isso joga no sentido de que haja mais igualdade, mais solidariedade e não tantas diferenças», agora, é preciso desenvolver políticas com essa tônica, insiste o professor, que acusa, ainda assim, o sistema financeiro de ser o responsável em grande medida por estes resultados. «A vida internacional funciona com base no controlo total por parte dos bancos, das bolsas e das seguradoras. Estes é que mandam. O Presidente dos Estados Unidos não manda nada.»

Perante a evidência das desigualdades sociais que se herdaram intergeracionalmente, a professora bibliotecária Isabel Gouveia, que nos acompanhou nesta entrevista ao professor João Manuel Pinhal, realça a imensa dificuldade para ascender socialmente imposta a «uma pessoa que venha de uma classe social desfavorecida». «As Cristinas Ferreiras deste país são poucas e as que existem são promovidas de uma forma enganadora», porque «aquilo que está ali é um fenómeno, não é uma coisa que possa acontecer a mim ou a ti», acredita a docente.

O nosso entrevistado não nega que possa haver «pessoas que sejam capazes» de igualar a ascensão social conseguida, por exemplo, por Cristina Ferreira. Ainda assim, «não serão esses todos que dizem isso» a conseguir fazê-lo, porque a meritocracia é «uma ilusão». Já não são «apenas» grandes filósofos como Michael Sandel a defendê-lo, já existem inclusive dados empíricos que apontam para a veracidade destas teses, frequentemente, associadas à esquerda.

O dinheiro supera a genética: é esta a conclusão mais imediata do estudo de 2018, a que o *The Washington Post* dá voz. Ao contrário do que muitos advogam, não é verdade que as pessoas ricas tenham sucesso por terem genes «mais inteligentes», «as dotações genéticas são distribuídas quase igualmente entre famílias pobres e ricas». A confirmação de que são as condições socioeconómicas da família um dos maiores fatores influentes no sucesso de uma pessoa surge a partir de várias evidências: os filhos menos dotados de pais ricos completam em maior percentagem um curso superior do que os filhos mais dotados de pais pobres (apenas 24% das pessoas mais dotadas geneticamente com pais pobres completam uma formação universitária, enquanto a percentagem de graduação de pessoas com pontuações genéticas semelhantes, mas que têm pais ricos, sobe para 63%).

Há mais números que trazem conclusões «surpreendentes» para os mais crentes na «tirania do mérito» (expressão utilizada por Sandel, que deu título ao seu último livro sobre a ilusão da meritocracia).

Michael Sandel assina *A Tirania do Mérito*

Aproximadamente, 27% das pessoas menos dotadas, filhas de pais ricos, obtêm um diploma universitário, o que significa que mesmo os menos dotados, se forem filhos de pais ricos, têm mais probabilidade de terem sucesso académico do que aqueles que, apesar de serem mais dotados, nasceram numa família de baixos rendimentos. «Se não existem recursos na família, mesmo as crianças brilhantes — as crianças que são naturalmente talentosas — terão que enfrentar batalhas difíceis», avança o economista Kevin Thom, investigador desta matéria, ao *The Washington Post*.

“

As Cristinas Ferreiras deste país são poucas e as que existem são promovidas de uma forma enganadora

— Isabel Gouveia



HARVARD

Não obstante a recente ligação da genética à economia, que tem muitas limitações por ultrapassar, outro dos especialistas garante que podem até existir prejuízos para as próprias economias liberais: «Todas aquelas pessoas que não foram para a faculdade e tinham altas pontuações genéticas poderiam ter curado o cancro?», coloca em cima da mesa Nicholas Papageorge.

«Nascer rico supera nascer talentoso», contudo, os problemas da meritocracia não se prendem apenas com a sua relação com a verdade. Além de «falsa», esta ideia é prejudicial para quem nela acredita. Na sequência de vários testes experimentais, concluiu-se, sinteticamente, que acreditar na meritocracia torna-nos, por norma, mais egoístas, discriminatórios e indiferentes perante a tragédia dos outros, dado que acabamos a acreditar sempre

“

Competição desregulada
conduz a corrupção,
clientelismo...

— João Manuel Pinhal

que a pessoa só não teve sucesso, porque não quis, o que se tem vindo a comprovar ser factualmente mentira.

«Eu não sou contra os empreendedores», reitera o professor João Pinhal, todavia, não podem «disparar cada um em sua direção, como querem e lhes apetece». A «redução do papel regulador do Estado e das entidades públicas» constitui, no entender do investigador, «outro dos riscos da sociedade contemporânea». «As sociedades ultraliberais não querem o Estado para mais nada que não seja para exercer a função de polícia», rejeitam nomeadamente a existência de sistemas públicos e gratuitos de educação e saúde. Tudo para que «os seus negócios» se possam fazer «à vontade deles», explica, lamentando o facto de os mais ricos continuarem a forçar a manutenção das desigualdades e de os lucros individuais serem mais valorizados do que o respeito pelos direitos consagrados na nossa Constituição.

«É esta lógica de competição desregulada que fatalmente conduz a certas práticas nefastas da sociedade contemporânea, como a corrupção e o clientelismo, e, a outro nível, à predominância da conspiração como tática política e à demagogia desenfreada (e às vezes à mentira) na comunicação política e na comunicação social», remata.



Cartoon sobre os perigos do ultraliberalismo

A DEMOCRACIA FAZ-SE COM A VERDADE

POR JOÃO PINHAL E CATARINA PARADA

No âmbito das comemorações do 25 de Abril, trazemos-lhe vários factos que têm sido esquecidos com o crescimento do populismo baseado em mentiras. Porque a democracia só sobrevive com a verdade, vamos aos números que a retratam.

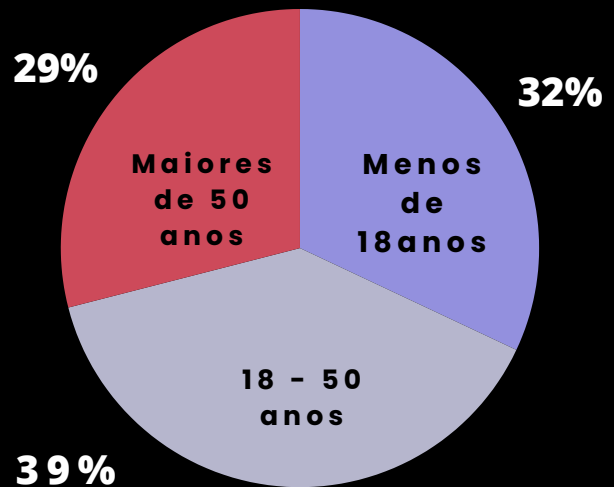


Fonte: POLÍGRAFO, 2021

SUBSÍDIOS SÓ SUSTENTAM QUEM NÃO QUER TRABALHAR?

Os menores de 16 anos são impedidos legalmente de trabalhar.

OS BENEFICIÁRIOS DE RSI SÃO OBRIGADOS A TER UM TRABALHO SE NÃO PERDEM O DIREITO AO RSI



HÁ **17** ANOS QUE NÃO ERAM TÃO POUCAS AS PESSOAS A RECEBER O RSI.

Fonte: CNN PORTUGAL (2023)

39%

BENEFICIÁRIOS DO RSI



IMAGENS: SETENTA E QUATRO

IMI GRA ÇÃO

Estamos a ser invadidos e a perder direitos para estrangeiros?

OS IMIGRANTES NÃO ESTÃO A SUBSTITUIR-NOS:

CORRESPONDEM APENAS A 6,7%

DA NOSSA POPULAÇÃO

Fonte: PORDATA

AS PRESTAÇÕES SOCIAIS GASTAS PELOS IMIGRANTES SÃO

INFERIORES

ÀS SUAS CONTRIBUIÇÕES

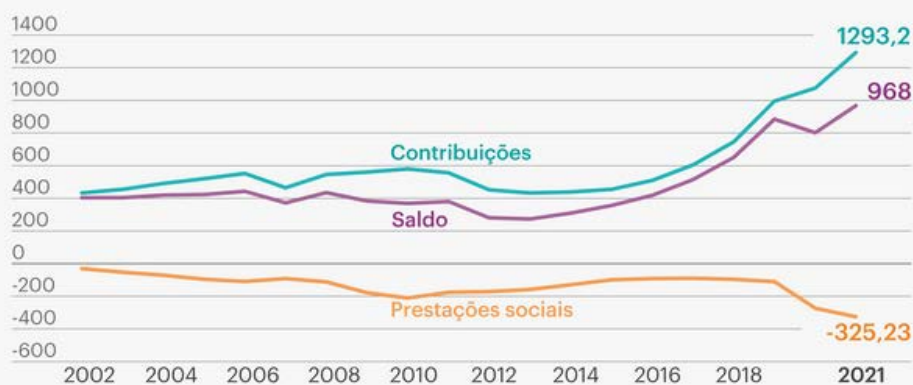
A IMIGRAÇÃO AJUDA A RESOLVER O PROBLEMA DA BAIXA NATALIDADE, PROMOVENDO O

CRESCIMENTO ECONÓMICO

Fonte: EXPRESSO

Saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população estrangeira

Em milhões de euros



Fonte: Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações

PÚBLICO

Percentagem de população residente em Portugal, em 2021

População não estrangeira

93,3%

População estrangeira

6,7%

0 200 400 600 800 1000

Fonte: PORDATA

MURMÚRIOS DA GUERRA COLONIAL

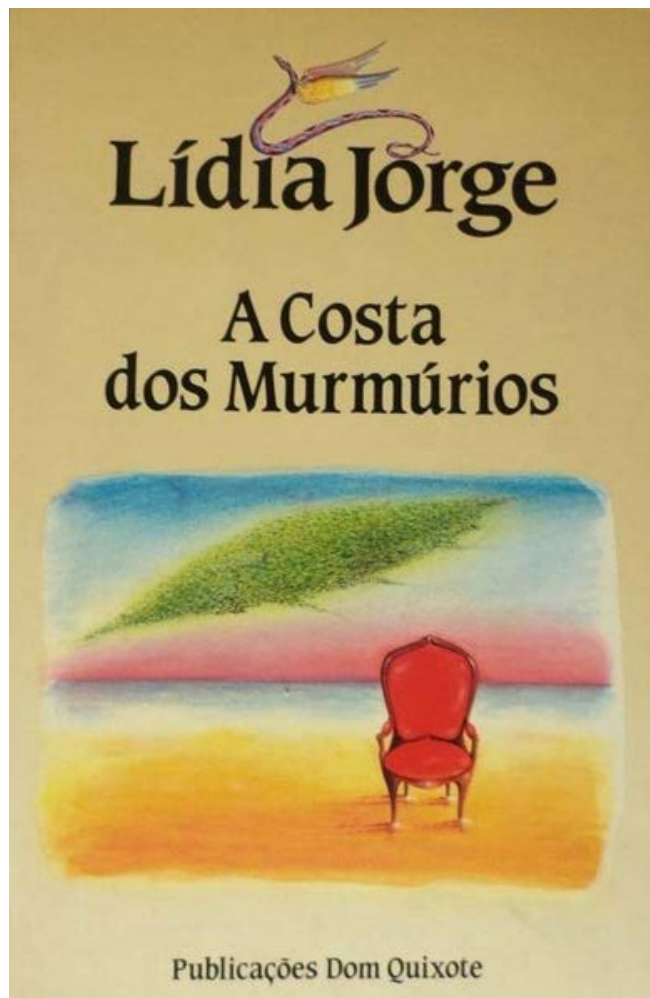
POR LARA MARQUES E RITA PEREIRA

Livros portugueses que abordam temas relacionados com o 25 de Abril são algo que não falta na literatura portuguesa. Então porquê *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge? Eis o que vamos procurar apurar.

Este livro, de 1988, para além de nos ter chamado bastante a atenção pelas questões que levanta, tem a proposta de dar a conhecer uma realidade distante para os jovens da nossa geração, que, maioritariamente, já não têm noção de como era a vida nas colónias portuguesas, especialmente nos anos próximos à Revolução dos Cravos. *A Costa dos Murmúrios* é o mais famoso romance de Lídia Jorge e foi o resultado da experiência da autora em Moçambique. Em 2004 esta obra foi adaptada ao cinema.



Cena do filme *A Costa dos Murmúrios*, de Margarida Cardoso, com Beatriz Batarda



Lídia Jorge, escritora portuguesa do período pós-revolução, escreveu romances, contos e poesia. Embora tenha nascido, crescido e habitado a maior parte da sua vida em Portugal, depois de terminar os estudos, passou uns anos, correspondentes ao último período da guerra colonial, em Angola e Moçambique como professora. Foram esses anos que a inspiraram a escrever livros como *A Costa dos Murmúrios*, que se passa em África nessa época.

Os romances de Lídia Jorge são constituídos por vários planos narrativos, o fantástico coexiste com o real e os problemas sociais encarnam em figuras humanas. As personagens deste livro têm todas, ou quase todas, um papel e um propósito muito específicos, sendo estes fazer uma crítica social, prefigurar um mal da sociedade ou ajudar no desenvolvimento da história.

Eva Logo é a personagem principal da obra, sendo também a narradora. Esta narrativa constitui-se como uma reflexão sobre os efeitos da guerra colonial na protagonista e no mundo à sua volta. Esta inicia o romance como Evita e termina como Eva Lopo, num percurso temporal que mostra o processo de mudança ao fim de vinte anos. Começa por ser ingénuo e concordante, mas, quando começou a frequentar diferentes lugares públicos além do hotel Stella Maris, registou-se nela uma evolução. Ao contrário das restantes personagens femininas, passou a percorrer livremente a cidade em busca de informações que a pudessem ajudar a solucionar o enigma que envolvia a morte dos negros por envenenamento. O envolvimento com o jornalista Sabino revela o carácter rebelde de Evita, realçando as diferenças que sofreu no decorrer da narrativa, indo de companheira do noivo a transgressora da ordem social. Moçambique deixa de ser o espaço onde ela apenas teria de se adaptar para estar com Luís, tornando-se uma parte da sua vida e motivo central das suas preocupações.

Luís Alex, noivo e mais tarde marido de Evita, era um empenhado estudante de matemática, que, frustrado, resolve abandonar tudo e partir para a guerra. No entanto, as atividades bélicas e o ambiente colonial mudaram-no drasticamente, transformando-o numa pessoa violenta, cruel e com desejo de sangue, capaz até de impiedosamente matar pessoas e alvejar animais. A convivência com Jaime Forza Leal, mais conhecido como capitão Forza Leal, um homem feroz e impetuoso, mas visto pelos outros soldados como um exemplo de heroísmo que eles deveriam seguir, fez com que ele desenvolvesse uma obsessão em ser semelhante ao capitão, copiando a sua maneira de agir e até de pensar, de modo a obter reconhecimento daquele que venerava. Helena era a esposa do capitão Forza Leal, Helena por batismo, Forza Leal por casamento, mas todos a tratam por Helena de Troia. Ela é caracterizada pela rara beleza e comportamento submisso.



A atriz Mónica Calle, no papel de Helena de Troia

“

“Evita achava que Helena era a única figura encontrada naquela costa que deveria manter-se longe como uma abstração, e no Stella Maris acontecia tanto acidente real, tanta fruta gasta, o ar estava tão inundado de realidades vivas e informes como pudins e intrigas, e sabia-se tanto dos esgotos da cidade numa manhã de Stella, que ela desejava manter alguma coisa longe, com a transparência duma abstração. Longe, se não a voltasse a ver incitando o abate de flamingos, se não voltasse a partir patas de crustáceos com turquês, ela poderia ser o corpo que servisse de abstração, em simultâneo, da Beleza, da Inocência e do Medo, e assim tudo ficaria explicado.”

— Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*

Helena é considerada uma prisioneira na própria casa, no final não mais pelas ordens do marido mas como um sacrifício perante a promessa que fez a Deus, sendo a recompensa a morte do cônjuge e assim a sua libertação. Ela é uma personagem importante no desenvolvimento da narrativa, pelo seu crescimento enquanto figura humana e pelo questionamento dos atributos tradicionalmente associados à figura feminina. A mulher que surge como uma pessoa fútil e submissa é, na verdade, astuciosa e manipuladora. Sendo esposa do capitão, é guardiã de segredos militares, inclusive é ela quem revela a Evita o lado negro de Luís, mostrando fotos do mesmo em combate. Por fim, o jornalista Álvaro Sabino é utilizado como um exemplo das vítimas da opressão do colonizador. O jornalista adota uma linguagem poética para expressar o desejo de liberdade, uma estratégia usada no período colonial. Ele é um apoio para Evita e Helena Forza Leal.

A obra retrata a época da guerra colonial segundo as memórias da autora, Lúdia Jorge, mas a guerra não é o principal tema. O fio condutor da obra é a relação amorosa entre Evita e Luís. O romance começa com «Os gafanhotos». Nesta primeira parte, é narrado, na terceira pessoa, o casamento de Evita com o seu noivo. África é um mundo idealizado à beira de um terraço de hotel, que serve de pano de fundo para uma história de amor retorcida, em que o domínio branco e masculino é total e incontestável. Mas o hotel Stella Maris é também um campo de batalha onde mulheres, crianças, famílias deslocadas do seu lar travam, à distância dos homens que combatem em terreno, as suas próprias lutas. O Stella Maris é assim a plateia de onde estes homens e mulheres, um dia, em pleno momento de festa, veem desenrolar-se o prenúncio de uma desgraça. Rapidamente, num escalar de violência e numa aproximação da realidade, o próprio hotel se vê empurrado para ela: e o casamento que se celebra na varanda termina em morte. Embora não queira admitir a si própria, durante a sua lua de mel, Evita começa a notar diferenças no seu marido. Porque é que fica tão zangado quando se lembra dos tempos da faculdade que partilhou com Evita? Porque é que age de forma tão estranha quando estão os dois? Porque é que agora despreza a sua, em tempos, tão amada matemática?

Vinte anos depois, Eva, agora viúva, sai desta curta narrativa para procurar a realidade dentro da ficção. Ela irá recordar, ressuscitar aquela Evita que foi duas décadas antes, trazendo de volta a memória do olhar da jovem recém-casada e cheia de sonhos que então era. Evita é uma forma de olhar para o real numa dada época da vida. Procura responder a questões que não só se relacionam com a morte do noivo, mas também com a sua condição de mulher e a realidade social durante o regime do Estado Novo. Eva, ou Evita, que tinha vindo para Moçambique à procura do seu amado Luís, pronta para viver uma vida com ele, só encontra desilusão, uma solidão terrível e o espanto de como as coisas puderam correr tão mal.



Lúdia Jorge

A *Costa dos Murmúrios* pode ser considerada um romance pós-colonial, um romance de intervenção ou até um romance acerca da condição feminina. Mas é muito mais que isso. Lídia Jorge dá voz a Eva Lopo, uma mulher que contesta a visão dos combatentes portugueses, desconstruindo a ideia de que a guerra era um assunto exclusivamente masculino e mostrando a perspectiva das mulheres. A guerra, em si, é apenas o pano de fundo, não o cerne da ação. No enredo, são as suas consequências quotidianas que se exploram e criticam.

Um tema já recorrente na escrita de Lídia Jorge é a forma de tratamento a que as mulheres eram submetidas. Nesta obra o exemplo dessa realidade é Helena, a mulher do comandante. Ela é brutalizada, maltratada e humilhada, sob todos os aspetos, pelo marido, inclusive em público. Evita não chega a sofrer maus tratos mas, em alguns momentos da narrativa, está na iminência de o ser, uma vez que Luís vê no capitão o modelo de força e prestígio social que deseja a todo o custo imitar. No decorrer da ação podemos observar o desenvolvimento das personagens e o que a guerra significou para cada um. No caso de Evita vemos como lida com o ambiente que lhe foi imposto e com as metamorfoses que o belicismo causa no

marido. Podemos também ver a mudança de perspectiva quanto a Helena.

Em suma, a obra é importante para que se compreendam melhor as diferentes perspetivas da guerra colonial portuguesa e a forma como este afetou de maneira distinta um conjunto diversificado de pessoas, retratando também como era viver naquele tempo e naquelas condições. A leitura deste livro é essencial para melhor conhecermos este período histórico e refletirmos sobre como as condições políticas influem nas pequenas coisas quotidianas, na vivência dos seres humanos e nas suas relações.



Cenas do filme *A Costa dos Murmúrios*



25 DE ABRIL, O QUE NOS RESTA DE UMA REVOLUÇÃO QUE FOI HÁ 50 ANOS?

POR CAROLINA ALMEIDA (TEXTO) E DANIEL ALMEIDA (ILUSTRAÇÃO)

Passados cinquenta anos do 25 de Abril, é importante questionar o que resta desta revolução que marcou profundamente Portugal. A Revolução dos Cravos trouxe uma série de mudanças sociais, políticas e culturais que ainda hoje perduram na sociedade portuguesa. É difícil não sentir uma mistura de emoções ao refletir sobre o que resta desta revolução, que mudou o curso da história de Portugal.

Nostalgia, porque lembrar este dia traz à mente as imagens de pessoas nas ruas, abraçadas, enquanto sorriem e choram de alegria, unidas pelo desejo de justiça e liberdade. Mas também gratidão pelos que sacrificaram tanto para que pudéssemos viver numa sociedade livre. São heróis os que enfrentaram a opressão, que arriscaram as suas vidas pela causa da liberdade e que nos deixaram um património de coragem e determinação, pelo qual devemos estar eternamente agradecidos.

No entanto, esta gratidão é acompanhada por uma certa melancolia, ao perceber que nem todas as promessas do 25 de Abril foram cumpridas. O sonho revolucionário deixou obstáculos pelo caminho e ainda hoje enfrentamos desafios. A desilusão com a política, as desigualdades sociais, a corrupção, tudo isso nos lembra que o caminho para a verdadeira liberdade e justiça é longo e complicado.

Assim, olhando para trás, para aquele dia que mudou as nossas vidas para sempre, resta-nos uma mistura de emoções. Resta-nos o reconhecimento pelos que lutaram e a melancolia das promessas não cumpridas. Mas também nos resta a esperança de que, apesar de tudo, o espírito de Abril continue vivo entre nós, inspirando-nos a lutar por um futuro mais justo e livre para todos.



A LIBERDADE EMANCIPADA: A EFEMÉRIDE DO 25 DE ABRIL

POR DANIEL LIRA (ILUSTRAÇÃO E TEXTO)

No dia 25 de abril, os horizontes pátrios iluminam-se com a comemoração da liberdade conquistada. Tal data evoca o fim de um passado sombrio, um período em que o anseio pela democracia ecoava pelas vielas, pulsando no âmago de cada coração lusitano. É também uma ocasião para tecermos considerações acerca do significado profundo desse marco histórico, cuja relevância reverbera até aos tempos modernos. Nesse contexto, urge refletirmos sobre a liberdade e o 25 de Abril sob a ótica de uma linguagem erudita e introspectiva, distante da subjetividade pessoal.

A liberdade configura-se como um estado primordial para a plenitude humana, a reivindicação para o indivíduo da expressão da sua singularidade e da exploração das múltiplas possibilidades que o mundo encerra. Trata-se de um direito inalienável, que deve ser valorizado e preservado com denodo.

No âmbito da efeméride do 25 de Abril, a liberdade adquire um matiz ainda mais profundo. Nessa data, os grilhões opressores da ditadura foram rompidos, aspirando a novos horizontes de democracia e participação cívica. A Revolução dos Cravos, alcunhada desta maneira, constituiu-se como um marco histórico de resistência e temeridade, em que o povo português uniu, pugnando pelos seus direitos.

Não obstante, a liberdade não se configura como um bem imutável, estático. Ela demanda um zelo incessante, uma vigilância constante e uma participação ativa por parte de cada cidadão. Consoante os alertas de Pessoa, a liberdade é uma façanha que exige responsabilidade e consciência individual e coletiva. Trata-se de um exercício contínuo de respeito pelo próximo, de tolerância e de busca pelo bem comum



Neste 25 de abril, urge rememormos o passado, os sacrifícios e as contendas que nos conduziram até ao presente instante. Todavia, não nos devemos ater à comemoração puramente nostálgica. Cumpre-nos vislumbrar o porvir com esperança e engajamento, almejando erigir uma sociedade mais equitativa, justa e emancipada.

Em síntese, a liberdade configura-se como um valor que transcende as barreiras do tempo e do espaço. Ela encarna a essência da nossa humanidade, a fímbria condutora que nos conecta à nossa história e nos impulsiona rumo a um porvir de possibilidades. Que o 25 de Abril jamais seja relegado ao olvido, mas, antes, se mantenha como um agulhão vivo da importância da liberdade, convocando cada um de nós para o pleno exercício da nossa cidadania.

Ficha técnica

EQUIPA FIXA

(REDAÇÃO, EDIÇÃO, GRAFISMO E PAGINAÇÃO)



1. Ana Catarina Labisa

PROFESSORA DE PORTUGUÊS



2. João Pinhal

EX-ALUNO DE 12.º ANO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES



3. Catarina Parada

EX-ALUNA DE 12.º ANO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES

COLABORAÇÃO

- Equipa da BE;
- Professora Isabel Gouveia,
- Professora Dulce Carvalho;
- Alunos das turmas do 12.º ano;
- Ilustração da capa: Daniel Almeida.

CONTACTOS

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SAMPAIO

Tel: 21 268 81 60 (Ext. 308)

Fax: 21 268 81 79

Site: <https://bibliotecas.aesampaio.pt/>

E-mail: bibess@esec-sampaio.net